

ATA DETALHADA DA 161ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3 Aos quatorze dias do mês de julho de 2011, às nove horas, no plenário do Conselho Estadual
4 da Criança e Adolescente – CEDCA realizou-se a centésima sexagésima segunda Plenária
5 Ordinária do CEAS, coordenada pelo seu presidente Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho,
6 onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Adenor Martins da Silva - CMAS/
7 Rib. das Neves, Marcelo Armando Rodrigues – CRESS, Maria Juanita Godinho Pimenta –
8 Sedese, Sônia Terezinha de Abreu – CMAS/O.Branco, Cristiane Nazareth da Silva –
9 ISJB/Salesiano, Luiz George Marcelino da Trindade - CMAS/Lagoa Santa, Fernando Henrique
10 Guimarães Rezende-Seplag, Anita Gomes dos Santos - Mov. Nac.de Pop Rua; conselheiros
11 suplentes: Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND, José Fernando Antunes Millane –
12 COGEMAS, Soraya Regina Silva Souza – SEE, Edma Aparecida Marinho – SEDESE, João
13 Ademar Specht – AJEAS, Miraneide do Carmo e Souza – SES, Miguel José de Lima -
14 CMAS/Varginha, Eliane Silva Gonçalves CMAS/Cel. Fabriciano; os convidados: Fabiana
15 Patrícia Natividade – DG Suas; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da
16 Conceição, Nilce Heloisa de Araújo Campos, Rosalice Tassar, Maria Inês Veloso Corrêa, Maria
17 Luisa Carvalho e Erika Ribeiro da Cruz. O presidente inicia a plenária: “A centésima
18 quinquagésima oitava, aí vocês haverão de lembrar que nos tivemos uma ata que não foi feita
19 a transcrição dela, em função de tempo, que a gente saberia que a tradução sendo literal de
20 toda a plenária, teria um trabalho aí, com toda a certeza, de mais de semana. E as
21 manifestações foram feitas, e eu pergunto se tem alguma nova complementação? uma
22 retificação? Senão, se a gente pode aprovar, ou considerar aprovado? Pois não. **Conselheiro**
23 **José Fernando**:Eu não sei se algum outro conselheiro em tempo hábil fez, em vários
24 momentos que foi citado na ata AMM, só sai MM. Na degravação, Associação Mineira de
25 Municípios, eu só pude ler esta ata ontem à noite, então eu fiz essa observação, não sei se
26 alguém, outro colocou. Mas assim, em vários momentos só sai MM e na verdade é AMM. Só
27 lembrando gente, que agora como é degravação, é o que sair. Então se pessoa às vezes, na
28 hora da fala sumiu, falou embolado, a gente tem que ver. Porque a orientação foi, não corrija, é
29 o que escutar realmente, ta ali. Então às vezes, a pessoa não falou também da forma... porque
30 a gente fala: pronuncia, fala no microfone, porque isso vai acontecer mesmo agora com as
31 degravações. É vai haver alguns casos, que são assim, literalmente passíveis de fazer a
32 retificação, como é o caso da Associação Mineira de Municípios. Mas agora vai ter uma
33 empresa que vai estar colocando isso. OK. Nos tivemos aqui, como justificativa de ausência,
34 das nossas companheiras, nossa sub-secretaria, Maria Albanita Roberta. O Márcio, que está
35 de férias. Roberta está na outra reunião agora, na Secretaria de Saúde, o pessoal. O Márcio
36 Caldeiras que está de férias, lá da ASPROM. E o Mário, que está em trabalho do MDC. Os
37 senhores têm a pauta em mãos. E aí eu gostaria de sobre a pauta, fazer algumas colocações.
38 No... No último item que está com um pontinho aí, já em negrito, vocês vão ver que tem. Na
39 letra C. Perdão na letra C, lá em baixo. Tem apresentação às 14 horas. Seria o perfil do co-
40 financiamento do piso mineiro de assistência social em 2011. Primeiro monitoramento do piso.
41 SUBA-SEDESE. E a proposta seria de que esta apresentação ocorresse hoje. E a proposta
42 que a gente faz é, ao mesmo tempo, compartilhar com os senhores o seguinte: nos temos um
43 momento agora, de datas assim, quase que certas, e já totalmente tomadas as agendas.
44 Praticamente, até a nossa Conferência Estadual, eu diria. Ontem foi discutido isso aqui, nos
45 vamos tornar a rever este quadro, quando formos discutir aqui, o ponto três. Mas em função
46 dessas conferências e de ausências de conselheiros, a gente tem duas propostas a fazer: a
47 primeira delas é a gente não realizar a plenária de agosto. Em não realizando a plenária de
48 agosto, a gente faria uma mesa de diretora, com o tempo de plenária. E essa mesa diretora,
49 apreciaria aqueles pontos, de maior urgência, para que pudesse esperar a de setembro. Ou a
50 outra alternativa, seria de a gente fazer a plenária de agosto, porém ao invés de ser como de
51 costume e que está já planejado e agendado por todos. Ela poderia ser feita dia 22 e 23 que
52 seria numa segunda e terça feira. Dia 20 de agosto. Então seria 22 e 23, ao invés de 15 e 16,
53 que é exatamente a quarta e quinta, anterior ao nosso curso de mediação. Então nos temos
54 além do curso, nos temos várias outras situações de agenda. Sim. A proposta de não haver a
55 plenária, do que dentro que está agendado. Passar para 22 ou 23. Se, segunda e terça,
56 dependendo da agenda de cada um de nós aqui. Se não tivermos uma presença certa, para
57 estas datas, em função de agenda. A proposta é a gente não realizar a plenária de agosto, e
58 faria só em setembro. E a mesa diretora assumiria esse papel e a proposta que seria, inclusive,
59 no dia 23 de agosto. Em função de agenda. Aí eu quero ouvi-los para assim que a gente
60 resolver esse quesito, eu falo sobre essa letra C. **Conselheiro Marcelo**: Presidente, a

61 proposta. Bom dia a todos. A proposta apresentada para o dia 22 e 23, ela esbarra nos
62 encontros regionais. Eu neste dia estou em São João Del Rei. No encontro regional de São
63 João Del Rei. Tem Varginha, dia 24, tem Poços de Caldas. Então eu acato a proposta. De não
64 ter a plenária e a reunião da mesa diretora. **Presidente:** Nós já fizemos essa apreciação hoje
65 aqui, pelas sete da manhã, não é? Consolação. A gente estava apreciando isso, e viu. Mas não
66 tem a outra data, com um atropelo menor do que este, de 22 e 23 que, com certeza vai estar
67 fazendo São João Del Rei e cadê Miguel? E a região de Miguel, que seria Varginha e Poços de
68 Caldas. Com o presidente. **Presidente:** OK. Então podemos deliberar que fica então só para a
69 de setembro, a gente exclui a de agosto. E a mesa diretora assume esse papel. Sendo a
70 proposta para o dia 23 de agosto, e aí eu já... a mesa diretora está aqui presente, os
71 componentes. E aí eu perguntaria a Juanita, os demais da mesa diretora. O José Ismar não
72 está. Mas... Cris? 23. 22 ou 23. Na mesa diretora. Bom em princípio o Marcelo não está. Pode
73 sentar Cris. Cris, Juanita, vai olhar a agenda. Mas olhar a agenda da mesa é mais fácil do
74 que... É mais fácil, é mais fácil com certeza. OK. Sendo assim, a nossa pauta... E a outra
75 proposta seria: a gente deixar de fazer essa apresentação do Piso Mineiro. É muito importante,
76 tem uma relevância fundamental para a gente conhecer. Mas a gente deixaria para a plenária
77 de setembro, que é a próxima. Em função de: a gente ter, nos estamos com alguns
78 conselheiros que não poder ficar à parte da tarde. Já anunciaram isso aqui. Em função de
79 agenda. E além disso, nos temos que... eu proporia que quem pudesse, a estaria na
80 Assembléia Legislativa. Está tendo esse evento da Assembléia, que o Conselho está
81 participando, através do Conselheiro Márcio, e a técnica Inês, e necessariamente agora a
82 gente... eu preciso estar lá. E com certeza a Consolação me acompanhará. Então é a outra
83 proposta que a gente faz. De tentar esgotar, a nossa plenária de hoje, até as 13 horas. A gente
84 adia um pouquinho, daí o lanche, tem um salgadinho, vocês já viram que é para tapear o
85 estômago. Até um pouquinho mais tarde, a gente tentar esgotar os nossos assuntos. Aí então
86 iria para a Assembléia Legislativa. A assembléia está fazendo um trabalho aí já de forma
87 programada já. Para além deste mês, são vários meses, alguns encontros descentralizados,
88 nos vamos estar discutindo a questão do combate à pobreza do programa e projeto. E este
89 Conselho precisa estar inserido neste contexto. É a proposta que eu faria. E aí, eu preciso da
90 deliberação disso, porque se assim for, eu preciso liberar a diretora, a companheira lá da
91 SEDESE, da Juanita, para que ela já termine com a angústia e a ansiedade de se saber se
92 vem ou não fazer a explanação. Aí a gente teria... e sendo assim, só para adiantar um pouco,
93 para facilitar a nossa decisão. No teríamos, o demonstrativo físico-financeiro, que o João
94 Ademar já deteve o conhecimento. Vai apresentar para nós, que não é tão demorado. Sobre a
95 lei de orçamento anual. É teria uma situação aqui, que é um ponto de pauta do Volney, acho
96 que a gente não gastaria tempo. Essa... os encontros regionais, já foi discutido ontem, algumas
97 alterações se fizeram necessárias. Vocês vão conhecer daqui a pouco. E basicamente, o nosso
98 tempo maior ficaria por conta das comissões. Pois não. Eu tenho um ponto de pauta aqui, para
99 apresentá-lo. Mas também eu penso que algo rápido. É a respeito das nossas falas, nas
100 conferências municipais, no que diz respeito, a proposta que a gente vai levar, para... aquelas
101 propostas que a gente vai levar para a Conferência Estadual. OK. A minha sugestão é de a
102 gente fazer essa discussão, eu gostaria de colocar inclusive, pós, a apresentação das
103 comissões de orçamento. OK. A gente faria a discussão de acordo com o tempo que nos for
104 possível. Conselheiro Adenor. Eu gostaria só de lembrá-los, que é importante, a gente se
105 identificar aqui, antes de promover a fala, para que exista a degravação, de acordo com
106 deliberação dessa própria plenária. **Conselheiro Adenor:** Bom dia a todos e todas. Eu queria
107 fazer uma inclusão de um ponto de pauta, senhor presidente. E também, na hora dos informes,
108 também me inscrever. Em relação a resolução 368 do CEAS. **Presidente:** OK. Pode ser
109 assim? Podemos deliberar então? Que fica para a próxima apresentação, por parte da nossa
110 diretora lá, Andréia. Não, a discussão seria incluída lá na fala, os pontos de inclusão, vai ser a
111 **posteriori**, na apresentação das comissões. OK. E nessa ordenação que foi colocada. OK.
112 Muito bem, então por favor, a secretária executiva, alguém por favor comunique a nossa
113 diretora lá, que fica então para a apresentação da plenária de setembro. Pode ser? Eu gostaria
114 ainda de propor uma inversão de pauta. E a gente faria sobre o item dois, que é a solicitação
115 do Conselheiro Volney, sobre a realização de um senso CEAS. O conselheiro Volney. Você
116 quer colocar você mesmo? A solicitação que você fez? **Conselheiro Volney:** Eu Volney -
117 PSIND. É, pela pequena amostragem que eu fiz já em alguns interiores, eu tenho percebido aí
118 o nível dos Conselheiros Municipais. E, conversando com a Consolação, ele me disse que esse
119 censo já foi realizado. E ontem eu falando com a Nilce, da comissão, diz ela que o resultado
120 desse censo, ele não está disponibilizado ainda para nós. Então a nossa pergunta lá no

121 sindicato. Qual que é o perfil, de quem está fazendo o controle social nos municípios? Então
122 nos até rascunhamos um modelo de censo, mas eu prefiro não apresentar, uma vez que, se já
123 houve esse censo. Então eu trago isso para a plenária, para que a gente possa refletir
124 conjuntamente, para que nos possamos efetivar ações, junto aos conselheiros municipais.
125 **Presidente:** Bom, em análise antes até de colocar para o plenário. Em análise, da solicitação
126 do Volney, o entendimento nosso é de que o censo SUAS trás, a grande parte das
127 informações, eu diria que, dentro do que pude apreciar da sua reivindicação, as que são... eu
128 não quero em detrimento de nenhuma delas, mas são mais importantes, penso eu, dentro da
129 visão que obtive, que o censo SUAS trás. No segundo momento é que, ainda não está
130 disponibilizado, mas estará, e inclusive enquanto nós, Conselho Estadual de Minas, enquanto
131 presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais, já fez essa reivindicação oficialmente,
132 para o MDS e para o CNAS. Para que exista a disponibilização do censo, para todos os
133 conselheiros E aí haverá essa situação de todos os níveis. E aí eu passo, não sei, se isso é
134 possível para te atender. Ou se você quer levar a discussão para o plenário. Ai eu acho que a
135 Consolação queria falar, e a Juanita. OK. **Conselheira Juanita:** Juanita. Governamental
136 SEDESE. Bom. Volney, desde 2009, foi instituído por meio de um Decreto presidencial, a
137 instituição do Censo SUAS. Com quatro eixos: censo CRAS, Censo CREAS, Censo Gestão e
138 Censo Controle Social. Então a SEDESE como órgão gestor, ela tem acesso a este sistema, e
139 ela consegue visualizar estas informações. Então se caso, o Conselho precisar, antes do
140 CNAS, disponibilizar, alterar o perfil da senha do CEAS, no sentido de ele ter toda essa visão
141 geral do Censo, que é o que a SEDESE tem, como gestora estadual. O CEAS pode solicitar a
142 SEDESE que o Sindicato precisa, sem nenhum problema. Tá? **Presidente:** Mais alguma
143 inscrição? Eu volto então para você Conselheiro Volney, para você se manifestar em cima da
144 colocação da... **Conselheiro Volney:** Eu gostaria então que esses dados fossem
145 disponibilizados, para o nosso Sindicato, para que a gente possa, estar dando publicidade a
146 estes dados. Ele não pode ser disponibilizado, ser divulgado isso, ainda não? **Presidente:**
147 Esses dados, o CEAS pode solicitar a SEDESE, esses dados. Para que o CEAS verifique qual
148 é a informação necessária para este Conselho. Agora do Conselho liberar para o Sindicato, aí
149 é uma outra questão que este Conselho aqui tem que avaliar. Porque a SEDESE vai liberar
150 para o CEAS. E tem que ver qual a informação que você precisa. Porque o Censo, aí eu vou
151 pedir a secretaria executiva, para te passar um questionário do Censo, para você ver quais as
152 informações que são coletadas lá, porque para te dar todas, eu acho que tem muitas
153 informações que não tem, por exemplo, endereço, telefone. Então. Não isso não, não
154 queremos. É perfil mesmo de conselheiro, é perfil. Mas aí a minha pergunta, porque isso não
155 pode ser público? Pois é, mas, você entendeu? Volney, ainda existe, ainda existe, alguma
156 situação por parte de fundamentação normativa, de que tem dados lá dentro, que não é de
157 publicidade para a sociedade como um todo. E aí são dados pessoais até de conselheiros.
158 Então o censo como um todo, com certeza, ele não vai ser disponibilizado. Com certeza.
159 Algumas informações que contém dentro do censo, você enquanto conselheiro, aliás todos os
160 conselheiros, tem que ter a responsabilidade de saber do seu papel, do seu desempenho, e a
161 fundamentação legal, que resguarda o desempenho da função do conselheiro. E aí, você vai
162 ter acesso. Agora tirar desse Censo as informações que você precisa, para o objetivo que você
163 quer, aí eu não vejo problema. Nos não queremos Geraldo, de forma alguma, dados pessoais
164 de conselheiros. A gente quer saber: escolaridade, faixa etária, a quanto tempo está no
165 Conselho. Volney posso contribuir. **Conselheiro José Fernando.** Governamental. Isto está
166 disponível na SADE, não sei agora se mudou, se mudou o nome do sistema, porque houve
167 algumas mudanças, aí com o novo governo federal. Na SADE, no MDS, tanto o Censo CRAS,
168 o Censo CREAS, e o Censo de Conselho, está lá disponível. Inclusive numa capacitação que
169 nos tivemos aqui. Não foi aqui? Com uma? Com uma servidora, nos foi colocado enquanto
170 conselheiros, qual a forma de acesso. Então isso inclusive está publicizado no sistema, para...
171 com a senha obviamente. Do que o conselheiro que realmente está autorizado a abrir, do
172 gestor e do presidente do Conselho que... Só esclarecendo. **Secretária executiva**
173 **Consolação.** É... a senha dos conselhos, ela é limitada, como a Juanita falou, ela tem um perfil
174 diferenciado da gestão. Então se a gente for acessar o Censo, a gente não consegue ter essas
175 informações, inclusive utilizadas pela capacitação que aqui ocorreu no dia sete. Que foi a
176 SEDESE que disponibilizou estas informações, para que a gente pudesse estar fazendo. Isto
177 não é disponibilizada para conselho nenhum, é para senha de gestão. A gestão estadual, ela
178 consegue ver todos os municípios e como eles responderam. É.. há necessidade da gente
179 realmente fazer essa solicitação ainda, ao gestor estadual, inclusive o FUNACEAS já pediu
180 essa disponibilidade, o CEAS já pediu. Está todo mundo querendo ter esse acesso ao Censo,

181 mas ainda não temos. E acredito que, vários dados ali daquele, por ter sido. É um Censo,
182 respondido por pessoas. Quando você divulga, ele vai divulgar por nome de um município. É
183 perigoso sim, aonde cai, porque as pessoas podem inclusive, já condenar município. Ta vendo,
184 aconteceu isso, ele não respondeu, ta funcionando. E muitas vezes, quem responde ele
185 também não é capacitado para dar informação. E quando chega o Censo, não significa... a
186 gente está tendo um retorno agora e não significa que a situação já não tenha sido corrigida.
187 Então a gente está lidando com dados, que não podem realmente ser publicizados dessa
188 forma. Ele tem que ter... eles tem que ser tratados, eles são diferentes. Por isso, tem que ter
189 um cuidado sim, na disponibilização desses dados, ta. Porque isso pode causar, como já
190 aconteceu em outros momentos, acho que é por isso que MDS tem até esse cuidado mesmo,
191 com essas informações, das pessoas às vezes entrarem em Ministério Público, fazer um monte
192 de coisa contra a prefeitura, e que não era verdade. A situação inclusive já tinha sido alterada.
193 Então a gente tem que: ver qual que é a informação, o uso da informação, e depois a gente
194 pode estar atendendo. E aí, acredito, se o Sindicato assim quiser, ele tem que formalizar
195 também, independente dessa participação, informaliza, tudo isso para o Conselho, e aí gente
196 vai estar verificando. **Conselheiro Marcelo:** É. Eu estava até então, entendo que a proposta
197 era da comissão de política. Trabalha aqui dentro do Conselho Estadual, estas estratégias, tal.
198 Pelo que eu estou entendendo é o Sindicato. OK. Eu penso Volney. Ainda para não haver uma
199 liberação de forma antecipada, e de repente possa prejudicar. Que você podia rever, porque no
200 e-mail que você coloca. Você coloca várias situações e que inclusive no nosso entendimento
201 acho não vai atender o próprio objetivo seus. No nosso entendimento, que posso estar
202 equivocado. Mas é, fazer realmente aquilo que você necessita, e a gente tornar a trabalhar
203 isso, dentro da própria comissão, para então vir a plenária. Pode ser assim? OK. Agradeço
204 então aos conselheiros. Consideramos vencido, este item. E eu queria assim... Nos recebemos
205 uma carta. E nós já tivemos aqui em plenário, um informativo por parte de empreendedores,
206 que aqui estiveram. Então eles nos encaminharam uma carta. Um ofício de número 41, no dia
207 12 de julho, do Rio de Janeiro. Estado do Rio de Janeiro. Assunto: audiência pública, UHE
208 Itaocara. Em atenção ao ofício 230 do CEAS, de 2001, dirigindo ao IBAMA. Nós temos ofício
209 ao IBAMA, sobre esse empreendimento. Nós já sabemos disso. O qual solicita a observação
210 do artigo quinto da Lei Estadual 12812, que é a lei das barragens. Que condiciona a emissão
211 das licenças ambientais e as LO, que é de operacionalização. A aprovação ou comprovação de
212 implantação do CEAS do plano de assistência social PAS BARRAGEM. Convidamos Vossa
213 Senhoria, para participar da audiência pública, relativa ao licenciamento da UHE Itaocara, que
214 se realizará no município de Estrela Dalva, as 18:30 horas, do dia 19 de julho. Então no dia
215 19/07, portando a próxima... segunda ou terça? Quem está com o calendário? Terça-feira. No
216 município de Estrela Dalva, Estado do Rio de Janeiro, na quadra esportiva do Centro Celita do
217 Carmo Abreu. Informamos que as outras audiências, ocorrerão nos municípios de Aperibé,
218 Cantagalo, Itaocara, do Estado do Rio de Janeiro. Finalmente, o IBAMA, como órgão
219 responsável pelo licenciamento referido em empreendimento, entende a importância de
220 estabelecer uma estreita articulação, e colaboração entre o Instituto CEAS, no sentido de
221 possibilitar a necessária assistência sócio ambiental às populações de área inundada, pelo
222 reservatório, nos municípios de Minas Gerais. O convite nos faz crer, que pelo menos,
223 despertaram agora, mesmo depois da nossa provocação, de que é importante a parceria, de
224 ele estar junto conosco. Então o convite retrata, ratifica pelo menos essa compreensão. Isso é
225 de bom tamanho. Daí, eu, pelo menos entender, que é de muita importância, que esteja... Eu
226 penso, em princípio, dois conselheiros, de forma paritária, uma representação nessa audiência
227 pública. Mas está aberto aqui esse meu pensamento, eu quero socializar com vocês e quero
228 inclusive, já que cada um olhe sua agenda, para que estejam presentes nessa reunião. Quero
229 também informar, que a nossa técnica Rosa, que por enquanto nos estamos com uma só, e
230 não fizemos a substituição de outra que saiu do Conselho. Está de férias, não poderá estar
231 presente. Daí, mais uma vez, a importância de haver dois conselheiros. Pergunto então, se
232 estão de acordo que seja dois de forma paritária? Se não, será um só, e aí independe se
233 governamental ou não. O fato é que existe essa importância e já também pergunto a vocês. É,
234 independente se um ou dois, das agendas de quem poderá estar representando o Conselho,
235 nesta audiência pública. E é bom lembrar que vai envolver três municípios do Estado do Rio de
236 Janeiro e dois de Minas Gerais. É um empreendimento portanto, bastante parrudo. Aberto a
237 inscrição. 18:30 horas. É 18:30 no dia 19. É lá. Juanita não tem agenda. Fernando está de
238 férias. Eu estarei em Brasília. Agora você vê só. Araújo conferencia. 20.19 de julho. Agora.
239 Terça feira agora, a próxima. 18:30, terça feira, 19/07. É nos precisamos... Eu vou pedir alguém
240 da secretaria executiva, para ver a quilometragem, confirmar o real local, porque aqui dá uma

241 dualidade de interpretação. Pode até ser questão de colocação de português, mas eu penso
242 que dá. Quando ele fala que se realizará no município de Estrela Dalva. Depois embaixo ele
243 fala assim: outras audiências ocorrerão nos municípios de Aperibé, Cantagalo e Itacoara. Não,
244 não, não está não. Está OK. É isso mesmo. Estrela Dalva. Vamos ver a quilometragem, a
245 distância, para saber que hora que vai sair, e a gente retorna. OK. Eu vou passar,
246 independente disso, eu gostaria que os conselheiros pensassem, para gente não gastar tempo
247 desnecessário aqui, nas agendas, na possibilidade de ir. Até um retorno e a gente então
248 confirma. O Conselheiro Volney parece que está disponibilizando e Adenor? Se não aparecer
249 outro conselheiro, eu me coloco a disposição. Pronto. Então... e aí gente, eu estou entendendo que
250 a plenária... se os dois puderem ir, e ficarem disponíveis, nos vamos de forma paritária. Os dois
251 conselheiros estarão respondendo. OK. Nós vamos dar os detalhes finais, para... OK. Bom,
252 vencido isto então, a gente tem o item 1, que seria o demonstrativo físico financeiro, da
253 reprogramação de saldo, da lei de orçamento anual de 2012, e eu passo então a fala para
254 nosso conselheiro, João Ademar. Bom nós termos quorum para deliberação. Está OK. Só
255 encontrar ele nas nuvens, para projetar. Para que. Isso é amarelo, não? Nos já estamos com a
256 presença efetiva de conselheiros, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze,
257 doze. Portanto, temos quorum para deliberar. Vamos lá, Acho que o primeiro... não isso aí é a
258 proposta de reprogramação decorrente do quadro, do outro quadro. Nos vamos começar com
259 qual? Demonstrativo físico-financeiro... OK. E, sobre o ponto de vista da prestação de contas.
260 Isso aqui, já passou por aqui. É só para lembrar, nossa memória. Então nos já temos ciência
261 desse saldo, que ficou a ser reprogramado. O total que está em questão e ele é procedente,
262 saldo 2005-2009 e saldo 2010. Para quem, não acompanhou esse assunto, está chegando
263 agora aqui no Conselho. Isto se refere a recursos, do Fundo Nacional de Assistência Social,
264 transferidos, repassados ao Fundo Estadual, que em relação a eles que, permite-se a
265 reprogramação. Então o total a ser reprogramado, d'onde é a origem dele. É... cadê? 586.581
266 relativo ao piso... não consigo ler aquela letra, está ruim para mim. É que se olhar lá e olhar
267 aqui. Especial, CREAS regional, quê que é esse PFMC? Há um. Então dali são quinhentos e
268 poucos, quinhentos e oitenta e seis mil e de dois quatrocentos e vinte e cinco mil e da nível de
269 acolhimento institucional são duzentos e quarenta e oito, duzentos e quarenta mil e uns
270 quebrados. Que dá este total de um milhão duzentos cinqüenta e três e alguma coisa. Então a
271 proposta que foi apresentada, para o uso deste recurso, é... está ali no meio. Saldo para..
272 finalidade: para potencialização, dos serviços de acolhimento institucional para pessoas, com
273 deficiência e transtorno mental, na modalidade de Casa Lar, destinado a indivíduos com
274 vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Financiado pelo Tesouro Estadual, a saber:
275 próxima. E aí sobe e às vezes desce, isso depende do ponto de vista. Que não deixa de ser a
276 vista a partir de quem olha. Então aqui está... nos foi apresentado um quadro mais amplo,
277 desses... do financiamento desta área para 2011, e aí para se ter uma idéia desse recurso num
278 conjunto maior. Então serviço: Casa Lar, serviço de acolhimento institucional para pessoa com
279 deficiência e o outro ponto, Casa Lar, transtorno mental. Quantidade de municípios e/ou
280 entidades, que são as duas coisas. São vinte e oito. No primeiro caso e duas no segundo. Ou
281 dois ser for município. Aí já põe o valor mensal, transferido. Que dá um total desse, até agora.
282 Imagino que seja junto, trezentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta mil, foi feito em
283 memória. Um valor estimado anual, de quatro milhões e setenta e quatro. Você vê que esse um
284 milhão, se ele corresponde a mais ou menos um quarto do valor, que está destinado para essa
285 área. A nossa pergunta ontem era... era ontem, hoje talvez já não seja mais, por isso que é era.
286 Se esse um milhão a UC, se o conselho deliberação deliberar pela aplicação desse um milhão,
287 nesses serviços, nessa finalidade, se com isso o tesouro liberaria um milhão e duzentos dele,
288 para outras finalidades. Aí foi respondido que não. Inclusive o Geraldo e companhia foram, o
289 Centro Administrativo veio, outras questões e essa também foi perguntada. Não pode não. Não
290 é que ao se usar esse recurso, outro recurso será liberado para outras finalidades. Então é um
291 recurso a mais que não estava previsto lá no passado, a um ano atrás, quando se elaborou o
292 orçamento. É isso, que nos foi informado. Então o nosso parecer, mesmo que ele foi um pouco
293 assim a distancia e... Em meio, vamos dizer assim, poucas pessoas, mas conversamos,
294 trocamos umas idéias, é de aprovar isso. OK. **Conselheira Juanita:** Bom. Como eu fui a
295 mentora da proposta, vou fazer a defesa. Esse recurso é aquele recurso que é repassado pelo
296 Governo Federal, Fundo Nacional, para o CEAS, para co-financiamento de serviços de CREAS
297 regional, que eram quatorze, vocês viram que nos temos saldo, porque nos fizemos aquele
298 remanejamento, hoje são só quatro. Ontem eu conversei sobre isso aqui. A outra questão, piso
299 de alta complexidade um. Aquele saldo existe também, porque passou por esse CEAS também
300 esses anos, um remanejamento de 83 metas, que é Cordisburgo e Cataguases, então esse

301 saldo, refere-se a estas metas, que eram... esse recurso que era transferido para o CEAS e
302 que a gente não estava executando. Conforme as diretrizes nacionais, para reprogramação de
303 saldo, esse recurso todo é da proteção especial. Você tem que gastar com a mesma finalidade,
304 proteção especial, e um serviço que não houve interrupção durante o ano. Porque a proposta
305 desse serviço específico para acasalar? Porque é o serviço hoje, que a SEDESE executa
306 diretamente. É de responsabilidade dela, está na tutora, a SEDESE é tutora dessas pessoas.
307 São aquelas da Casa Lar de cima, as 28 são aquelas das casas lares, das pessoas que vieram
308 da extinta FEBEM. Então a SEDESE mantém essas casas lares, com qualidade. As duas de
309 baixo são aquelas pessoas com transtorno mental, extinto do SETES, que ficava ali na
310 Floresta. Então foi feito um acolhimento mais digno para essas pessoas que é aqui em Belo
311 Horizonte, no bairro Nova Suíça, e em Uberaba, são três casas lares. Então a gente coloca
312 dois municípios. Então esse valor ele é passado anualmente. A gente vai até correr um risco de
313 passar esse valor aí, porque isso significa que isso vai ter que ser incluído no nosso orçamento
314 para o ano que vem. Mas para a gente vai ser bom, porque a gente conseguir, fazer um **plus**,
315 para estas entidades, que a gente não conseguia. E o serviço ofertado nesta entidade é de
316 grande qualidade. **Presidente:** Está aberto aos conselheiros. **Conselheira Cristiane:** Algumas
317 dúvidas então para eu poder ter condições de deliberar. A primeira, você começou a falar, mas
318 eu perdi aqui. É permitido a gente tirar, reprogramar recursos de um piso de média
319 complexidade, para alta complexidade? Essa é a primeira questão. Dentro da mesma proteção.
320 Uma outra questão é a seguinte: eu não entendi, Juanita, assim. Repassar esses recursos para
321 essas duas, esses dois serviços, ou esses serviços em duas entidades, significa, ampliar o
322 serviço, nos estamos ampliando esse serviço, porque ampliou o número de pessoas com
323 deficiência? Ampliou o número de pessoas na casa lá? É... tirando um recurso, e essa foi a
324 dúvida que na hora que você falou, eu não entendi. Era um recurso do Governo do Estado, o
325 Estado não vai colocar, então vai pegar recurso do governo federal? Essa é a minha dúvida.
326 Assim que eu entendi. **Presidente:** Não, Não. Esse financiamento, ele é exclusivo do Estado. É
327 quatro milhões ano, que o Estado repassa para essas entidades. 339 mês. Esse recurso que
328 vai ser repassado para elas, vai ser um recurso extra, esse ano. Para melhorar a qualidade dos
329 serviços que são ofertados nessas casas, inclusive elas não podem receber mais pessoas,
330 porque são pessoas da extinta LBA e do extinto SETES que está na tutela do Estado. A gente
331 tem a responsabilidade da guarda e da proteção dessas pessoas. Então o Estado passa
332 mensalmente para elas trinta e nove quinhentos e nove. Ano quatro mil e setenta e quatro.
333 Tem supervisões nestas entidades, duas vezes ano, semestral. Aquele um milhão duzentos e
334 cinquenta e três, vai ser repassado esse ano, para potencializar estas entidades no
335 atendimento, que na verdade já ocorre lá. Só para clarear, mais ainda, aquele primeiro serviço
336 lá em cima, foi um serviço que foi transferido da CEPECADE, para a SEDESE, para a SUBAS.
337 E a gente, nessa migração, para gente de todos os serviços, que foram transferidos para a
338 gente. A gente está dando uma remodelada nele, inclusive na lógica da tipificação, inclusive
339 com qualificação dos pessoais que lá estão. A grande questão que esse pessoal, de acordo
340 com CEPECADE, já vinha apresentando uma demanda de aumento, Já a uns dois anos, mas
341 não conseguia esse aumento. Então na verdade isso não vai ser um aumento, isso vai ser
342 repassado para a entidades na forma de, de uma certa forma aliviar um sufoco que elas estão
343 tendo, até a gente ver a perspectiva de conseguir um aumento para elas. E uma outra dúvida
344 é. Nós ontem discutimos aqui, nos vamos discutir nos encontros regionais, a questão dos
345 serviços regionalizados, que ficará sobre a responsabilidade do Estado. A minha dúvida é?
346 Tirar esse recurso do serviço regionalizado, que na verdade a gente está reprogramando,
347 tirando o recurso, de um serviço regionalizado e passando para alta complexidade, se isso não
348 causará no próximo ano, prejuízo no recebimento de recursos. Para serviços regionalizados,
349 uma vez que, a gente entende que com aquela discussão que está fazendo nos encontros
350 regionais, com a resolução está discutindo, o ano que vem, eu espero que inclusive a LOA,
351 tenha previsto isto, recursos para serviços regionalizados. Não. Não vai ter Cristiane, porque
352 conforme eu falei ontem, dos quatorze CREAS regionais, só tem quatro. Os dez só puderam
353 sair, porque receberam financiamento para CREAS municipal. Porque foi provado por nós que
354 eles não eram CREAS regional, então não justificariam eles receberem um recurso a mais, por
355 ofertar um serviço municipal. Esses quatro, que continuam, não é que eles são diferentes dos
356 demais. É porque eles não tinham a cobertura ainda de CREAS, então nos podíamos tirar um
357 financiamento deles. Mas eles vão ser adequados na lógica da resolução, mas os quatorze que
358 saíram, não ficaram sem o financiamento. E aí o quê que vai ser a partir do ano que vem,
359 porque o Estado vai ter que apresentar para o Governo Federal, como é que nos fizemos esse
360 desenho da regionalização. E a partir do momento que a gente for organizando os serviços, aí

361 vai ter o co-financiamento das três partes, que é o que nos colocamos lá na resolução. Não.
362 Em hipótese nenhuma, em hipótese nenhuma. Inclusive a gente que fazer, porque a
363 reprogramação de sal... quando a gente trabalha com Fundo, isso nos propicia. Se você não
364 fizer a reprogramação de saldo, se esse conselho não aprovar. Esse recurso tem que ficar
365 parado em conta. E o ano que vem vai ter que voltar aqui de novo. Isso não interfere em nada
366 o repasse do ano que vem. Em hipótese nenhuma. Veja bem. Eu quero só dá um pitáculo aqui,
367 é o seguinte: tem algumas, para além só da deliberação nossa, eu penso que tem algumas
368 reflexões que a gente precisa fazer. Tipo: esse valor é esse ano, porque é uma verba
369 reprogramada, então no outro ano não terá. Quando o órgão gestor entende que é para
370 fortalecer as entidades, está subtendido, que a gente não remunerava, de uma forma, justa, eu
371 diria, essas entidades que são co-responsáveis, não só no serviço que presta, como inclusive
372 na co-gestão. E isso é de bom tamanho, porque isso, é assim, podemos afirmar que o
373 financiamento que vem do Governo Federal, ele menospreza a rede conveniada. No que diz
374 respeito, a reconhecer o recurso necessário para o desenvolvimento dos trabalhos. E aí, a
375 gente vê um ganho nisso aí. A terceira situação é que, quando a gente... e aí é
376 responsabilidade nossa, quando a Juanita coloca essa situação, e ontem nos discutimos isso
377 aqui, no serviço regionalizado. Não é. Porque a gente vê, aqui nos citamos, inclusive algumas
378 situações, de não trazer a saúde e a educação, naquilo que tenta colar, e pode prejudicar
379 nossa política pública de assistência. É isso que nos colocamos ontem aqui. Então é só essa
380 visão que eu gostaria de ter, e a responsabilidade de efetivar, de fazer esse desenho dar certo,
381 nos cabe, enquanto conselheiro estadual, porque, é nos que vamos estabelecer o controle
382 social. E é bom que a gente conheça isso de perto, porque o desenho está saindo daqui. Esse
383 desenho está compartilhado, e ele será fundamentado e normatizado, via resolução. É o que
384 eu queria colocar. **Conselheiro Marcelo.** Marcelo. Ô Geraldo, só para complementar sua fala.
385 Eu penso se é possível, considerando que esses repasses de recursos para as entidades, são
386 insuficientes para a demanda, pela sua fala. Não pode sair daqui um encaminhamento, para
387 que na elaboração do orçamento, para o ano que vem, que fique assegurado um aporte maior
388 de recursos, para essas entidades para defesa. **Presidente:** OK. A preocupação que o Marcelo
389 nos traz, é correta. E está na lei de orçamento anual. É isso que a gente precisa estar atento. E
390 aí a colocação que faço, é exatamente essa, porque o que a gente vê, é essa situação. Uma
391 série de normativa, exigindo qualidade, exigindo continuidade, não interrupção, e de prestação
392 de serviços das entidades que estão conveniadas ao poder público. Independente da esfera de
393 governo, se municipal, estadual ou federal. E a gente não vê a recíproca, ela não é verdadeira,
394 porque na hora de remunerar, não remunera dignamente. Não se preocupa com o trabalhador,
395 do sistema único de assistência social, que está nesta entidade, e que parece que não tem que
396 receber a remuneração, dignamente, a capacitação continuada, a qualificação requerida, de
397 acordo com aquilo que a gente entende, que tem que estar na gestão, enquanto servidor
398 público. Então, eu acho que o nosso é para além. Por isso que eu estou chamando atenção
399 nossa aqui. E isso gente que a gente está falando aqui, é uma fala nossa, necessária, de se
400 fazer neste momento de conferência, quer na esfera municipal, ou nas regionalizadas que nos
401 vamos estar fazendo. Por favor **Conselheiro João Ademar:** Lembrei-me, como esse recurso,
402 até Cristiane falou ali, ele é pontual. Normalmente a orientação que eu me lembro, deste tipo
403 de recurso, também você vai olhar o livro é municipal, dos recursos reprogramáveis, se você
404 não pode, fazer frente a despesas, com este recurso, a despesas novas. Que continue no
405 tempo, porque senão ano que vem, desculpe a expressão. Com a calça na mão. Só que ontem
406 de fato, na documentação que veio, e a Beth e eu, que especificamente olhamos um tempo
407 isso. Acho que ainda nós não temos uma... uma listagem, ou uma... uma, como é que chama,
408 especificação, no que isso aqui vai ser gasto. Eu presumo, presumo, que não vai ser para
409 fazer, para cobrir custeio ordinário. Porque se for custeio ordinário, ou seja, que já é necessário
410 para a manutenção do serviço, então está demonstrado aquilo que você e o Geraldo acabou
411 de falar. Talvez a Juanita só para ajudar a clarear, possa dizer alguma coisa. **Conselheira**
412 **Juanita:** Mas o gestor, tem. E eu acho que mais um papel nosso, de não só conhecer, como
413 até enquanto fiscal que somos, do dinheiro público, enquanto controle social, que está dentro
414 de uma entidade. Que é um dinheiro público que está dentro da entidade, e a gente
415 acompanhar de que forma ele vai ser gasto. E saber inclusive, de a responsabilidade que os
416 gestores, ou os co-gestores estão assumindo, sobre a aplicação desse dinheiro, não traz
417 outras situações de necessidades pós. Porque não vai haver esse recurso. Nos outros anos, é
418 só isso. Bom, então. A relação dessas entidades vem trimestralmente, aqui para o CEAS,
419 numa prestação de contas trimestral. Na ação proteção especial, e vem com quê que é gasto.
420 É gasto com despesas de custeio, aquela que tem durabilidade inferior a dois anos. Então

421 conforme o Ademar falou, a gente não pode financiar nada que vai iniciar, é só o que está em
422 continuidade. Aí aproveitando a deixa aqui, o Geraldo me deu. Essas casas lares, são
423 execução direta do Estado, são terceirizadas, mas é execução direta do Estado. Portanto o
424 controle social, também é deste CEAS. E nos temos uma, seis casas lares para criança e o
425 adolescente, em Belo Horizonte, e uma casa lar para transtorno mental. Em BH. Eu acho que
426 nunca foi visitada por nós conselheiros, não é isso, presidente. E só lembrando também, que
427 nos cabe também o papel de fiscalizar o dinheiro público, gasto no programa, projetos e
428 serviços públicos, bom lembrar. Público também entra. Ou não? Não. Eu estou falando o
429 público e o privado, de interesse público, então todo ele. É. Alguma outra consideração? OK.
430 Nos necessitamos de uma deliberação, se alguém tiver alguma posição contrária, a
431 deliberação positiva, por favor, manifeste com o levantamento do crachá. Alguém quer se
432 abster? Não. Então fica aprovado por unanimidade. OK. Muito obrigado. Não tem necessidade
433 de ser nominal não. Vencemos mais um item. Conselheiro vamos lá. Segundo ponto. Vamos
434 para o quadro ou vamos para a lua. Nos temos duas seqüências montadas aqui. Qual é o
435 próximo Beth. Então nos temos que... só... mas também fazer um... puxa o demonstrativo por
436 favor. Mas ele é uma quadrinho assim todo cumpridinho, bonitinho. Inclusive isso foi puxado
437 direto do próprio sistema, puxado do sistema, Vamos para lua, depois a gente volta para ele,
438 não tem problema não. Isso é bom que diz que: o cérebro de vez em quando assim, ser
439 desafiado, isso é bom para a gente não envelhecer no cérebro. Diz que é ótimo, você faz para
440 cá, você muda, você obriga o cérebro a dar um giro de 360 graus, diz que é uma beleza.
441 Chega aos noventa, tinindo. Quê que eu falei? Nada. Eu falei coisa boa, positiva. Não vem
442 colocar minhoca aqui. Vão lá. É que não cabe tudo, não é? Então, foi entregue alguma coisa
443 aos novos colegas? Não. Só o relator que recebe mais planilhas aqui, isso é uma beleza. ...do
444 geral para o particular, na comparação 2012, em relação a 2011, que ainda está andando. Eu
445 tenho esse resuminho aqui. Então o total, faz a somatória aí de todos os serviços e alocações,
446 passa de quarenta milhões e oitocentos mil, para quarenta e oito milhões e quinhentos mil em
447 2012. Ou seja um aumento de um quinto, 20%. Oito milhões em quarenta, então mais ou
448 menos vinte por cento de aumento. Agora vamos. Abertura por, olha-los por, serviço por ação.
449 Por ação. Essas cacofonice fica meio esquisita por ação. A primeira ação. Qualificação de
450 recursos humanos para gestão e controle do SUAS. Aí vem o programa de trabalho, que é uma
451 numerologia. Para quem gosta, o colega da SEPEs é que deve saber isso tudo de cor, vocês
452 trabalham muito com códigos lá. Então é código dela, fonte, fontes importantes sempre, para
453 os que já estão a mais tempo aqui, já sabemos, não é? Naquele três ponto. Naquele segundo
454 número é que está o pulo do gato. O dez que é do recurso estadual. E o cinqüenta e seis é
455 recurso que vem do Fundo Nacional. Desculpa, quê que foi que falei? Estadual. Isso. Ou seja,
456 então na própria planilha já nos é informado a fonte do recurso. Por isso que está escrito "*le
457 font*" é isso mesmo, não é? Vamos para frente aqui. Valor previsto para 2012. A nível do
458 Tesouro Estadual. É assim mesmo que fala, não é? Quinhentos e um mil e oitocentos e
459 sessenta e sete, e do Federal. Isso uma vez eu perguntei, sabe como é comentário? Quando
460 eu estava no Conselho Municipal de Belo Horizonte, aí se fazia, as previsões para o ano
461 seguinte. Aí um dia eu perguntei lá para alguém da Secretaria lá, só me diz uma coisa, este
462 valor, com o Federal está combinado? Ou seja, no orçamento de lá, ele foi lançado? Não isso é
463 uma expectativa, dentro do que a gente vinha fazendo. Então ta bom, ótimo, suficiente. Então
464 nível Federal, seiscentos mil reais. Isso totaliza, um milhão cento e pouco. E a finalidade que é
465 a última coluna. Gestão operacional das capacitações. Deixa eu ver aqui, que ali não abre isso
466 em relação ao ano anterior. Só para efeito de memória, em relação a 2011, o valor é
467 exatamente no total equivalente, ou seja, se manteve o mesmo valor. Segundo. Segunda ação:
468 que é a questão da gestão do sistema único de assistência social – SUAS. Essa é uma rubrica
469 de um valor bem menor, por causa da abrangência da ação em questão. Seria um total, cadê
470 ele aí, sumiu. Quinhentos e noventa e oito mil reais. Só um minutinho, vou achar nas minhas
471 planilhas aqui. Aqui está diferente parece. Fonte tem um pedaço do estadual que é trezentos e
472 trinta e oito e o Federal, duzentos e oitenta mil. Achou ele para mim? Porque aqui na planilha
473 comparativa a distribuição é um pouco diferente. Por isso que eu não estou querendo... Ta aqui
474 ó. Gestão operacional, manutenção dos sistemas, 2011, setecentos e sessenta e três. É que
475 aqui tem alguma coisa que ele fala duzentos e vinte e nove mil. É... só isso. Terceira ação: Co-
476 financiamento de serviços e benefícios para municípios na execução de proteção básica. Agora
477 sim, nos estamos na proteção básica. Você que o conjunto do valor já é sete milhões cento e
478 noventa e seis mil, sendo ambos recursos estaduais, porém agora vem o outro pulo do gato. O
479 3 é custeio, o 4 é investimento. Certo? Só para a gente ir decifrando os números. É isso
480 mesmo? Ou seja, previstos quase quatro milhões. Três milhões e novecentos mil reais. Para o

481 co-financiamento, para serviços assistenciais, custeio, e três milhões e duzentos e setenta mil
482 para co-financiamento para equipamentos assistenciais. Então o próprio terminologia, já nos
483 ajuda a entender. Aí, depois se for necessário, a gente pode... viu Geraldo. Geraldo. Nesse
484 momento eu vou passar, não entrar em detalhamento, depois se algum conselheiro quiser,
485 eu... que especifique alguma coisa mais, a gente pode voltar. OK. Agora vem a quarta ação: vai
486 deixar de pular esse trem aí. Co-financiamento de serviços para municípios na proteção
487 especial. E aí sim, nos temos recursos estaduais, você vê aí que o valor é um quarto
488 praticamente. Treze milhões novecentos mil reais, novecentos e três mil. E do procedente do
489 Fundo Nacional Federal, quatrocentos e trinta e três mil e... cadê? Isso mil e oitocentos. O quê
490 que se refere isso, é o co-financiamento para serviços sócio assistenciais. OK. Depois nos
491 podemos abrir mais se for necessário os específicos. Próximo. Então é uma estimativa. Cadê o
492 asterisco. Ah, esse que você me falou do asterisco. E saiu o texto? Isso. Então, em virtude da
493 resolução do CEAS, que até ela andou por aqui há pouco. Trezentos e sessenta e seis, onze.
494 Que aprova as diretrizes, vou lê, diz que é ruim, projetar e ficar lendo, parece que trata os
495 outros de analfabeto. Mas, está bom. Para a organização dos serviços regionalizados na
496 proteção social de média e alta complexidade no âmbito do sistema único. Considerando, aí
497 vem, considerando as dezenove regionais da SEDESE, e a região metropolitana. Obrigado.
498 Vocês enxergam atrás da parede, que beleza em. Ainda bem que vocês não lêem pensamento
499 em. Propomos acréscimos de construção de CREAS, aí ó. Um milhão e quinhentos mil. Oh
500 desculpem. Falei alguma coisa errada aí, ah. Ah OK. Uma pequena diferença não é? Para
501 repasse aos municípios, tá ali. Três milhões. Houve acréscimo, tan nan nan. Então é a
502 explicação do incremento do valor. O próximo serviço por favor, Beth. Esse ali. Que é o quinto.
503 Na numeração ali. Operacionalização, é isso. É tá faltando um pedacinho. Diz que o cego,
504 também faz isso, quando falta ele lê. E conselho de assistência social, então um valor no
505 conjunto, relativamente pequeno, mas um total de duzentos e vinte nove mil e quinhentos reais,
506 para essa finalidade. E se vocês levam em relação a 2011. Ele tem... 2011 era setecentos
507 quase oitocentos mil, que nos não teremos conferência no próximo ano. Porque as
508 conferências ou a conferência implica num custo mais elevado que ela é a cada dois anos.
509 Outro ponto, manutenção e atualização de sistemas de informação, que é o SIM. Na ordem de
510 cem mil reais. Nos dois a nível federal, de transferência do federal. Custeio é a metade, e a
511 outra metade é investimento. Cinquenta mil. E por fim, o piso mineiro de assistência social,
512 Você que é uma rubrica gorda, é a metade, vinte e quatro em quarenta milhões é a metade e
513 mais um pouco. Que é justamente, para poder nesta área de oferta de serviço, co-
514 financiamento e benefícios sócio assistenciais. Então esse é muito resumido evidentemente,
515 acho que para isso agora, esse momento de perguntas. E eu acho que uma parte eu não
516 saberei responder, se a Juanita conseguir responder. Ou então os colegas aí que são de
517 outras áreas específicas, a nível do gestor, podem ajudar, tentar entender e se apropriar dos
518 números. **Presidente:** OK. Está aberta as inscrições para os conselheiros. **Conselheira**
519 **Juanita:** Bom, eu gostaria só de colocar alguma questão aqui. Nos estamos propondo essa
520 emenda, para a SEPLAG, nessa ação quatro, e nos discutimos isso ontem. A partir do
521 momento que essa emenda for inserida no orçamento, se assim for. Inserida no nosso
522 orçamento, a gente sabe que, como esse projeto nosso ele é estruturador, ele vem
523 acompanhado de marcos e metas. Nos estamos pedindo o valor para serviço regionalizado, Eu
524 não sei, se a gente dá conta de executar isso, no ano que vem. Porque nos fizemos o desenho
525 agora, estamos escrevendo o projeto, para começar a formar as regiões de assistência. Então
526 se emendarem isso no nosso orçamento, e estabelecer marcos no estruturador, e a gente não
527 executar, significa dificuldade para emendar o orçamento para 2013, que onde realmente, a
528 gente vai precisar de recurso para 2012, a lógica é essa. Não é, Fernando. Então a minha
529 preocupação, e de emendar, porque nos emendando ali, solicitando emenda ali. Um milhão e
530 quinhentos para investimento, na minha lógica é construção? Então, você só custeia depois
531 que você constrói e o equipamento está aberto. Então é assim, é uma análise que este
532 Conselho tem que fazer, antes de apresentar essa emenda. Ou ela vai ampla, na proteção
533 especial, ou focar ela no regional, eu fico com receio e com medo da gente não dar conta de
534 fazer essa intervenção a tempo. E comprometer a nossa execução orçamentária. Até é para
535 você também, se você puder esclarecer Juanita. Porque ontem, o Geraldo, a gente teve lá da
536 SEDESE, à tarde, e nos fomos incumbidos de estar, verificando algumas questões, foi até com
537 a Andréia. E aí, ela falou... que conversamos um pouco sobre essa questão da emenda, ela
538 falou que o Conselho poderia estar fazendo essas propostas, é até interessante. E justificar
539 nesse sentido, inclusive, dessa resolução. A gente tem que justificar, porque ela foi que é a
540 única coisa que poderia, inclusive fazer frente, lá junto a SEPLAG, para que a gente possa

541 conseguir, porque em verdade, é essa a resolução que o próprio conselho, aprovou desse
542 desenho regionalizado. Agora, aí, eu fico pensando o seguinte. Até que foi levantado pelo
543 conselheiro, pelo Marcelo e a Cristiane, em relação, ao que a gente reprogramou, se a gente
544 for pensar na reprogramação. E, somar isso, para o próximo ano, para que não perca. Então eu
545 penso, que a gente, poderia então dividir aqueles três, não sei se seria o valor de três milhões,
546 porque também eu fico pensando. Só investimento sem alguma coisa de custeio. Eu não sei,
547 se seria isso mesmo, porque quando você tem a divisão, do vínculo e da sede. As vezes você
548 precisa de um e de outro, para você estar fazendo aquilo que inclusive tratou ontem. Aí, então
549 eu penso que, esses três mil, a gente podia mudar um pouco a justificativa e falar que ele
550 ficaria, não só para a resolução, mas para compor o orçamento, em virtude da reprogramação
551 que a gente teve, e para que as entidades, não percam esse recurso, que ela está tendo esse
552 recurso, que ela está tendo esse recurso agora da reprogramação, que é um milhão e pouco,
553 então esse um milhão estaria incluído nesses três mil, a gente podia melhorar então esta
554 justificativa, da questão da proteção especial. Porque foi a única, foi a que a gente detectou, na
555 hora da análise, que ela abaixou, em relação inclusive ao ano interior, e foi até por isso que a
556 gente se debruçou um pouco mais, sobre... não é João Ademar, sobre ela, e a gente pegando
557 a resolução, então assim, não sei se isso atenderia, tá. Se a gente pudesse fazer essa
558 composição, esses três milhões ficaria para a questão da reprogramação que foi feita, quer
559 dizer, vai continuar nessa ação, a gente muda a justificativa. É porque na verdade, esse CEAS,
560 emendar o orçamento, que a proposta que a SEDESE encaminhou, isso é legítimo. E é claro
561 que tem que ter justificativa para o planejamento analisar, e ver a possibilidade. Agora, a minha
562 questão é além dessa, é porque nós especificamos que a ação quatro é serviço de proteção
563 especial. E nós especificamos lá, eu acho que na ação quatro não podemos especi... só se for
564 na meta, serviço regionalizado. Por que ser for serviços regionalizado, a gente corre o risco de
565 não executar o orçamento, e isso para nós não é bom, não executar o orçamento, compromete
566 na próxima LOA, quanto a gente for pleitear eles vão falar: mas vocês já pediram uma vez, e
567 não conseguiram executar. Não é? Eu gostaria de perguntar, dentro do que a Juanita está
568 colocando. Fernando e Silvestre, se puder nos ajudar nisso aí, é o seguinte: é, a gente tem
569 como fazer, autorizar, deliberar pela reprogramação. E aí a gente sabendo que está na
570 proteção e dizer que, prioritariamente, nos serviços regionalizados? Podemos falar dos dois,
571 falar que prioritariamente? Isso dá para conviver com essa situação no estruturador? Me fiz
572 entender, ou não? **Conselheiro Fernando.** Eu fiquei com uma dúvida aqui? Deixa eu tentar
573 sanar ela. Os três milhões previstos, seriam para construção de CREAS? São duas emendas,
574 a primeira investimento. Um milhão e meio. E depois a gente colocou três milhões para custeio.
575 Depois da construção, dos CREAS. Aí seria ali, ó. Então ao todo é quatro milhões e meio, que
576 está sendo proposto de emenda nesta ação. Só que foi distribuído dessa forma. Um e meio
577 para investimento e três para custeio. Porém o custeio só vai vir depois do investimento? E
578 como para CRAS, a gente pensa em dezoito meses. Para CRAS o convênio a gente pensa em
579 dezoito meses, para CREAS eu não tenho certeza, da... Também é dezoito. Mas o grande
580 problema, para mim, tem um problema maior aí. A gente não sabe, onde que vai... quem vai ter
581 CREAS, porque? A gente ainda não organizou isso. Não. A questão do investimento é
582 diferente. O custo é o custeio. Mas eu estou falando assim. A gente ainda não sabe, quantos
583 CREAS vão ser, se vai ter. Então assim, o meu medo é esse, de aportar recurso específico
584 para CREAS regional, e a gente não executar. Porque a gente ainda não tem essa fotografia
585 de onde vai ter um CREAS regional. Entendeu? Porque nos aprovamos essa resolução o mês
586 passado. Nos estamos num processo agora, de escrever o projeto, de organizar as regiões de
587 assistência, de sentar com Sub-secretaria da Saúde, com a sub-secretária Letícia, para
588 conhecer como é que a Saúde fez o desenho dela, para a gente ver como que a gente pode,
589 nos moldes da saúde, adequar os nossos. Inclusive a gente vai ter que, fazer isso de uma
590 forma completamente diferente da saúde, por causa da especificidade. Essas reuniões
591 começaram só a duas semanas. Nos já tivemos na segunda, ontem. Então assim, eu não sei
592 se a gente vai ter perna, para construir CREAS o ano que vem. Eu acho, pela minha
593 experiência profissional, eu acho cedo. Então a gente pode comprometer a nossa execução,
594 por causa de uma ação colocada anteriormente. Entendeu? Esse é o motivo da pergunta.
595 Podemos colocar nas duas e dizer que, prioritariamente, serviços regionalizados? Porque o
596 desenho está montado, a gente nem sabe se nesses quatro que estão, se os quatro vão
597 continuar. Pode ser que até sai. Entendeu Fernando? Por favor. Entendo. É... deixa eu só dar
598 um passo atrás para depois chegar na resposta. Agora nos estamos entrando num momento,
599 que é o momento de elaboração do PPAG, que é o plano plurianual. Como que funciona o
600 PPAG? O PPAG funciona os três anos. Esse primeiro ano agora é o ano do governo anterior.

601 Então rege três anos o PPAG, do governo anterior, e um ano do novo governo. Agora nos
602 vamos fazer o PPAG que vai durar os próximos três anos, e o primeiro ano do próximo
603 governo. Para dar uma idéia sempre de continuidade, sempre um governo entrando e dando
604 continuidade ao governo anterior. Nesse momento agora, nos vamos fazer a lei orçamentária.
605 Quê que é a lei orçamentária? É o primeiro ano do PPAG é a lei que rege, agora, é o que nos
606 estamos vivendo agora, a gente elabora sempre, o executivo tem que encaminhar essa lei
607 orçamentária, até o dia 30 de setembro, para o legislativo para ser aprovado. Nesse momento
608 agora, a gente, orça. Então orçando, a gente vai prever, esses recursos. E num segundo
609 momento, a gente faz o detalhamento, desse planejamento que é feito agora. Aí nesse
610 momento a gente põe os marcos e as metas, que a Juanita disse. Podemos inicialmente,
611 pensar prioritariamente, e num segundo momento, quando formos definir marcos e metas se
612 não chegarmos ao entendimento, que não será possível, pensar num... **Presidente:** OK. Em
613 cima da sua resposta, Fernando. E aí eu quero socializar com os meus companheiros aqui do
614 plenário. Eu entendo que a gente sai com a alternativa de colocar prioritariamente. Aí num
615 segundo momento de estar estabelecendo metas e marcos, que na eminência de não ser
616 possível, que a gente já deixa deliberado aqui, que vai para essas entidades que presta
617 serviços. Porque a gente não tem essa questão. Porque nos não podemos é comprometer. Eu
618 penso, nos não podemos comprometer o não cumprimento do estruturador. E falhar com ele, e
619 depois cair na nossa própria cabeça. Porque se a gente não der conta, de cumprir, pior será.
620 Mas quero socializar com vocês. Conselheiro Marcelo. Conselheira Cristiane, e logo em
621 seguida Conselheiro Marcelo, antes porém eu quero que o Fernando faça a colocação.
622 **Conselheiro Fernando:** Só para deixar claro também, que esse é o momento de negociação,
623 entre a SEDESE e a SEPLAG. Porque todos querem nosso recurso, e o recurso é finito. Então
624 aqui deixando uma proposta. E, a SEDESE defenderá e eu defenderei, no que me couber, mas
625 isso é uma decisão de alto escalão do Estado, que, entendemos isso, vamos defender, vamos
626 levar, e essa é a proposta. **Conselheira Marcelo:** Bem feita. Compreensão esta, que a gente,
627 este colegiado, e eu posso falar em nome seus também, nesse momento. Porque é
628 fundamentação legal. Não é? Que esse colegiado entende que, inclusive que é complemento
629 do artigo 17, da 12435, da semana passada. Então a Dilma acabou de sancionar uma lei que,
630 nos cobra, nos responsabiliza, para aprovação do orçamento. Então nos temos que resguardar
631 isso daí, para a nossa política, então nos queremos sim, e está na 12435. E lembrar, ainda
632 vamos lançar ainda ali... É a lei que agora que, era o 3077 antiga agora transformado em lei,
633 12435, sancionado pela Dilma. Então ela vem fortalecer, o sistema único de assistência social,
634 onde está inserido esta responsabilidade deste colegiado. Para o Conselho de Assistência, nas
635 três esferas de governo, e mais do isso, se gente olhar, no artigo 12, se não me falha a
636 memória, ainda consta, a questão do IGD, e nos temos que ter assegurado ali dentro, os 3% do
637 IGD, para o Conselho. E aí, nos precisamos ver isso aí, ta Fernando. É só colocar isso. E aí eu
638 espero que o alto escalão, tenha essa fundamentação, muito embora seja fresquinha, do dia
639 seis agora. Mas que tenha isso lá na hora de deliberar. Conselheira Cristiane, por favor.
640 **Conselheira Cristiane:** Sociedade Civil. Eu estou aqui um pouco preocupada, assim. E eu
641 gostaria de fazer algumas reflexões com este Conselho, diretamente aos conselheiros. Que,
642 me veio aqui, a discussão. E já antecipando o seguinte: conheço e reconheço a competência
643 do Ademar, do João Ademar para fazer este tipo de análise, e em nenhum momento eu estou
644 questionando isso. Mas só pensando o seguinte: nos estamos indo nas conferências
645 municipais, e falando com os Conselhos Municipais de Assistência Social, a responsabilidade
646 deles, em relação ao plano de assistência social e o orçamento. Então, a gente na conferencia.
647 Quem está fazendo isso nas conferencias, tem o tempo todo falado para os municípios,
648 inclusive, falando do CPF, e batendo, aspas, grande aspas, nos conselhos municipais da
649 responsabilidade deles em relação ao plano de assistência social. Que eles devem verificar
650 que eles devem buscar, e tararanan... O que nos estamos fazendo aqui agora, não é
651 aprovando números, a gente está aprovando um plano, e o Fernando foi muito claro aqui para
652 a gente, quê que é que nos estamos aprovando aqui. E aí, as prestações de contas, como é
653 que a gente estava fazendo? Os conselheiro recebiam as prestações de contas no e-mail, a
654 gente tinha aqui um encontro, com todas as comissões, discutia as prestações, depois a
655 comissão de financiamento, orçamento analisava. E depois vinha para a plenária. Eu não estou
656 entendendo, e eu gostaria de um esclarecimento, porque que a gente não está fazendo isso
657 em relação a LOA, porque que ela veio direto para a plenária, sem que antes a gente tivesse
658 acesso, para conversar, e inclusive discutir nas comissões. Porque? Na comissão de política,
659 Volney, Eliane, está aqui, Edma, nos estamos discutindo uma série de questões, inclusive,
660 resolução de benefícios eventuais, nos estamos discutindo capacitação do pro jovem, nos

661 estamos discutindo as medidas sócioeducativas nos CREAS, que eu não sei se nesse plano,
662 foi previsto. Não é? A gente tem discutido com os municípios, a questão do concurso público,
663 que está lá na NOB RH, não sei se está previsto? Então assim, tem questões que eu acho que
664 não dá para a gente discutir assim. É uma lei orçamentária. Não, não é um lei. É um plano de
665 assistência social, que vai ser elaborado, que vais ser executado o ano que vem. E que nos
666 quando vamos para os municípios, a gente é cobrado como conselheiro. Qual que é o
667 orçamento do estado para a assistência social? Quê que o Estado tem como co-financiado? E
668 a gente tem respondido enquanto conselheiro. Então assim, eu não sei. E qual que o prazo que
669 a gente tem? Se a gente tem que deliberar isso hoje? Se a gente vai ter mais prazo para
670 discutir? Se a gente vai ter prazo inclusive para discutir a quem nos representamos, com a
671 nossa sociedade civil? Para poder trazer essa discussão, porque do jeito... de forma nenhuma
672 João Ademar e a comissão, fez todas as análises. Mas eu não sei se eu tenho condição aqui
673 hoje, de aprovar essa lei, Não sei. **Consolação:** Só fazer um esclarecimento. Não foi passado.
674 O indicativo. O que foi deliberado na plenária, de passar para todos os conselheiros
675 antecedendo, era só a prestação de contas. Então se for deliberado que qualquer assunto da
676 comissão de orçamento, a gente passe antes, a gente vai até fazer. Ta, a secretaria executiva
677 não passou mesmo, porque não tinha esse indicativo. O documento chegou na semana
678 passada, foi dia cinco, o presidente esteve aqui no dia seis, não é Geraldo, porque também
679 estava em viagem, então a gente despachou na sexta feira dia oito, nos despachamos dia oito,
680 e aí foi para a comissão. Não reuniram todas as comissões antes, em virtude da capacitação. E
681 aí, nos tivemos uma outra capacitação na SEDESE, em relação aos encontros regionalizados,
682 com as diretorias regionais. O que fez com que a gente saísse daqui, ontem a tarde, e fosse lá
683 na SEDESE. E ficou meio... até precário não é João Ademar. Que você viu uma parte, depois o
684 Geraldo viu outra, e foi assim que foi realmente apreciado. Nos temos um prazo, até o dia 30, a
685 SEDESE me parece tem um prazo até dia 31, para julho. Para entregar isso, para a SEPLAG,
686 porque ela tem um prazo também para até entregar para a assembléia, a gente está
687 compilando isso, me parece que esse prazo, se não for Fernando, por favor, auxilia a gente. É.
688 Nos tivemos uma discussão na assembléia, que eu estive lá quando da apreciação da lei
689 diretriz orçamentária. Fui eu e a Beth lá, a gente não conseguiu nenhum conselheiro naquele
690 dia, e isso foi muito levantado lá, que o calendário em relação ao orçamento ele vai ter que ser
691 alterado. Isso foi levantado porque? Você vota a lei diretriz, neste ano, pelo menos neste
692 primeiro ano, ela vem anterior ao planejamento que ainda não foi elaborado. Então isso foi uma
693 primeira questão tratada lá, então todo mundo está trabalhando, numa ordem de orçamento de
694 um plano que ainda não foi elaborado, nos estamos trabalhando num orçamento, essa peça.
695 Para o próximo exercício, que vai constar nesse, no PPAG. Então isso foi auto-levantado, pelo
696 deputado, pelo inclusive secretário adjunto de planejamento. Ele falou que isso vai ter que
697 criar, algum mecanismo aí, porque a gente entra com toda uma intenção antes desse
698 planejamento. Então foi uma crítica geral, nesse dia lá, mas que ele falou, infelizmente, esses
699 instrumentos eles vão seguir, por que a lei não foi alterada. Ela está dessa forma, então a
700 gente está seguindo esse fluxo. Eu não sei se aí no caso, você teria condições, da mesa
701 diretora, dos conselheiros que analisar, a mesa diretora teria que se reunir extraordinariamente,
702 para se debruçar sobre esse orçamento, depois que tudo mundo então, apreciar, porque aí
703 iria... é uma proposta encima do que você levantou, Cristiane. **Presidente:** Eu quero só
704 complementar antes de passar para as inscrições, o seguinte Cris. E para todos nós. O
705 momento que a gente vive, é um momento ímpar. De conferências, nos três níveis de governo.
706 De conferências num momento em que a gente tem essa questão de plano plurianual, do
707 governo, dos governos dos estados. E a gente tem chamado a atenção disso no FONACEAS
708 também. Nós temos passado esta experiência. E quando a gente sai nas conferências
709 municipais, não faz sentido você pregar uma coisa e não fazer aqui dentro desse Conselho. E
710 eu quero chamar a atenção que no orçamento, quando foi discutido na assembléia, a única
711 presença que nos tivemos desse Conselho, foi Consolação. Então, tem hora que a gente
712 precisa voltar e pensar o seguinte, que: se eu cumpro realmente, qual o percentual de
713 desempenho da função de conselheiro, que eu cumpro. Enquanto conselheiro. Porque senão,
714 a gente não dá conta. Se a gente depender de ter aqui normativa de diretriz, ou
715 encaminhamento para a gente trabalhar encima, nos vamos continuar correndo atrás do rabo
716 do cometa. Isso não pode, não dá para acontecer. Mesmo porque, é muito bonito você ver a
717 Dilma, nossa presidente, sancionar a lei, que ficou três anos sendo discutida. Eu estava no
718 Conselho Nacional na época. Desde o 3021, vocês se lembram muito daquele Frankstein. E aí,
719 quando agora sanciona, está muito bonito. Só que vocês vão ver em vários artigos da lei, que
720 depende de regulamentação. E a regulamentação que vai fazer? Nos vamos aqui, ficar

721 esperando vir lá de cima para baixo? Ou nos vamos despertar, esses nossos representados, as
722 nossas platéias, que nos vamos ter nas nossas conferências, para colocar isso. E vocês podem
723 olhar, eu já elogiei aqui os nossos slides de apresentação para as conferências municipais. Ele
724 é todo indagativo, interrogativo, no sentido de, nos provocar, para a auto-reflexão. Para depois
725 fazer uma reflexão sobre a normativa. E aí, eu citei para vocês aqui o 12 dessa 12435, o
726 Marcelo aqui já apoderou dela. E, só para vocês entenderem. E aí, queria que vocês ouvissem
727 e escutassem, e fizessem uma tradução para além das palavras, porque existe uma intenção
728 aqui, de quem as escreveu. Do artigo 12, para vocês verem. Tanto da 17. Tanta
729 responsabilidade que o Conselho tem, e os momentos. Então quando se fala, a lei determina
730 no artigo, prazo. E fala que vai ser regulamentado, nos precisamos acompanhar essa
731 regulamentação. Porque senão vai continuar caindo no nosso colo no dia cinco, para deliberar
732 no dia nove, para até dia trinta e um está pronto. E aí a SEPLAG corre atrás do orçamento.
733 Percebeu? A colocação que eu faço é essa. Pois não Conselheiro Marcelo, depois eu vou
734 passar para o João Ademar que fez a inscrição, e volto. Cris, por favor. **Conselheiro Marcelo:**
735 Eu vou ler o artigo, e depois eu faço as minhas... esclarecimentos aqui, que eu quero ter. Bom
736 parágrafo quarto do artigo 17. Eu vou ler o artigo 17 e o parágrafo quarto. Artigo 17 – fica
737 instituído o Conselho Nacional, órgão superior de deliberação colegiada, vinculada a estrutura
738 do órgão da administração pública federal, responsável pela coordenação da política nacional,
739 cujos membros, nomeados pelo Presidente, tem mandato de dois anos, permitida uma única
740 recondução por igual período. E aí vem no artigo, no parágrafo quarto, para dizer o seguinte:
741 os conselhos de que trata os incisos II, III e IV, que são os conselhos estaduais, municipais e o
742 federal, e o nacional, do artigo 16, com competência. Aí vamos aos verbos em. Com
743 competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar
744 a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes as conferências nacionais,
745 estaduais, distritais e municipais. De acordo com seu âmbito de atuação. Deverão ser
746 instituídos respectivamente, pelos estados, redação dada pela lei 12200 parágrafo.. e pelos
747 estados e municípios, mediante lei específica. Bom, aí eu quero fazer algumas indagações.
748 Bom muito bem. Se nos temos que apreciar e aprovar a proposta orçamentária. Em cima das
749 diretrizes das conferências, nos temos que pensar em mudar datas de conferência, inclusive.
750 As conferências, no meu ponto de vista, elas terão que ser no início do ano, para poder as
751 propostas que saírem das conferências, serem colocadas no orçamento, para a gente aprovar.
752 Para a gente não perder dois anos. A gente perde dois anos. Porque aquilo que a gente vai
753 deliberar nesta conferência, deste ano, ela só foi entrar em 2013. Não é isso? Então a gente
754 tem que começar a repensar essas questões da data, e tal, para poder, assegurar de um ano
755 para o outro. É... e aí vem essa questão, da apreciação, por nós aqui no Conselho, eu
756 concordo com a Cris, sobre essa aprovação hoje. E a dificuldade, e para as próximas, para os
757 próximos anos. Que a gente tenha um maior prazo. Então, assim, que esse trabalho que é feito
758 pela SEPLAG, pela SEDESE, que a gente tenha um maior prazo no Conselho, para fazer a
759 análise disso. Inclusive, considerando as deliberações das conferências. E para tal, eu acho
760 que aquilo antes era um recorrente aqui no nosso Conselho, de estas discussões serem feitas
761 com as três, com as quatro comissões juntas, eu acho que é de fundamental importância.
762 Porque a comissão de política, a comissão de orçamento hoje, já é uma comissão esvaziada, e
763 entendo a dificuldade que o João Ademar, por exemplo, ontem teve, para trabalhar esse
764 processo. **Conselheiro João Ademar:** É porque, o que as vezes as pessoas falam,
765 principalmente por quem não é da área, porque quem é da área conhece. Acha que essa
766 questão de orçamento, ou então é um exercício inócuo, ou então é um mero cumprir tabela.
767 Infelizmente, infelizmente, não só sensação, mas muitas vezes, acontece isto. Veja-se o que
768 sai hoje, que foi feito ontem a noite no Congresso Nacional. Como é que se aprova uma LDO
769 nacional. Infelizmente, o exemplo é esse. A toque de caixa. Não estou falando que a
770 elaboração dele não seja séria. Mas a aprovação, então digamos assim: não vamos entrar
771 nessas considerações, porque. O que eu vejo o nosso caso aqui, justamente isso, porque é o
772 que eu dizia. Isso aqui é um resumo do resumo. Que depois vai ficar mais resumido ainda. Por
773 que na hora em que vai consolidando, e vai ser enviado a Assembléia, evidentemente que ele
774 está, consolidado. Mas que eu vejo um exercício, e aí, aquela questão, haja pernas, mas acho
775 que não é só pernas. Uma coisa que eu sugeri uns anos atrás, que eu dizia. Me parece que há
776 condições para isso, e há. Talvez nós não tenhamos pessoalmente pernas, ou então,
777 capacidade sobre o ponto de vista de domínio técnico, o suficiente. O que se vêem que se isso
778 por um lado envolve, relações de arrecadação e composição. Você tem, o espelho, que a
779 Juanita acabou de falar, quer dizer, a contra-capa é o que? É o plano de ação, por isso que eu
780 realmente também tenho uma dificuldade de entender, como é que se faz, inclusive, na minha

781 instituição, agora mudou. Fazia-se o orçamento até outubro, até o final de dezembro você fazia
782 o planejamento. É meio esquisito esse negócio, então, você já advinha o que vai fazer, e aí,
783 porque a questão, por exemplo de você abrir isso aí muito mais. Nos já fizemos uns exercícios
784 desses, uns anos atrás, uns quatro, cinco, seis se não me engano. Mas, aonde a gente tinha
785 isto mais aberto, e aí você começa a ver, enxergar por traz do número isto mais individualizado,
786 sobre o ponto de vista, de fato, operacional. E aí sim, começar, uma outra pergunta, um
787 exercício, onde isso que se é colocado como prioritário, seja em termos de conferência, seja
788 em termos de política, de normativa, e anseio de desejo. Isto está aqui dentro, sim, não.
789 Porque não? Onde a gente pode fazer modificações. Porque nós não conseguimos nesse
790 momento é um outro olhar que é o de acrônico, através do tempo. Então nos pegamos,
791 comparamos mal, mal, com o ano passado e pronto. Mas sobre o ponto de vista, extra-lógica,
792 se ela continuar caminhando, daqui a quatro, cinco anos, ela vai produzir os efeitos que de fato
793 se quer, sobre o ponto de vista. Me parece, que tem objetivo, por trás de toda a política... cada
794 política, no nosso caso é da assistência social, e agora, acho que incrementada a nível federal,
795 incrementada assim, um foco que é a questão da erradicação da pobreza, que é um desafio,
796 eu acho que realmente a gente tinha que colocar isso na ordem do dia. Isso aqui vai ajudar,
797 porque daqui a cinco anos, o estado de Minas Gerais, no Estado de Minas Gerais, tenha
798 menos pessoas pobres? Então a pergunta é essa. Eu não tenho a resposta. Por isso que eu
799 falo, para poder responder, eu acho que o Conselho ele tem que ser assessorado, de pessoas,
800 aí já tem gente mais do meio acadêmico, ou então na... não sei se tem consultoria nesta área?
801 Deve ter, Fundação João Pinheiro, e tal. É, principalmente que ajude a gente que consiga a
802 fazer, estudar estas coisas, começa a pinçar essas várias coisas e faz essas correlações. E
803 aí, nos dá, nos dá elementos que permitam o conselheiro formar um juízo e votar. Porque uma
804 coisa é assim, aprovo, concordo com a comissão. Mas realmente, digamos assim, uma análise
805 mais qualitativa, do que está em jogo. Você vê que, só para brincar. O orçamento, foi até o
806 Volney, se não me engano, que mandou graciosamente, um dado do IPEA, e eu tive ele
807 ontem, a Beth me mostrou e junto tinha uma outra coisa. Aí você vê no jornal de ontem: O
808 orçamento global do Estado de Minas Gerais é da ordem de 48,9 bilhões de reais, para 2012.
809 50 bilhões. Nos estamos falando em 48 milhões, você tira 10%, você tira dez de novo, você tira
810 dez de novo. O,1. Mas o percentual também é relativo, depende do que você compara, mas
811 acho que é este tipo de questões. Talvez isso sim é um desafio, de qualificar. E aí vem isso
812 que o Geraldo falou, a cada dois anos, é verdade. Se a cada dois anos, o Conselho, hoje
813 somos nós, amanhã estarão outros. A cada dois anos, você tem uma sobrecarga de trabalho,
814 porque os conselheiros são os mesmos, a equipe técnica é a mesma, que é a questão das
815 conferências e a sua importância. Não estou discutindo se é importante ou não. Mas esse ano,
816 desde março, nos volta e meia, falamos não vamos deixar isso para depois, vamos, porque
817 onde, conferência, onde... E mesmo assim, você vê a dificuldade que nos temos de dar conta.
818 De comissão especial, de comissão aquilo. Então, mas ao mesmo tempo acho que é
819 importante, não sei, aí que vem, não sei se nos somos obrigados, obrigados no sentido legal,
820 para cumprir, não sei, da gente tem que fazer apreciação, seja de forma limitada ou não, para
821 poder a SEPLAG, que faz a consolidação e manda para frente. Senão também ela vai ficar
822 sem respaldo. Mas essa parte aqui da SEDESE, o conselho não se pronunciou, que também,
823 aí nos estaríamos falhando, me parece. **Presidente:** É, eu, assim. Eu preciso fazer meu papel,
824 enquanto conselheiro, e mais que isso, enquanto até a liderança do Conselho. Não é. Porque,
825 querendo ou não, ruim ou não, dependendo dos nossos motivos, das nossas agendas, dos
826 nossos trabalhos, das nossas funções, das nossas tarefas, a gente tem algumas situações
827 prévias. Então essa pauta foi socializada com todos os conselheiros, nos tivemos ontem, um
828 dia de reunião, o dia inteiro. Mas não houve manifestação, mesmo sabendo que haveria uma
829 apreciação dessa. E não é porque o presidente quer, porque a gente faz a pauta, é porque tem
830 uma determinação legal. Eu preciso ter isso até 31, e se a gente não demandar isso aqui para
831 a SEPLAG, a SEPLAG não tem como garantir isso pro Conselho e pra SEDESE e pro órgão
832 gestor. É o que eu vivo falando sempre, o Conselho é Uno, não adianta conselheiro
833 governamental, e não governamental. Eu tenho que estar com o gestor. Porque o gestor fraco,
834 vai tirar o dinheiro que a gente precisa aqui, para realizar nossas utopias, nossos sonhos, etc.
835 etc. Não vou delongar mais sobre isso. Mas eu quero falar mais uma vez, eu sei que a carga é
836 pesada, para cada um dos conselheiros, eu reconheço. A dignidade que cada um tem, a
837 disponibilidade que cada um dedica, mas ainda assim, vocês podem observar que a gente não
838 dá conta. Então a crítica pela crítica, não vai nos levar a lugar nenhum. Procurar culpado muito
839 menos. Nos temos que buscar alternativas de solução. Não tem outra maneira de expressar o
840 que a gente está vivendo. **Conselheira Juanita:** Então. Muita calma nesta hora, não é

841 Cristiane. Na verdade nos temos que aprovar esta proposta, nós não temos como correr.
842 Senão este Conselho estará descumprindo uma deliberação legal. Quem errou, quando errou,
843 aí é outra questão. Então eu queria refletir, só encima de uma questão. Essa lei orçamentária
844 que a gente está trabalhando. Vamos voltar na lógica do sistema único. A gente tem
845 planejamentos que a gente segue. E isso é que vai financiar o nosso planejamento. O nosso
846 planejamento se materializa em cima do plano estadual de assistência, que o nosso está
847 vigente até 31 de dezembro. Isso que está na LOA, que o Zé apresentou, é o que está lá no
848 plano estadual que a SEDESE fez a proposta. Porque a SEDESE também não seria
849 irresponsável de propor um financiamento, em cima de um planejamento que foi feito, que esse
850 Conselho aprovou. Que é o Plano Estadual de Assistência, que inclusive foi para consulta
851 pública. Nos estamos num momento agora, de construir o próximo plano estadual, para os
852 quatro próximos anos, que já está sendo construído. A segunda questão: as deliberações de
853 conferência, elas são em curto médio e longo prazo. A LOA reflete estas metas, as
854 deliberações de conferências têm que estar é dentro do planejamento que isso aí está
855 financiando. Então uma coisa vai se puxando a outra. A outra questão encima dessa lógica que
856 o Marcelo falou de alterar data de conferência, as conferências desse ano, que a gente vai
857 trabalhar os quatro sub-temas, e que a gente, mais ou menos, já prevê quais são as
858 deliberações que vão vir de lá. Porque vai se apresentar uma fotografia, da assistência no
859 estado, e nos vamos deliberar em cima dessa fotografia. Não é isso conferência? Nos vamos
860 deliberar em cima de propostas, que vai subsidiar o plano para daqui a quatro anos. E aí, o quê
861 que vai ter lá? Com relação a assistência em âmbito estadual, na gestão do trabalho, que é
862 ordenar e qualificar serviços. Reordenar serviços, é isso que nos estamos fazendo no serviço
863 regionalizado. Qualificar serviços, está ligado diretamente, a profissional, concurso público.
864 Que nos temos que ater. Se isso não está aqui, onde vai estar? Se no Estado, isso não entra
865 nas peças específicas de cada área finalística, vai se entrar aonde? É um questionamento que
866 podemos fazer junto ao gestor estadual. A outra questão é controle social, fortalecer o controle
867 social, que é um dos sub-temas da conferência, então a gente já sabe quais as deliberações
868 que vai daqui, da nossa conferência estadual, com relação às deliberações de município, que é
869 fortalecimento do Conselho, nos enxergamos o fortalecimento e como isso se materializa. Infra-
870 estrutura para os Conselhos funcionar. Isso foi materializado aí por meio de orçamento? Então
871 assim, eu fico pensando, que essas polêmicas de orçamento são extremamente importantes, e
872 tem que ser feita inclusive no início do ano. Não é? É claro que nunca é tardio, porque a gente
873 sempre tem um ano vindouro do outro. Mas, eu penso que esse orçamento ele reflete aquilo
874 que está no nosso planejamento, e que nós já passamos aqui. Se está bom ou não? É claro
875 que planejamento a gente deve alterar a qualquer hora. Mas essa questão de deliberação, de
876 meta, se vai cobrir ou não? Aquela emenda que foi proposta, eu acho de extrema importância.
877 O meu só receio é de vincula-la a serviço regionalizado. Se ela ficar ampla na proteção
878 especial, eu me sinto muito contemplada. Agora as demais metas eu fico pensando que é
879 muito tranqüilo para a gente aprovar. Pra mim. **Conselheira Cristiane:** Eu só quero fazer uma
880 ressalva Geraldo, e demais conselheiros. Assim, que em momento na minha fala, eu estava
881 querendo procurar culpados, dessa questão não. Assim, não é que dizer: Ah! SEDESE é
882 culpada, nada disso. É fazer uma reflexão, sobre o nosso papel enquanto conselheiro aqui, e
883 das nossas responsabilidades. E aí, em nenhum momento eu falei: Sociedade civil, a
884 responsabilidade... conselheiros, sociedade civil e governo. E aí, quando eu fiz essa chamada,
885 é mais nessa perspectiva mesmo de ver, que encaminhamentos podem ser tirados, a partir de
886 agora, para que nas próximas, então, isso não volte a acontecer. Não estou dizendo aqui para,
887 fazer represálias, nada disso. É, coloquei uma reflexão, entendo que eu não estou sozinha
888 neste Conselho, existem outros conselheiros, com cabeças pensantes, e capazes também,
889 inclusive de ajudar nessa reflexão e nas proposições. Do que a gente pode estar fazendo para
890 impedir que aconteça de novo. Porque isso é recorrente, se a gente for ver, tudo chega aqui
891 pra ontem. E aí, a gente acaba não tomando nenhuma iniciativa, para evitar que isso aconteça.
892 Se a gente for lembrar aqui, a LOA deste ano, que foi aprovada o ano passado, não deve ter
893 acontecido de forma diferente. Ela deve ter chegado aqui, no mês, pra gente aprovar, e foi
894 correndo, a gente fez isso de novo. Então é nessa perspectiva. E me chamou a atenção de
895 falar disso agora, exatamente porque a gente está falando isso nas conferências municipais.
896 Nos estamos falando isso lá. E, eu acho que teve inclusive em uma das conferências que eu
897 participei, que uma pessoa participante perguntou: essas perguntas que vocês estão fazendo
898 pra gente, vocês já responderam lá no Conselho Estadual? Sabe, e... ou foi a melhor coisa que
899 eu ouvi. Entendeu? Vocês já responderam isso lá? Claro que ela não me perguntou na frente
900 de todo mundo. Senão eu ia morrer de vergonha. Ela chamou eu no cantinho. Me chamou no

901 cantinho. Que bom, né. Fui muito. Claro, eu acho que esse papel é aqui. Então assim, por
902 favor, não entendam as minhas intervenções, como críticas, individuais, pessoais, e nem como
903 procurar culpados. Entendam as minhas reflexões como uma conselheira que também tem
904 suas dúvidas, suas dificuldades e quer aí colocar questões, para a gente poder construir juntos.
905 E aí nessa perspectiva, eu tenho algumas dúvidas. Então uma que pelo visto, nos vamos
906 discutir hoje, a LOAS. Exatamente isso que eu coloquei. No item um. Aí são dúvidas, que eu
907 quero colocar aqui uma série de dúvidas que eu estou. No item um, qualificação. A gente tem
908 discutido na comissão de políticas, inclusive a gente vai trazer isso hoje, a questão do
909 PROJOVEM, a gente já está numa caminhada aí, de discutir a questão do PROJOVEM. E um
910 dos aspectos que a gente percebeu, é que não houve previsão. Aí eu queria atenção da
911 Juanita, porque é ela, pelo visto ela que vai ter que responder. Não houve previsão nas
912 capacitações passadas, capacitações para o PROJOVEM. Aí a minha pergunta é? Pensou-se
913 nessa perspectiva agora, a partir desse ano, uma vez que. Ontem, inclusive a Gilvânia nos
914 explicou, de maneira muito clara. Volney, Eliane que estava, e Nilce. Que não foram priorizadas
915 as capacitações esse ano, em função das conferências, e aí priorizou outras capacitações.
916 Então tá. Nós estamos aprovando pro o ano que vem, 2012. Tá previsto? Capacitações nesse
917 sentido. A gente precisa saber ali quais são as prioridades na qualificação de recursos. Os
918 recursos humanos. A outra dúvida é: em relação aos benefícios eventuais. Eu não consigo ali,
919 identificar se está previsto co-financiamento de benefícios eventuais. A gente tem uma
920 resolução neste Conselho que fala disso. Tá previsto ali, não sei. Eu não consigo visualizar,
921 naquele... do jeito que está. Outra situação. Em relação aos CREAS, a gente tem discutido
922 neste Conselho, tem uma resolução conjunta com o CEDE, que é o Conselho Estadual dos
923 Direitos da Criança e Adolescente. E toda uma negociação entre Secretaria de Estado de
924 Defesa Social e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, SEDESE e SEDES. Sobre a
925 implantação das medidas sócioeducativas e a qualificação dessas medidas nos CREAS.
926 Inclusive está sendo desenvolvido, uma capacitação, junto ao CREAS, isto está previsto para o
927 próximo ano? Como que a gente vai trabalhar... inclusive tem uma resolução que está sendo
928 discutida, com mais responsabilidades, inclusive para a SEDESE, em relação as medidas sócio
929 educativas em meio aberto. Tá previsto isso para o próximo ano? A resolução está em
930 andamento, então a gente tem que saber se tá ali previsto esse recurso. Falou de um aumento
931 ali, eu e Eliane ficamos aqui tentando visualizar Ademar, de oito milhões, aonde que se
932 concentrou essa ampliação? Eu não consegui perceber isso. É e com certeza você deve ter
933 recebido aí. É no piso de... aí talvez seria bom só mostrar mais uma vez, para a gente perceber
934 ali, onde está. Em relação ao piso mineiro, que tá... o valor contemplado ali, vai contemplar
935 aquela meta de... quantos municípios? Eu já esqueci. Isso. 600 municípios? Pois é, se vai
936 contemplar. Então são essas dúvidas que eu gostaria aí... eu acredito que os outros
937 conselheiros devem ter também outras dúvidas para ser sanada. **Presidente:** Bom vamos lá.
938 Com relação a ação de qualificação, também, se a gente for lá num dos quatro sub-itens do
939 tema central da conferência, na gestão do trabalho. Qualificação do trabalho está ligado
940 diretamente a qualificação. Então nos estamos construindo na SEDESE, um plano estadual de
941 capacitação, de curto, médio e longo prazo. Que vai vim para esse conselho aprovar, até
942 dezembro. Nesse plano estadual de capacitação, que está sendo construído, inclusive esse
943 ano nos temos uma diretoria exclusiva de capacitação. Que era só uma equipe de duas
944 pessoas, agora são cinco pessoas. Com dois pedagogos inclusive nessa diretoria, que é pela
945 Diretora Maira, que tem as diretrizes. Então, está se sendo feito um plano estadual de
946 capacitação, e nesse plano estadual, inclusive esta entrando o PROJOVEM, porque como
947 todos aqui sabiam, o PROJOVEM não estava na nossa gestão. Então por isso, esse ano nos
948 não fizemos capacitação de uma forma aleatória, de qualquer jeito. Então ela está sendo, essa
949 capacitação está sendo construída juntamente com esse plano, nesse plano estadual que está
950 sendo feito. É...inclusive nessa lógica, de como é que município, reordena serviços na lógica da
951 tipificação. Então esse plano ele vai ser passado na CIBE e depois vai vir para cá. E se não
952 tiver dentro, todas as questões que estão sendo discutidas nesse Conselho, o Conselho, é
953 claro que tem que alterar o plano e propor emenda nesse plano. A outra questão, com relação
954 aos benefícios eventuais, inclusive essa apresentação que ia ser feita do perfil do piso. É que
955 nos já temos uma fotografia, de como é que os municípios vincularam esse recurso do piso lá
956 no fundo municipal. Que era o que ia ser apresentado aqui hoje. Como ele é flexível, o
957 município por optar, nos íamos mostrar aqui. Quem optou por financiar a básica CRAS,
958 benefícios eventuais, que optou por financiar especial, medida sócioeducativa em meio aberto,
959 em CREAS, em PAEF, então a gente já tem esse painel, e o SIM já está monitorando a
960 execução desse piso. Na lógica dessa fotografia. Porque que o benefício eventual, ele não é

961 uma ação solta aí? Porque ele é incluído no piso. O piso financia o benefício eventual, quanto o
962 município faz a opção pelo benefício. A outra grande questão nossa, que nos estamos
963 discutindo, que vai entrar no plano estadual de qualificação é. Quando o município insere o
964 piso para co-financiar benefício, ele já tem uma resolução, que reflete a resolução 39 do CNAS,
965 que é a adequação dos benefícios eventuais na perspectiva da assistência. Ou está tudo
966 embaralhado? Financiando, prótese, órtese, remédio, medicamento, enfim, alimentação, essas
967 questões todas. Então a grande questão é, esses municípios que estão financiando piso, eles
968 tem uma regulação hoje, que possibilite eles a financiar esse benefício? Por isso que não tem
969 uma ação específica de benefício aí, por causa dessa questão do piso mineiro de assistência.
970 Com relação à CREAS, medida sócioeducativa em meio aberto. É, a gente sabe, e isso já
971 trabalhado, e é claro para gente, que, a execução está na defesa. O financiamento do estado
972 para a medida sócio econômica é na defesa. A partir que o município apresenta a demanda, é
973 diferente da lógica da assistência. Porque é convencional, enfim. Mas o financiamento do estado
974 para a medida está lá. Inclusive, ontem e hoje, as duas equipes: defesa e assistência, está em
975 Contagem, no seminário lá. Porque foi feito um aumento de trezentas, de trezentos
976 financiamentos, de trezentos adolescentes para Contagem. Então tem dois dias que as duas
977 equipes esta lá, num seminário em Contagem. Eu estaria, mas não pude, porque, alterou a
978 nossa plenária. Portanto, a questão do CREAS medida sócio educativa em Contagem, ele está
979 na ação de qualificação, que é do plano estadual. OK. Penso que eu respondi tudo.
980 **Presidente:** Mais algum questionamento? OK. Eu quero só fazer uma fala, bem curtinha, em
981 função do tempo. Mas é o seguinte: eu pelo menos tenho adotado uma, uma maneira de me
982 manifestar assim, muito isenta, muito serena e com muita confiabilidade na recíproca. Porque,
983 quando eu coloco aqui algumas expressões, que às vezes pode doer em alguns. Mas é muito
984 mais no sentido, de chamar: oh, lá, nos vamos ter que estar fazendo isso. Não é? Então eu
985 tenho essa confiança do entendimento. Então quando eu coloco isso também, quer dizer, até
986 as palavras que você usou, foram essas mesmo, que eu chamo a responsabilidade nossa.
987 Vamos procurar culpar. É porque essa é a fala que a gente tem que fazer nos municípios. Nós
988 temos que imponderar, empoderar esses conselheiros municipais. Você imagina aqui, a
989 dificuldade que a gente tem, imagina os municípios. Então é nesse sentido. Nós temos que
990 buscar, fazer isso acontecer. Aí eu quero só colocar o seguinte: Ruim ou bom. A gente tendo
991 discutido ou não com mais detalhamento, fica o aprendizado para a próxima. Mas nós
992 precisamos deliberar. O meu entendimento, é que pelas discussões que houveram, é que a
993 gente deve preservar. Aí eu quero só que o Fernando me ouça um pouquinho. Que o meu
994 entendimento é que a gente deve preservar esse um milhão e meio para investimento, e ter os
995 outros três milhões nessa situação. É o entendimento que eu penso que, em função das
996 discussões que a gente deve preservar, para deliberação nossa aqui. É diferente disso, não? A
997 gente preservar um milhão e meio para investimento. Isso. E os três milhões a gente deixa ele
998 na situação que está. A gente. De investimento. Não, para serviço regionalizado não. Aí o meu
999 entendimento é que a gente deve ter aquela ordenação de prioridade para o serviço
1000 regionalizado. Mas sem ferir, sem deixar margem de ferir, o nosso cumprimento no que diz
1001 respeito ao estruturador, para não nos prejudicar. E quando da definição do marco ou da
1002 fundamentação, se houver, já fica deliberado aqui que ele carria para estas entidades. Da
1003 proteção social. Isso. Esse é o entendimento que eu estou tendo, em função do que a gente
1004 discutiu. Eu quero socializar com vocês, é esse o entendimento? Pois não, tira. Por favor. É a
1005 respeito disso aqui, não é? Eu só gostaria que a gente fosse bem objetivo, porque eu acho
1006 que... ta. Por favor. Então vão lá Anita. Por favor. **Conselheira Anita:** Bom dia a todos e a
1007 todas. Peço desculpas a todos os conselheiros pela minha falha, esse puxão de orelha serviu
1008 para mim também, ao qual eu estou aqui representando uma população muito, assim,
1009 significativa. E quando se fala em inclusão social, o que está sendo muito debatido. É de suma
1010 importância a assistência social estar fazendo toda essa discussão. Então para nós assim,
1011 temos que aprovar esse financiamento, na lógica assim, eu gostaria também de estar levando
1012 o debate dos verdadeiros, usuários da assistência. Mas da minha parte, como o Geraldo falou,
1013 o nosso presidente, que não se perca todo esse processo. **Presidente:** OK Anita, obrigado.
1014 Você esta vendo Anita, a importância que é você estar aqui com a gente. Pro ce não deixar a
1015 gente parar a nossa pop rua, que a gente tem consideração neles, mas esse vai e vem é
1016 importante, ce ta aqui. **Conselheira Eliane:** Como diz a Cris, é a Juanita mesmo que vai
1017 responder. Porque ela está aqui, então não tem jeito. É, a questão de co-financiamento de
1018 serviços e benefícios na execução de proteção básica, o quê que é de fato? Até porque o piso,
1019 quando ele deu autonomia pro município distribuir, da planilha dele, de que forma ele queria
1020 utilizar o recurso. Então a questão da proteção básica e especial ficou lá. A quando você trouxe

1021 a questão de que o benefício eventual está lá no piso mineiro. Aí me deu essa dúvida do quê
1022 que é co-financiamento de serviço e benefício da proteção social básica, e o quê que é a
1023 proteção especial, que eu acho que até foi dito, mas só para esclarecer, porque me ocorreu
1024 isso. Já que o município colocou lá, com quê que ele queria utilizar, e agora vem dois co-
1025 financiamentos. Como dizem os conselheiros, desculpe a minha ignorância. **Presidente:** OK.
1026 De jeito nenhum. Nós aceitamos o seu o grau de inteligência aqui, que é sempre manifestado.
1027 Eu vou passar para a Conselheira Cristiane. E logo em seguida a Juanita faz. E encerro aqui as
1028 considerações sobre esse assunto. **Conselheira Cristiane:** É Eliane, Conselho Municipal de
1029 Assistência de Fabriciano. É só uma dúvida, quando a gente coloca prioridade aí, eu queria
1030 que a Juanita me ajudasse nessa dúvida. Quando a gente coloca prioridade Geraldo, para
1031 proteção social de média complexidade. **Conselheira Juanita:** Não, pra proteção especial, vai
1032 ficar, aí não diz se é média ou se é alta, pode ser para todas. Porque eu lembrei dos serviços
1033 regionalizados de alta complexidade, que também serão financiados, não é? A gente não pode
1034 colocar CREAS por isso, então, aí pode financiar tanto acolhimento institucional, quanto
1035 CREAS. Ah. Então ta. Mesmo porque Cris. Legal. Não sei se todos perceberam isso. Porque a
1036 importância do encaminhamento, é exatamente nesse sentido, Se não dá para fazer lá, a gente
1037 fortalece os CRAS. E aí gente. Mais uma questão aqui ó. Nos estamos aqui com a LOAS
1038 consolidada. Linda, maravilhosa, perfeitinha. Lá no artigo 22, no parágrafo segundo, fala de
1039 benefícios subsidiários, no valor de 25% do salário mínimo, para crianças até 6 anos de idade.
1040 Quer dizer a LOAS coloca... e os benefícios eventuais subsidiários não poderão ser
1041 acumulados com aqueles instituídos pela lei, que é o Bolsa Família, e tal. Ou seja, bem
1042 estabelecer uma nova forma de benefícios. Por isso que eu estou falando, que quando a gente
1043 discute orçamento, não dá para discutir da forma por que... Não, não, não. Aqui, só um
1044 minutinho gente. Por favor. Vamos fazer inscrição, eu já falei que vou encerrar, e *c'est fini*. O
1045 que você traz Cris. Está corretíssimo, é novidade, e mais do que isso, não se acumula com
1046 outro benefício, agora veja bem, essa legislação, a gente já sabia dela antes Dilma sancionar.
1047 Está aprovada no congresso. E aí, assim. Por isso que eu estou falando, está previsto. Porque
1048 se está lei este Conselho tem que estar atento, porque tem ser implantado, já a partir dos
1049 próximos anos. Aí eu não se ali dentro dos benefício para os municípios, se vai estar previsto
1050 recursos para crianças até 6 anos. **Presidente:** OK. Eu vou passar a Juanita para a resposta. E
1051 só quero, enquanto ela da a resposta, quero que vocês pensem e não precisa manifestar.
1052 Quem é que leu a 12435 toda até então? **Conselheira Juanita:** Bom vamos lá. Porque que
1053 nos temos uma ação separada de piso mineiro de assistência, diferente de co-financiamento da
1054 básica e da especial. Porque essas duas ações, já existiam no planejamento, e o piso mineiro
1055 foi novo, entrou agora, entrou o ano passado, em dezembro de 2010. Quando ele entrou foi
1056 feito um escalonamento. Nesse escalonamento, foi retirado os cem municípios que recebiam
1057 custeio de CRAS, do co-financiamento da proteção básica. Não se quando vocês olharam ali,
1058 deram para vocês enxergar. Mas nos não podíamos o co-financiamento da proteção básica,
1059 porque ali ainda mantêm os 58 municípios que recebem serviços de convivência e
1060 fortalecimento de vínculos, que vieram da ACEPICAD para nós este ano. E que nos não
1061 tínhamos como tirar, sem a gente avaliar e verificar que forma que nos íamos reordenar isso. E
1062 ali, ainda tem os 45 municípios, que recebiam o antigo piso, o recurso do idoso. Pra centro de
1063 convivência pra idoso. Estes dois recursos da base, eles não migraram para o piso. O que
1064 migrou foi os cem municípios de proteção especial. Então a gente na verdade, só vai poder
1065 fazer o processo da unificação dessas três ações, quando já tiver chegado na universalidade
1066 dos 853 municípios. Que ai a gente vai... a proposta é pegar todo esse recurso e estabelecer
1067 como piso. Aí a gente vai dar conta de fazer todo esse reordenamento. Até então a gente não
1068 pode tirar. Não sei se está claro. Você fez mais alguma Cris? Ah ta. Com relação a essa
1069 questão da lei orgânica, do benefício subsidiário, a nossa grande preocupação lá. Quando nos
1070 enxergamos essa fotografia, que o piso nos trouxe, é que muitos municípios estão financiando
1071 com este recurso o piso. E de acordo com aquele questionamento, que é aquele censo que o
1072 MDS fez para os municípios. Quem tinha lei que instituía, ou resolução do Conselho que
1073 instituía, benefícios eventuais. Teve município que colocou lá, e não informou no censo. Então
1074 nos estamos sem saber se realmente ele não informou, porque eles esqueceu, ou não viu essa
1075 informação, ou se ele tinha e não quis informar porque estava em desacordo. Então a nossa
1076 preocupação é, como é que a gente. Como é que a gente vai saber se esses municípios que
1077 optaram pelo piso para benefício, estão nessa lógica. E a segunda lógica, é se inclui esta
1078 questão nova que está na lei. Que isso foi inclusive posterior ao financiamento do piso. Porque
1079 o município quando ele for fazer a resolução do Conselho, ou a lei municipal que institui o
1080 benefício eventual lá, ele vai ter que prever essa situação que a lei está falando. Ou seja, todo

1081 mundo agora vai ter que alterar a lei que institui benefícios eventuais, em âmbito do município.
1082 Claro. Só para contribuir também gente. Porque esse artigo 22, parágrafo da criação desse
1083 benefício subsidiário, com valor de até 25% do salário mínimo. Ou seja, então há transferência
1084 de renda. Mas aí ele fala que não pode acumular com os do Bolsa Família e tal. Quais as
1085 crianças que entrarão então? Entendeu? Sabe, se não pode ser com os das famílias da Bolsa
1086 Família, qual o critério que será adotado pelo Estado, pela união, pelos municípios, para
1087 assegurar crianças que estão fora, do Bolsa Família e outro, para além disso. Senão fica uma
1088 letra morta. Foi bem lembrado. Agora eu só quero lembrar aos senhores o seguinte: isso aqui é
1089 fruto da 3077, que teve origem da 3021, e que... Isso estávamos os dois no Nacional lá na
1090 época, foi feita uma discussão enorme, nesse país inteiro. Fizemos várias audiências dentro da
1091 câmara, etc. Só que aqui gente, isso aqui já tem coisa aqui dentro que já está vencida. Mesmo
1092 porque nos tivemos um programa de combate à pobreza agora, que inclusive tem quesitos lá,
1093 que a gente está trabalhando para não ser inconstitucional. Então ele já fere alguma situação
1094 dessa aqui, se você trabalhar a interceptividade de alguma... nos precisamos. Aqui quando a
1095 gente fala da regulamentação disso aqui, se nós, se nós, agora eu vou falar mesmo. Se nós
1096 não fizer chover, se a gente não fizer, contribuir, nessa regulamentação, virá a regulamentação
1097 que vai ferir toda a nossa caminhada. Mas vamos lá. Só resumindo. Cadê a Consola, agora eu
1098 precisava dela. É, não, mas nós temos que influenciar, nos estamos na conferência. Eu preciso
1099 só o seguinte. Espera aí, por favor, você fica aqui. Consolação saiu. O resumo então da opera
1100 é o seguinte: Pós discussão. Nós vamos encaminhar um milhão e meio para o investimento, os
1101 três milhões vai ficar pra proteção, nos não vamos priorizar no serviço regionalizado, nos
1102 vamos... desculpe nós não vamos especificar, nos vamos priorizar, até que a gente tenha um
1103 marco legal. Caso não, então vai utilizá-lo, nas entidades, nos CRAS, municipais. É isso? E
1104 ainda, ainda. Só se somando a este encaminhando, também nos garantir o IGD. Para, no
1105 nosso orçamento para o Conselho, os três por cento. Eu coloquei, já coloquei. Ta OK. Você
1106 quer. Por favor, Juanita. Fernando. **Conselheiro Fernando:** Na verdade Geraldo nós temos
1107 que especificar em lei. Toda ação tem um produto. Nos não podemos colocar lá quatro milhões
1108 e meio, ou um milhão e meio se investimento, sem um produto, e esse produto tem constar.
1109 Depois, em audiências públicas, justificaremos, a utilização em outros aspectos, porém não
1110 causará prejuízo no marco, porque no segundo momento, no final do ano, que é o momento do
1111 replanejamento. Do planejamento do ... do detalhamento do planejamento da lei, não
1112 colocaremos o marco ou a meta que acarreta em prejuízo ao estruturador, mas na lei, temos
1113 que constar... porque não podemos deixar lá dez milhões, sem nenhum produto. **Presidente:**
1114 Todo mundo entendeu. Concordamos com a fala do Fernando. E o Fernando, é... você é o
1115 nosso guardião disso aí lá cara. Eu vou pedir a Juanita para clarear sobre o IGD. Por favor,
1116 Juanita, me ajuda. **Conselheiro Juanita:** A questão que o Geraldo está falando Zé, João
1117 Ademar, é que lá na ação operacionalização de conselhos de assistência social, constam três
1118 rubricas. 3.10 que é tesouro, 3.29 e 4.29 que é de usinas. E ele está falando ali, os 3% da fonte
1119 56, que é do IGDE, porque este Conselho é instância de controle social do programa Bolsa
1120 Família. Não é isso presidente? **Presidente:** Vocês entenderam? Então nos precisamos
1121 assegurar, e resguarda isso aqui. A deliberação nossa é essa. E nós outra coisa. Nós temos
1122 que lembrar, nos somos exemplo dessa garantia para os Conselho Municipais. E agora, com a
1123 responsabilidade maior ainda, que teremos que ser exemplo para os outros conselhos
1124 estaduais do país inteiro. Porque nos estamos na presidência do FONACEAS. Então nos
1125 temos que levar isso para lá. Ta OK. Alguém contrário? OK. Alguma abstenção? Então
1126 consideramos aprovado por unanimidade. Muito obrigado. Riquíssima a discussão. Podemos
1127 agora então. Cristiane você quer uma fala sobre encaminhamento de prazo. Por favor.
1128 **Conselheira Cristiane:** Não, desculpa José Geraldo. É porque eu entendi que, em relação a
1129 aprovação, OK. Nos fizemos uma outra discussão em relação a questão dos prazos, que se a
1130 gente não deliberar aqui, quando for o ano que vem, vai acontecer a mesma coisa. Então que
1131 eu entendi na sua fala anterior, que você já estava propondo o encaminhamento. Marcelo
1132 também contribuiu um pouco, em relação a essa questão dos prazos de apresentação e da
1133 metodologia de apresentação da lei orçamentária anual aqui. Então a gente precisaria tirar
1134 esse encaminhamento em relação aos prazos. Eu gostaria de deixar este encaminhamento
1135 Cris, veja bem. É o meu pensamento. Mais genérico, nessa plenária. Em função de: eu acho
1136 que a gente precisa trabalhar todo o mecanismo operacional, necessário para se fazer cumprir
1137 isso. Porque a lei de orçamento, ele vem em cima de uma diretriz, em cima de um
1138 planejamento, que se trabalha, e ela se inicia lá no início do ano. Ela se inicia no princípio de
1139 cada ano. Então eu não sei se o Fernando, o Silvestre, pode contribuir nisso aí, mas eu acho
1140 que a gente tem que ter uma seqüência lógica. E inclusive, voltar a sistemática, de socializar a

1141 comissão com as outras comissões, até fazer uma ordenação lógica. E eu acho que a gente
1142 não faria isso aqui agora, com um tempo maior não. Mas é só a minha expressão. Deixa eu
1143 ouvir o ... Talvez como sugestão, inclusive eu nesse momento não tenho bem claro, aí talvez a
1144 comissão pode fazer, assumir esta tarefa. Talvez a gente colocar nos moldes atuais, que por
1145 trás disso, há leis. O alterar, ele passa em alguma medida a nível do legislativo, nos vamos
1146 fazer esse esforço, anota aí Beth, você nos ajuda. Da gente colocar, quais, o quê que o
1147 calendário hoje prevê. Porque a gente não sabe exatamente, não sabe, o que eu sei quem tem
1148 a iniciativa hoje, na atual legislação, a iniciativa de apresentar, o orçamento é o executivo.
1149 Então eu suponho, que vocês não trabalham só me... vocês não o setor de orçamento, não
1150 trabalha só meio ano, ele trabalha o ano todo. Então na verdade a discussão é... porque lá
1151 produz até quando que ele está pronto. Que ele vem pra cá, depois de algum trabalho já feito.
1152 Então primeiro olhar esses prazos, depois ver o quê que é possível trabalha encima disso.
1153 **Presidente:** Eu estou entendendo a orientação da Cris. Porque inclusive, se isso não for
1154 aprovado aqui em plenária, não pode ser deliberado. Quais são os encaminhamentos, a não
1155 ser que venha e outra plenária. Que é isso o que o Geraldo está pedindo. Fazer um estudo
1156 maior, e ver qual que é a necessidade e a possibilidade de fazer uma solicitação total. Porque
1157 na verdade, prazos para encaminhamento do ciclo orçamentário, ele já e real, não altera. Então
1158 assim, o que eu estou percebendo que a Cris está solicitando é, solicitar ao órgão gestor o
1159 encaminhamento dessa proposta com uma certa antecedência. E estipular, porque na verdade,
1160 sempre é 31 de julho, que a SEDESE senta, a partir de agosto, a SEDESE senta, não só a
1161 SEDESE, as secretarias sentam, com o planejamento para começar a negociar os orçamentos.
1162 ... conselho e temas de orçamento e fundo. E aí, dificilmente você vai ter de qualquer gestor.
1163 Ele não vai conseguir dar com duas plenárias antes. Quem ta no orçamento, sabe que não
1164 vem. Nós podemos pedir e devemos. Isso é uma coisa, vamos fazer isso. Já está
1165 encaminhado, a sua colocação é perfeita. Só que, o quê a gente pode ter, é ainda, o quê a
1166 gente pode ter é ainda de forma não terminada, parte deles aqui, por apresentação do gestor.
1167 E mais do que isso. Aí eu chamo a atenção do Fernando, que está conosco no orçamento.
1168 Ninguém quer estar nesta comissão. Aqui é eu, o João Ademar e o Fernando. E porquê?
1169 Porque a gente precisa, é nós sairmos daqui e ir lá para dentro do gestor e começar a
1170 acompanhar a elaboração dele. Aí a gente teria uma compreensão melhor. Fora isso, não vai
1171 chegar aqui do jeito que a gente espera. Mas de qualquer maneira, a gente vai encaminhar o
1172 seu pedido. Então, acrescenta-se à deliberação. Essa situação, de solicitar com dois meses
1173 antes, ainda que de forma não terminada, para a gente conhecer o processo. É isso? Alguém
1174 ao contrário? OK. Então por unanimidade está deliberado. Vamos fazer a carta com dois
1175 meses, ta. Passamos então ao item 3, que é o desmembramento dos encontros regionais. E aí
1176 nos vamos colocar. Tivemos ontem.... Pessoal. Conselheiros. Conselheiros e conselheiras. O
1177 nosso próximo item de pauta é o remanejamento de algumas situações dos encontros
1178 regionalizados. Estivemos ontem, eu e a Consolação, com... Pois não. É só pra... Porque o
1179 demonstrativo não foi colocado em deliberação. E eu preciso disso. Que gera uma resolução,
1180 que a gente colocar, inclusive tem deliberar o Conselheiro que vai fazer essa alimentação dos
1181 dados. Se vai ser você mesmo, inclusive, sabe Geraldo, ou se vai agregar a outro Conselheiro,
1182 que tem que vir aqui na Secretaria Executiva, comigo, a gente faz a alimentação desses dados,
1183 no sistema. Então está faltando estas duas deliberações, por favor. Voltemos ao jovem lá. É
1184 que nos trabalhamos o resultado, ou seja, o valor reprogramado demonstrativo, mas nós não
1185 mostramos a criança. Nós só falamos da certidão. Que venha a criança sô. O problema é que
1186 pra enxergar aquilo lá, é teste oftalmológico. Hoje está bravo em! Oi? Não eu não tenho isso
1187 aqui não. Não foi-me entregue. Impresso. Depois dos quarenta a gente fica mais calmo. Pronto.
1188 Isso aqui é puxado do próprio sistema, para que nunca viu essa criança aí. É, onde faz-se a
1189 programação, onde são lançados os valores transferidos. E agora, compete o Conselho,
1190 formalmente, com senha, essa trenhada toda, tem que entrar e finalizar o assunto. É isso que
1191 eles estão falando lá. Só que o Conselho, seja na pessoa do presidente ou de quem você quer
1192 que seja. Isso, ele faz isso com base na reso... tem que ser uma aprovação, inclusive informar
1193 lá, em qual ata foi aprovado e tal, tal. Então acho que a busca sempre é essa, que essas
1194 coisas sejam o mais possível socializadas. E com isso tem esse domínio, da, da... como é que
1195 chama, do assunto. Então o título está ali. Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-
1196 Financeira do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e no caso que estamos falando,
1197 Base 2010. E aí nos estamos falando a nível do Governo do Estado de Minas Gerais, os outros
1198 estados, cada um verá o seu. Aí vai subindo aí, informações, telefone, endereço. Vai subindo
1199 aí. Aí ele vem aberto em qual nível? E aí nos estamos lá naquele Recursos. Deixa eu olhar
1200 aqui, que é um pouco mais. Recurso co-financiamento federal. Fundação da Assistência Social.

1201 Então ele vem aberto, neste primeiro item, em quatro sub-itens. Que é a proteção social
1202 especial. A letra, o tipo de letra aí não é a melhor para se ler, mas que é aquela primeira, que
1203 importa, que importou num total de R\$ 1.425.600,00. E ele por sua vez, ele tem um grau, mais
1204 um grau de abertura. Ou seja, essa proteção social especial, ele abre ela em piso de alta
1205 complexidade I, que aí é R\$ 49.800,00; piso fixo de média complexidade, 672.000 e piso fixo
1206 de média complexidade II: 704.000. Ta. Isso aqui pressupõe. Cadê a Cristiane, ta ali com o
1207 Jânio. Isso aqui pressupõe. Não é para você, mas lembrando o que você falou. Vamos dizer
1208 que, por traz, a gente tenha presente de novo aquilo lá. Piso de alta complexidade I, pelo valor,
1209 se a gente for pela ordem de importância, R\$ 49.000,00 é importante. Hoje de eu pegar o de
1210 média complexidade II, concretamente no Estado de Minas Gerais, o que está por trás disso?
1211 Quais serviços está, tal, tal, tal. Acho que agora a gente não vai fazer, nos já tivermos tempo,
1212 só que tem hora, de fato, que a gente tem lembrar a gente esquecendo para quem não
1213 operacionaliza isso no dia a dia. Como é que é? Aquele que tem lá dentro. Segundo. E aí tem,
1214 Proteção Social Especial. Cadê o negócio. Piso de Alta Complexidade. Aí são R\$ 27.748,00.
1215 Isto aqui é o rendimento financeiro das aplicações, do item acima. Porque o dinheiro não vai
1216 ficar parado. Espero que não. Porque senão só o banqueiro fica rico. Então o gestor público
1217 tem uma determinação de fazer a aplicação desse recurso. Por quanto está no Banco. Ou seja,
1218 não pode ficar dormindo, parado em conta corrente, simplesmente. Que o banco, você sabe
1219 que ele empresta todo dia, ele faz dinheiro do dinheiro. Por isso que é banco. É. Proteção
1220 social especial, o item 3, são R\$ 720.000,00. De novo dividido, ele abre aí em dois, que o
1221 primeiro não teve. Média complexidade R\$ 852.000,00 e Média Complexidade 2.568.000. No
1222 âmbito do SUAS. E o quarto, o saldo financeiro apurado no exercício, 743.000. E o total de
1223 recursos. Co-financiamento estadual e municipal. Porque ali também dá uma idéia para nós.
1224 Do quê que está junto. O conjunto todo. R\$ 11.303.000,00. E o saldo, que nos acabamos de
1225 reprogramar ele. Naquele valor de R\$ 1.273.000,00. Como é que é? Então restos a pagar, ele
1226 aparece como restos a pagar. A não, não, não. Desculpe. Eu que fiz aí agora. É restos a pagar
1227 que já está empenhado para 2011. Então isso não entra no reprogramado. Obrigado ... Eu ia
1228 falar uma besteira. Então, mas ele consta como... ele não foi executado evidentemente, porque
1229 isso aqui é 31 de dezembro. Mas tem coisas que em janeiro, fevereiro. Essa altura do
1230 campeonato, nos estamos em julho já foi... Já está amarrado. Hum, hum. Tem mais outros. Ali
1231 tem duas. Ih, Jesus. Pronto. Aquele lá não esta aqui. Eu consigo ler alguma coisa um ponto
1232 dois. Saldo distribuídos para reprogramação em 2011, referentes aos recursos repassados em
1233 2010, lembram? Que daquele valor de um milhão duzentos e poucos que nos autorizamos a
1234 reprogramação, tem uma parte de saldo de 2005 a 2009. E ele faz isso aberto. Que são
1235 seiscentos e setenta e sete mil de 2010 e por coincidência são seiscentos e setenta e sete mil.
1236 Só que a segunda parte que é diferente. Relativos ao recurso antigo, que dá este um milhão
1237 duzentos e alguma coisa. Que é o total que foi reprogramado. Que são os números aqui
1238 compondo. Depois o quê que ele faz? Aí já vem no físico. Execução física. Porque aí... porque
1239 é físico-financeira, físico é de pessoas. Ele é valor total de indivíduos. Média complexidade
1240 famílias e indivíduos atendidos. 1.120. Que é o total. Aí o comentário, que inclusive ele aparece
1241 lá no sisteminha, na hora que puxa. No. Que é uma explicação do item 4. Reprogramação de
1242 2005-2009. Os saldos financeiros apurados após a execução da reprogramação referentes aos
1243 exercícios 2005-2009. Lançado no sistema. É no valor de vinte e um mil, que são os, é o ...
1244 como é que chama. O rendimento que teve neste período. O saldo bancário 31/09. E tal e
1245 coisa, este valor já foi gasto em janeiro, fevereiro de 2010. Desde modo o saldo bancário é de
1246 R\$ 135,00. Para poder fechar. Se você pegar isso e balizar com o Banco. Porque aí tem que
1247 fechar. E aí a explicação porque que, porque uai você tinha um saldo de vinte e um, mas só
1248 tem cento e trinta e cinco. Porque foi executado no início de 2010. Então esse é o total do
1249 físico-financeiro, então o que de fato sobrou foi R\$ 135,00. É. Estava né. Porque agora, ele
1250 deve ser um pouquinho mais, porque de janeiro para cá, já rendeu um pouquinho de novo.
1251 Queira a aprovação. **Presidente:** Algum questionamento? Quer fazer a? Conselheira Cristiane:
1252 Só uma dúvida Juanita. Porque me pareceu, na hora que eu leio aqui. Que tem aporte de
1253 recursos em vários pisos. E ali só tem meta física, no piso fixo de média complexidade, crian...
1254 não o de baixo. Piso fixo de média complexidade família e indivíduos, 1120. É só aí mesmo?
1255 Apesar... porque tem recursos nos outros pisos também, mas não tem meta física?
1256 **Conselheira Juanita:** Não. Na verdade a ... porque que não tem meta física ai. Nos já falamos
1257 e já até fizemos esse remanejamento de metas. Era aquelas metas da alta complexidade I, que
1258 está indo para Cordisburgo e Cataguases. Que vinha para o estado, já tem bastante tempo,
1259 que esse CEAS aprovou um remanejamento no ano de 2008, e aprovou este ano, o restante
1260 das 83 metas. Por isso que a execução é sempre zero. E é esse saldo que nos fizemos a

1261 reprogramação. O Estado não executava. Ele executa a alta complexidade, mas com recurso
1262 do Tesouro Estadual. O que nos vamos fazer agora, é um repasse para essas entidades, com
1263 recurso da reprogramação de saldos. Ainda com recursos do Tesouro. Vamos fazer aquele
1264 **plus** que foi aprovado aqui. Eu queria só voltar lá no... Não é aí mesmo. Não. Na proteção
1265 especial, só fazer uma análise entre os conselheiros, que eu até procurei a Juanita, para
1266 balizar. Se vocês fizeram o somatório? Do repasse, do co-financiamento. Do governo federal
1267 para o Estado de Minas. Vocês somaram e viram, qual que é o repasse anual, que vem para a
1268 alta complexidade no Estado de Minas Gerais. No universo de 853 municípios. Não, eu fiquei
1269 perplexo agora assim em avaliar. E aí fazer uma reflexão. Porque quando a gente chega nas
1270 conferências municipais, e que a gente pontua toda a legalidade, tudo que é preciso realizar. E
1271 quer queira ou não, eu volto a reiterar uma fala minha ontem. Cai, sobre o município. O recurso
1272 próprio dele. E aí, lá na Constituição que fala muito claro, a questão da co-participação dos
1273 entes federados, a gente vê que isso realmente não chega da forma que realmente precisa pra
1274 balizar e efetivar, essa política, juntamente... eu estou falando essa, porque essa é a nossa que
1275 a gente está aqui. Então eu acho assim. Quê que é um universo de R\$ 3.000.000,00, ou pouco
1276 mais que isso. Gostaria de chamar a atenção. Para... do universo da federação, para um
1277 estado como o nosso, com 853 municípios. Pra ver assim, o tamanho do desafio que é, você
1278 chegar para o município, implantar na lógica do que nos discutimos, mas que a gente também
1279 tem balizar e avaliar aqui. Como é que estão estes co-financiamentos? Nesses co... na co-
1280 participação do financiamento disso. É um grito realmente, que eu estou dando aqui em
1281 relação ao comprometimento do ente federado, com o universo do estado como o nosso. Não
1282 desmerecendo o outro mas.. É um consideração que eu achei pertinente de se fazer a cada um
1283 de nós. Em relação a esse co-financiamento. Vocês vão observar que nas nossas lâminas tem
1284 esse questionamento, para a gente levar para as conferências municipais. Espero que a gente
1285 esteja colocando isso. **Conselheira Cristiane:** Eu só quero... nó perfeito a fala do Fernando, e
1286 eu só quer lembrar. Se o sistema não mudou ainda Geraldo, se o sistema não mudou. Porque
1287 até o ano passado, eu é que fazia o lançamento dos dados no sistema. Existe um espaço para
1288 parecer do Conselho. E uma das críticas que nos já recebemos, que o parecer muitas vezes é
1289 assim: aprovado ou reprovado. Inclusive nos recebemos uma carta em relação a isso. Então se
1290 nós estamos considerando. E aí eu acho que estamos. Eu estou. Considerando essa fala do
1291 Fernando, eu acho que inclusive no parecer, que nos iremos dar. Do demonstrativo, eu acho
1292 que nos temos que chamar a atenção pra essa situação. Que não é co-financiamento, se a
1293 gente for pensar dessa forma. Porque num universo desse. E agora aí, a gente também tem
1294 que pensar o seguinte: e isso sempre os municípios nos perguntam? Como aumentar esse
1295 recurso? Pra que ele possa atender de fato a demanda. Mas de qualquer forma, eu acho que
1296 no parecer, uma vez que tem espaço para isso. A gente deve fazer essa consideração em
1297 relação ao recurso. **Presidente:** OK. Então, fica já alertado. Esse reparo. Acho que é uma
1298 fundamentação que a gente contribui no processo. É importante fazer isso. Porque essa
1299 situação que o Fernando levanta, e que, eu espero esteja colocando isso no município. Ela vai
1300 na mesma linha paralela, quando a nossa presidente também colocou que vai fazer 6000
1301 creches no país. Seja bem-vindo, todos os recursos para a ASTESDES área 4. No mesmo
1302 padrão que está desenvolvido na ZUMEI, seja bem-vindo. Só que 6000 você dividir por 5.565
1303 municípios você vai me desculpar. Mas não dá nem uma por municípios. E aí depois, nos
1304 vamos continuar batendo nos nosso meninos, e chamando de delinqüente infanto-juvenil.
1305 Então eu acho que isso é um pensamento que nos temos que ter, para as nossas
1306 conferências. É um momento de empoderar a sociedade civil, é momento de chamar a
1307 atenção, que a nossa política é política de estado. Não é de governo. **C'est fini.** Pessoal então
1308 estamos. Pode. Não encaminhei ainda. Pode.

1309
1310 - Bem rapidinho, que eu penso que é uma responsabilidade nossa, inclusive. Como a gente
1311 está fazendo essa defesa no município e agora foi colocada aqui no Conselho. E ontem
1312 nos discutimos isso aqui. A partir da habilitação, o ente não pleiteia mais recurso. Mas a
1313 partir do momento que eles executa, e informa lá na rede. Qual rede eu estou falando?
1314 CADSUAS, a gente tem, todas essas entidades cadastradas na rede SUAS, que o Estado
1315 cadastrou de alta complexidade I. Que são aquelas trinta que vão receber esse **plus**, que
1316 foi reprogramado de saldo... Então porém, a realidade ela está instalada. E tem lá no
1317 CADSUAS, o financiamento da fonte 10 ponto 1. E não tem o da fonte 56. Isso significa o
1318 que? Que deveria, o estado deveria financiar, deveria receber um co-financiamento, para
1319 estas entidades específicas, porque é alta complexidade. E lá fala que proteção especial,
1320 principalmente de alta complexidade, é co-financiamento. O média complexidade vai vir ali,

1321 eu penso, quando nos fizermos aquilo tudo. Instalou os CREAS. Aí vai ter um acordo.
1322 Efetivado entre as três partes com o financiamento. Agora a alta complexidade já está
1323 instalada, e existe o registro dessas entidades no CADSUAS. Que qualquer um, inclusive o
1324 Volney pode acessar lá, e verificar no Estado a rede financiada por ele, quais os
1325 profissionais que estão nesta rede. Ó, isso eu penso que só complementa a
1326 fundamentação que a gente deve dar como resposta, pra além do sim ou do não. E aí,
1327 pessoal. Eu acho que já está entendido. Tem alguém com posição contrária ao que está
1328 encaminhado, inclusive na apresentação feita agora do orçamento? Alguém quer se abster
1329 da votação? Então considera-se aprovado por unanimidade. Por favor, Consolação.
1330 Aprovação por unanimidade. Ta. Eu gostaria de passar para o item 3 e 4, nos vamos matar
1331 rapidinho. Porque o 4, foi em função de conselheiro versus regional. Vocês receberam aí
1332 hoje um quadro, que já traz algumas alterações, em função de: tivemos ontem uma reunião
1333 a tarde. Eu e a Consolação e a nossa Conselheira Roberta, que também é nossa
1334 subsecretária. Com todos. Edma, Conselheira Edma, estava conosco. Com todas as...
1335 aliás fizemos um trabalho antes de aprovação de algumas peças, do que diz respeito ao
1336 GT, para a nossa conferência estadual. Logo em seguida, estivemos com todos os
1337 diretores regionais da SEDESE, então todos os diretores estavam presentes. Dentro desta
1338 discussão, houveram alguns questionamentos e que nos tivemos que compartilhar com
1339 eles e deliberar por eles, naquele momento. Porque era um momento único de estar com
1340 os diretores regionais. Assim sendo, as situações de alteração de regionais foram: a
1341 unidade de Paracatu, a regional de Paracatu terá uma regionalizada. Patos de Minas, que
1342 seria junto com Paracatu, uma única regionalizada, se subdividiu e nos vamos fazer as
1343 regionalizadas dentro das duas diretorias regionais da SEDESE. A outra situação foi que,
1344 também Salinas e Araçuaí. Salinas e Araçuaí também pelos mesmos motivos, foi
1345 reivindicado e nós concordamos. Em função de: a proximidade, de data, a proximidade
1346 geográfica, de não envolver um custo excessivo, dentro daquele primeiro foco nosso que
1347 era otimizar gasto do dinheiro público, para a conferência, uma vez que nos estamos no
1348 primeiro ano de governo, nos estamos vivendo uma situação difícil de dinheiro, e já foi
1349 entendido isso por essa plenária, e daí ter feito essa deliberação. Em função disso, fomos
1350 muitos... a diretoria regional foi muito receptiva com o Conselho. Ela entende o papel do
1351 Conselho, e mais do que isso, a diretoria regional como um todo, até enaltece o trabalho
1352 deste Conselho. Houveram várias manifestações favoráveis. E aí, que redundou nesse
1353 quadro que vocês estão com eles na mão. Em função da deliberação de ontem, nos
1354 também observamos que três conselheiros nossos, que não participaram da capacitação
1355 de ontem. Também não farão as regionalizadas. E aí nos estamos falando do Conselheiro
1356 Miguel, que faria as regionalizadas de Varginha e Poços de Caldas. O Miguel já se
1357 justificou e ele também teria que sair também às 11 horas, e nos temos também um outro
1358 conselheiro que também daqui a pouco vai ter que sair. Daí a nossa urgência de tempo. A
1359 outra situação da nossa Conselheira que faria Governador Valadares, e que inclusive nos
1360 já tiramos ontem uma aquiescência aí, conivência, do José Ismar, nosso Conselheiro, que
1361 vai estar substituindo. E outra situação é da Conselheira Gilvania, que eu e Consolação já
1362 confabulamos aqui, de fazer a substituição da mesma. Em função dessas colocações que
1363 eu estou fazendo para vocês. Esta aí o retrato do remanejamento. E nos temos uma
1364 situação, que eu gostaria de haver um entendimento e manifestação, por parte da
1365 Conselheira Eliane. No que diz respeito a uma troca. Que nós a retiramos da sua terra
1366 natal, e levamos para a região de... por solicitação, foi reivindicado, eu achei gozado. Aqui.
1367 O gostoso é que tiraram. O pessoal pediu para que a Eliane estivesse no lugar que o
1368 presidente estaria. Eu fiquei muito satisfeito e feliz. Porque é sinal que nos temos pessoas
1369 com... é. Não, não. Foi não, aliás... Aqui ó. Eu estou sendo absolutamente verdadeiro.
1370 Colocaram assim: a Eliane pode fazer... Pode. Sem problema nenhum. Então a Eliane
1371 vai... Eu quero que você manifeste. Paracatu e Patos de Minas. É possível Eliane? Nessa
1372 agenda? OK. Então. Pronto. Fique tranquila que você terá um motorista, você terá um
1373 motoristas a sua disposição que vai te fazer uma companhia muito agradável. A outra
1374 situação é que: nos temos 23 e 24, Varginha e Poços de Caldas. E na eminência de: o
1375 conselheiro Miguel não fazer, eu pergunto aos conselheiros quem se manifesta? Marcelo
1376 Armando, já me falou aqui, que 23 ele estará na regional São João Del Rei que é dele, e
1377 se, alguém puder fazer Varginha, ele iria de lá fazer Poços de Caldas, sem alterar data. Aí
1378 eu pergunto se alguém se manifesta a fazer 23 Varginha? Porque não dá para ele atender
1379 as duas. A não ser que a gente tenha outra situação. E aí eu abro para os conselheiros.
1380 **Conselheiro Marcelo:** Pelo que eu entendi, Varginha é seqüência para Poços de Caldas?

1381 É caminho? Eu pergunto, se dia 23 eu vou estar em São João Del Rei? De repente, no dia
1382 22, se pudesse mudar? Dia 22 São João Del Rei, 23 Varginha, 24 Poços de Caldas.
1383 Entendeu? Pois é, São João Del Rei é 23. São João de Rei é 23. É uai, porque eu já vou
1384 estar lá mesmo. Pois é, eu faço São João 22, na segunda, terça. Porque eu já vou perder
1385 mesmo, eu já vou perder a segunda-feira. De trabalho. Não eu estou dizendo no meu
1386 trabalho, no meu trabalho, eu vou ter de conversar com o meu chefe lá. Não como ganho,
1387 é lógico, no controle social. Aí, entendeu Consolação? Por exemplo, 22 é São João Del
1388 Rei, porque aí é caminho. 23 Varginha e 24 Poços de Caldas. É um dia atrás do outro, já
1389 está por conta. Pois é, é isso que eu estou dizendo. Se for possível, muito bem. Senão, dia
1390 23 eu estou em São João Del Rei e 24 em Poços de Caldas. Não, não é problema. O que
1391 eu digo é assim. Tem que saber se a Rosa tem disponibilidade. Nos socializamos isso com
1392 os diretores regionais, ontem, à tarde. Então ainda não deu tempo acho, de eles
1393 trabalharem isso. Então a gente vai manifestar já de imediato, essas possíveis alterações e
1394 necessárias. Acho que não vamos ter problema não. Estão aqui. Melhor ainda. Então de
1395 repente, a gente consegue falar com eles aqui mesmo. Então o Marcelo fica com 22, 23 e
1396 24. Ele faz Varginha, Poços de Caldas e São João Del Rei. Pode ser assim? Não, não. Aí
1397 se não tiver, nos vamos colocar outro técnico, e se não tiver carro, nos vamos alugar. Isso
1398 aí, já está muito claro. OK. **Conselheiro Adenor**, por favor: Senhor Presidente. Eu queria
1399 só, é que os companheiros e as companheiras, aí olhassem. Porque eu já peguei aqui
1400 umas datas que estava, por exemplo. Paracatu, estava 06/07. Na realidade, Consola está
1401 dizendo que é 06/09. Pois é, mas, na minha aqui estava, e lá em cima ao invés de ser,
1402 16/07 como estava, é 8. 16 e 17, ambos estão com as datas... **Presidente**: OK. Aí eu
1403 pergunto o seguinte: os conselheiros que manifestaram que teria feito, foram todos eles,
1404 devidamente convocados. E estão fazendo a representação desse Conselho. E eu gostaria
1405 de saber, se ainda, temos outros conselheiros, que gostaria de estar conosco, em alguma
1406 regional, socializar. É esta aberto aqui. Aqui é o contrário, a gente está à caça mesmo de
1407 conselheiro, para a gente dividir. É lógico. Não. Então podemos considerar aprovado o
1408 quadro? OK. Pode ser? Alguém contrário a posição do quadro? Com datas? Alguém quer
1409 se abster? Então por unanimidade está aprovado as regionais. Vencemos o item 3 e 4. E
1410 temos agora o item da COVOLTO. Então vamos as comissões. E eu gostaria que a
1411 comissão de apoio e logo em seguida de política, a gente vence as comissões. Por favor
1412 comissão de apoio. Conselheiro José Fernando. Esse homem precisa estar muito bem
1413 preparado. Vai fazer quinhentas pessoas na regional. Eu quero um extra, inclusive depois
1414 pra, fazer essa triagem. Não, não pode não. Ta certo. Eu te agradeço, presidente. Pela sua
1415 bondade, pela sua benevolência. Vamos lá. Até enrolei. Tá bom. É isso mesmo. Estivemos
1416 aí com as ausências justificadas ontem, do Conselheiro Adenor e Maria de Fátima e Sonia.
1417 Os não justificados aí, Maria de Lourdes e Jansen, Maxwell, e... Então diretamente a
1418 comissão de apoio com os pontos para deliberação. Por favor, aí, Inês. Primeiro ponto.
1419 URCMAS de Curvelo, solicita a presença de um conselheiro estadual, para participar de
1420 sua reunião dia 17/08 na quarta feira, na cidade mesmo de Curvelo, para orientar os
1421 conselheiros municipais, sobre como avaliar e monitorar os projetos, programas, serviços e
1422 benefícios do sistema único de assistência social. Entre os pares, nos... inclusive eu já vou
1423 estar atendendo um município neste dia. Não houve, não foi tirado dentro da própria
1424 comissão, alguém que pudesse estar nesse dia. Então o encaminhamento foi, trazer para a
1425 plenária, a possibilidade de estar havendo um conselheiro que possa estar atendendo esta
1426 demanda de Curvelo. OK. Acho que a gente vive um momento de conferências,
1427 dificilmente a gente teria, antes. E hoje, é quase impossível a gente poder atender. E
1428 Curvelo tem sido agraciado, com a presença deste Conselho Estadual, quase que em
1429 todas as reuniões de Conselhos. Eu penso que é o momento, até da gente dar um tempo,
1430 para eles realmente procurar. Ainda assim, eu quero consultar aos conselheiros, se tem
1431 alguém que se prontifica a estar lá. Não. O silencio é resposta. Então OK. Então está
1432 vencido, não poderemos atender. Por isso que trouxemos. Só um minuto. Porque na
1433 discussão que a gente fez... se eu sair aqui, você já falou. É, dentro daquela programação
1434 que você falou... Você falou da programação do Estado para fazer esse tipo de trabalho.
1435 Você já falou isso? Hum. Hum. Ali é questão de avaliar e monitorar projetos, programas e
1436 serviços. Não é a ... é outra situação. Muito bem. B é síntese do retorno dado ao CEAS,
1437 pelos conselhos municipais, ao questionário do Conselho Nacional de Assistência Social,
1438 sobre a implantação e implementação da resolução numero 16 de 2010. A análise e
1439 definição de encaminhamento, proposta inclusive do conselheiro Marcelo. Acho que é aí
1440 que você vai... em reunião na mesa diretora. E na verdade, o Conselho Nacional enviou

1441 esse questionário, a todos os Conselhos Municipais. E aí a gente tem uma resposta muito
1442 pequena, desses municípios em relação a esse questionário. Então a comissão ontem
1443 reuniu, analisou a síntese de dados, acima citados, e aí considerando que apenas 104
1444 conselhos municipais de assistência municipal, dentro os 850 municípios, enviaram ao
1445 CEAS o questionário respondido. E ainda que, o prazo para regularização da inscrição de
1446 entidade, conforme resolução 16, do CNAS, foi estendido até abril de 2012, quando foi
1447 enviado isso, a gente tinha um tempo. A gente sabe disso, que esse tempo foi dilatado, era
1448 até maio agora. E aí, mesmo assim, a gente viu então essa resposta muito pequena. De
1449 104 municípios, reiterando os questionamentos. E ainda, alguns de forma incompleta, ou
1450 talvez, como foi colocado aqui também nesta plenária, sem a condição de estar informando
1451 corretamente, ou entendendo o que estava se perguntando. Então a gente propõe, re-
1452 encaminhar o questionário. A proposta aí. Re-encaminhar o questionário aos Conselhos
1453 Municipais, ressaltando a importância de retornarem estas informações aqui para o CEAS,
1454 para que possa estabelecer ações de apoio, aos Conselhos Municipais. A nossa proposta
1455 é essa. Uma vez que houve a dilatação desse prazo, a gente re-encaminhar, pra que a
1456 gente possa é... OK. Algum esclarecimento, conselheiros? Podemos considerar como
1457 aprovada a proposta? Todo mundo de boca fé... OK. Então está aprovado. Com a
1458 aquiescência de todos os conselheiros. Isso aí, e... a linha C agora aí. Sim. Você dá um
1459 subidinha aí Inês. Bom ofício da SEDESE número 240, respondendo ao CEAS, sobre um
1460 questionamento que foi feito. Eu acho até que foi direcionado. Não sei, talvez. De forma
1461 inversa, mas. O Conselho ao receber esse ofício de Ubá, questionando sobre essa questão
1462 de repasse, fundo a fundo, que o município está realmente colocando ali. Ressalta que o
1463 repasse fundo a fundo só pode ser iniciado mediante a apresentação do plano de serviço.
1464 Porque eles ficaram um tempo sem estar recebendo, o co-financiamento, e questionando
1465 porque desse... o porque realmente desse atraso. E na verdade, o município de Ubá não
1466 havia, segundo informação da SEDESE, que a gente vai estar vendo ali. Não havia ainda
1467 sido aprovado pelo Conselho Municipal, o plano de serviço. Ta. Então. Vou estar lendo
1468 todo o coisa ali, mas. Na verdade, eles não estavam recebendo, porque havia um plano
1469 sem ser finalizado. E aí, não teria como estar fazendo esse repasse, em detrimento desse
1470 serviço. Só poderia ser iniciado mediante a apresentação do plano de serviço, preenchido
1471 pelo Governo Municipal e aprovado pelo CMAS. E que o do município de Ubá, foi enviado
1472 a SEDESE, em 10/05/2011. Assim, em 24/05 foi liberado recurso para pagamento
1473 referente aos meses de janeiro e fevereiro. E o processo de liberação das parcelas
1474 seguintes, já se encontram no setor financeiro da SEDESE. A CMAS de Ubá, enviou ao
1475 CEAS, em abril de 2011, cópia de correspondência que tinham encaminhado ao Secretário
1476 Vander Borges, solicitando que fosse verificado o atraso no repasse do recurso para
1477 manutenção de um abrigo do município. Então, no encaminhamento nosso, diante da
1478 situação que foi constatada, que o município estava em aberto com o preenchimento desse
1479 plano de serviço. Enviar correspondência, ao CMAS, anexando cópia do ofício da
1480 SEDESE, esclarecendo sobre o processo, de liberação do recurso. Porque que eles
1481 estavam ... E aí, colocando... Secretário. OK. Os conselheiros estão de acordo com a
1482 deliberação. Então aprovado. Bom Inês. Vamos lá. Desce Inês, ou sobe, não sei. Muito
1483 bem. Dois ponto um aí. É CMAS de Carvalho, respondendo ao CEAS, sobre o
1484 acompanhamento que vem realizando, ao processo de implantação do CRAS. Que deveria
1485 ter ocorrido até 31/05/2011, no município, onde que a prefeitura teve problemas com a
1486 folha de pagamento, que ultrapassou o limite de contratação. Mas que o prefeito se
1487 comprometeu, em implanta-lo até o final de julho/2011. Diante disso, o CMAS solicita que o
1488 CEAS aguarde este prazo e estarão repassando as informações sobre o local, a equipe
1489 técnica, e regularização no CADE-SUAS. Inclusive a gente também discutiu isso ontem. O
1490 encaminhamento ali, vai estar colocando isso. E também houve, a gente ouviu. Quem
1491 estava aqui ontem também ouviu. Essa dilatação do prazo, que também, foi colocado pelo
1492 Governo Federal, de mais um ano. Até o ano que vem. Eles tiveram... Na verdade o que
1493 eles estão solicitando, está pertinente, em relação a própria expansão que foi dada. O
1494 encaminhamento: considerando que a resolução SIT numero 05/2011, estabeleceu este
1495 prazo. Propõe enviar correspondência ao CMAS, comunicando, que aguarda as
1496 informações relativas ao acompanhamento da implantação do CRAS, conforme o prazo
1497 acordado entre o CMAS e o gestor municipal. Juanita e Edma. O encaminhamento Zé. Eu
1498 penso que a gente deve mudar ali. O que eu penso que a gente de informar ao Conselho
1499 da Resolução, que foi prorrogado o prazo para ele demonstrar a implantação do CRAS ou
1500 habilitar-se a gestão básica ou plena do SUAS. E que o município tem até o 31 de julho

1501 deste ano, para se manifestar junto a Secretaria Nacional de Assistência. Ou seja, o gestor
1502 tem que mandar um ofício, justificando qual que foi o problema. E solicitando dilatação de
1503 prazo. Até 31. Então a gente tem que informar o Conselho, pro Conselho cobrar do gestor
1504 para que seja feita essa ação. Eu quero me manifestar. Porque lá na nossa reunião da
1505 comissão. Eu me contrapus a fala, justamente essa fala, que foi a fala do Conselheiro José
1506 Fernando. O Conselheiro José Fernando, fez essa defesa, e eu disse naquele momento,
1507 que era defesa do gestor para gestor. E a gente ficou o olhar. Com o olhar de gestor
1508 porém. Porém com um outro olhar. Eu quis entender, que naquele dizia, que o prefeito se
1509 comprometeu até final de julho, ele implantar o CRAS. Está certo. Eu quis entender que ele
1510 já tinha conhecimento desta resolução. E que esta resolução ele tinha conhecimento e
1511 portanto ele define como julho de 2011. Se, a dificuldade que eles tem lá, é de implantação
1512 do CRAS, essa resolução vai retardar a ... que aquele município fique mais seis meses no
1513 aguardo de fazer esse CRAS. Então quando eu pensei em não colocar isso que a Juanita
1514 está propondo, é justamente nesse sentido. Ora se o município já está dizendo que ele vai
1515 implantar até julho de 2011, se nos vamos dizer para ele assim: olha você pode fazer isso,
1516 pedindo prorrogação, pa, pa, pa. Quem vai sair prejudicado são os usuários. Então
1517 considerando que ele se compromete a implantar, é onde que eu propus de não colocar
1518 isso que a Conselheira Juanita propôs. Desculpa Marcelo. Eu. Essa questão aí é exclusiva
1519 aprovar, não é isso? Desculpa, o encaminhamento está correto. Eu estava pensando em
1520 todos os municípios que se encontram nessa situação. Que na verdade não é só Ubá. Tem
1521 um número maior de municípios nessa situação. E que a ação deveria ser, eu sugeria...
1522 Isso é Carvalho gente. Não é Ubá não. É Carvalho, é um município só. Não é assim. É
1523 José Fernando agora, de novo falando. Realmente existe a dilatação do prazo. Então quer
1524 dizer, não é uma imposição desse CEAS. Entendeu? Então eu acho que isto tem que ficar
1525 claro. Porque eu acho que democracia é isso. Se foi estendido, ainda que haja os usuários.
1526 É claro que o município, se ele antecipa. Mas porque não omitir a legalidade que nos
1527 permitiu também ter a sensibilidade de colocar... Não é o que eu estou falando. Quando
1528 você fala de não colocar, tipo assim: fazer uma certa, um certo ajuste, para que o município
1529 faça no prazo que foi pedido. Eu acho que isso foi respeitado ali ó. Relativos ao
1530 acompanhamento da implantação do CRAS, conforme o prazo acordado entre o CMAS e o
1531 gestor municipal. Então nos resguardamos, que se foi solicitado que realmente é prudente.
1532 Agora deixar de informar também que é uma normativa, eu não acho que.. eu não
1533 compactuo com isso. Porque se é para João, também é para Maria. Eu penso dessa forma.
1534 Eu queria só. Seria completando essa fala do Marcelo. Não sei se necessariamente tem
1535 que informar que ficou adiado, mas que ele tem que entrar no sistema até 31 de julho,
1536 pra... Porque a SIT, a resolução já contempla isso. Então nos vamos ter que alterar... isso.
1537 Acrescentar o prazo, sim. Sim. Que até 31 de julho. Isso aí... Está esclarecido para todos?
1538 Não. Pro Marcelo, ainda não. Eu quero continuar defendendo a minha proposta.
1539 Considerando que o gestor por obrigação, ele tem que ter conhecimento das resoluções
1540 que são emanadas dos órgãos superiores. Se ele tem conhecimento, se não já estamos
1541 dizendo: considerando a resolução SIT 2005. Nós já pontuamos. Tem a resolução SIT.
1542 Agora esclarecer para além disso, eu acho que é desnecessário. Até mesmo porque ele
1543 mesmo se comprometeu a até julho de 2011, implantar. Nós não estamos omitindo o
1544 prazo, nós estamos dizendo que existe a resolução SIT. Agora compete a ele olhar e vai
1545 analisar. Se ele entender que tem esse olhar. Ele vai ter o olhar diferenciado. Mas aí, eu
1546 não estou entendendo o que o Conselheiro Marcelo, esta contrapondo não, porque se está
1547 sendo mantido lá o que estava, o que foi colocado antes eu tinha entendido. Desculpa,
1548 desculpa. Em Marcelo, se eu entendi errado, você me desculpa. Eu acho que nos estamos
1549 na... Eu acho que não há desconexão. Porque... Na verdade é a mesma coisa. OK.
1550 Tranquilo pra todos. Alguém se pronuncia contra? Aprovado. Acabou Zé? Não. Vamos lá.
1551 Sobe Inês. Proposta da comissão de política repassada a comissão de apoio. Estabelecer
1552 ação de orientação aos conselhos municipais, de Diamantina e Boa Esperança, com o
1553 objetivo de incentivar a fiscalização e o monitoramento dos equipamentos de assistência
1554 social, CREAS. Esta proposta se deu a partir da análise realizada pela comissão de
1555 política. Do levantamento feito pelo CAOIJ Ministério Público, sobre situação das medidas
1556 sócio-educativas nos CREAS em Minas Gerais. Quando detectado que esses municípios
1557 recebem recursos para financiamento dos CREAS, mas não executam as medidas sócio-
1558 educativas. Nos tivemos uma discussão. Inclusive o Estado de Minas Gerais, a SEDESE,
1559 já esta com um agenda, de capacitação para esses municípios que ofertam, que tem o
1560 equipamento CREAS. E aplicam não, e que ofertam os serviços de medida sócio

1561 educativas. Então nos tiramos o seguinte encaminhamento desta discussão. A comissão
1562 apoio, após esclarecimentos da coordenadora da comissão de política. Propôs pautar essa
1563 discussão na próxima reunião, após retorno dos ofícios encaminhados a SEDESE, e aos
1564 conselhos municipais de Boa Esperança e Diamantina. Considerando que esse retorno
1565 contribuirá para o levantamento das orientações, ou de próximas deliberações.
1566 Conjuntamente. É isso. Ta. Então a gente pediu para que isso fosse dado mais um tempo,
1567 porque já foram tomadas essas iniciativas, e nós não tivemos retorno desses ofícios. Então
1568 colocar para a próxima plenária, para a gente poder, avaliar novamente estas respostas.
1569 Conjunta com a comissão de política. Ta. Presidente. OK. Tranquilo. E aí os informes.
1570 Oficina do CEAS, realizada junto aos Conselhos Municipais, realizado no dia 7 de julho,
1571 coordenada pela nossa agora Presidente, Juanita. Pois é. Dos 80 conselhos municipais
1572 convidados, compareceram 24, que corresponde a 30% dos conselhos municipais
1573 convidados. 5 municípios justificaram a ausência, sendo 2 por coincidir com conferência
1574 municipal, e um por já ter agendado capacitação na mesma data, e os outros dois não
1575 informaram o motivo. 5 municípios confirmaram participação mas não vieram. No total
1576 tivemos retorno 24% dos municípios. Desculpa. 42% desculpa, dos municípios convidados.
1577 O município de Fama solicitou intervenção e apoio do CEAS para que a assistência social
1578 seja implementada no município. O município se encontra em gestão inicial. Há um
1579 desconhecimento da política de assistência social. O prefeito é o gestor da assistência
1580 social. Ressaltada a necessidade do CEAS, enviar correspondência ao Município, que se
1581 encontra em gestão plena, e que informou no Censo SUAS 2010, que o CMAS, funciona
1582 duas vezes por semana, uma hora por dia. A Conselheira Estadual Sônia, enviou para
1583 conhecimento da comissão de apoio, um relato que fez da oficina, turno da manhã e tarde,
1584 na oficina que foi realizado com o município. Aí, nós, hoje, resolvemos trazer para a
1585 plenária, porque... Ontem realmente passou despercebido, a gente viu como uma questão
1586 de informe, mas a gente vê que, nos vamos ter que tirar um encaminhamento. Isso tava
1587 realmente como informes, mas isso não é um informes. E aí, a gente discutiu. Eu, Cristiane
1588 e Marcelo e também Juanita, antes agora da plenária. Pra gente estar tirando aí um
1589 encaminhamento que seria, pra mim uma ação conjunta de gestão com o conselho. Isso
1590 não é uma questão só do Conselho. Mas a gente tirar aí... eu pediria aí apoio da própria
1591 comissão, pra gente pensar um encaminhamento. De nossa parte, com certeza,
1592 estaríamos, primeiro enviando um ofício... No caso ali em baixo, específica a situação de
1593 Fama. Agora Coromandel, tem que incluir aí. E aí, veja bem, nos temos três situações. Os
1594 municípios gerais que não compareceram. É uma situação. E a questão de Coromandel e
1595 Fama que são duas específicas e diferentes situações. Então na verdade são três
1596 encaminhamentos que a gente vai ter que estar tirando e pensando aí. Bom. Na verdade
1597 presidente. Eu já te convido aqui para assumir aqui a sua cadeira. E só para me colocar,
1598 porque eu não estava na comissão, mas eu gostaria de fazer, porque já que entrou para
1599 deliberação. Eu gostaria de fazer uma consideração em cima disso aí. Eu penso, que esse
1600 CEAS foi muito feliz, quando ele conseguiu identificar, nos 853, qual era os 80 do
1601 conselhos que estão numa situação de maior fragilidade. Utilizando duas situações, a
1602 prestação de contas que a SEDESE encaminha e o Censo SUAS Conselho que foi feito
1603 em 2010. E aqui eu já falo que isso foi feito com muito cuidado e zelo pela Secretaria
1604 Executiva, que ele encore esses 80 municípios, e qual a situação de fragilidade que ele se
1605 encontrava em cada situação. Com relação a legislação do Conselho, a regimento interno,
1606 quantos dias ele funcionava na semana, no ano, quantas horas durava as suas plenárias.
1607 E quando a gente conseguiu falar com esses municípios, foi muito bacana, muito bacana.
1608 Porque a gente ouviu dele, qual a dificuldade para eles estar dessa forma. Então assim.
1609 Essa questão de Fama, inclusive, eu penso que se fosse uma denúncia se o conselheiro
1610 estivesse falado para a gente, a gente poderia encaminhar até de outra forma. Porque
1611 instauraram um processo para apuração da denúncia. Só que na fala do Conselheiro.
1612 Porque o quê que nos falamos, o Conselho está dessa forma, vocês não podem estar
1613 dessa forma perante o sistema. O que justifica isso e o quê que nós vamos nos propor para
1614 mudar essa situação. A oficina foi conduzida dessa forma. Então no caso de Fama, está
1615 desse jeito, uma dos maiores problemas é a gestão e o Conselho Municipal do município,
1616 não tem mais o que fazer nesse sentido, considerando que é o executivo municipal que é o
1617 gestor da pasta. Então, assim, ele está pedindo ajuda no sentido, do CEAS ir no município
1618 e fazer essa conversa. Inclusive, que é onde nós já falamos inclusive nessa plenária aqui,
1619 que é uma das funções do COGEMAS, potencializar o gestor para fazer isso. Só que lá o
1620 gestor é o próprio executivo local. É o prefeito. Então essa situação exclusiva. Mas essa

1621 oficina, ela foi muito bacana, no sentido da gente ouvir um por um, o conselheiro. Só
1622 aquele que não quis falar mesmo, que não falou. Quem veio, quem veio foi bacana. Quem
1623 não veio, perdeu uma ótima oportunidade de se capacitar na prática mesmo. Eu acho que
1624 todos que estavam lá, possibilitaram essa situação. Só que eu vejo também, que agora a
1625 gente não tem perna para fazer outra oficina dessa, considerando a nossa agenda de
1626 conferência. Até. É. É. Você Cris. Desculpe. Cristiane. Eu só estou com uma reflexão aqui
1627 que eu queria compartilhar com os colegas, é o seguinte: toda vez que a gente fala, Zé
1628 Fernando, e aí eu queria ver se essa é percepção mesmo. Das dificuldades dos conselhos
1629 municipais, a gente acaba caindo no gestor. Assim, a gente fala da fragilidade. E aí o
1630 Volney ficou preocupado por ter conhecido alguns conselhos e ver a fragilidade. Mas a
1631 gente acaba retomando para o próprio gestor. E na nossa fala, nas conferências
1632 municipais, o tempo todo a gente está falando: Gestor forte, Conselho atuante. Conselho
1633 atuante, Gestor Forte. Aí eu estou começando a me perguntar? Geraldo e demais
1634 conselheiros. Assim, qual que vai ser a efetividade mesmo da gente ficar chamando os
1635 conselheiros municipais e não fazer uma intervenção de fato, com os gestores, e com os
1636 chefes do executivo. Porque, você sabe o que eu sinto às vezes? Que a gente fica
1637 chamando a atenção dos Conselheiros Municipais, responsabilidade, do papel deles e tal.
1638 E eles olham com a gente, com um clamor de pedido de socorro. Falando assim: mas eu
1639 quero fazer o meu papel, o que não é possível, é por causa da gestão. Eu vejo claramente
1640 assim, o vínculo de subordinação que os conselheiros têm com a gestão. Inclusive de ir e
1641 falar, não posso falar aqui. Enfim, a gente percebe isso claramente. O medo, a
1642 subordinação, essas questões. Então assim, eu estou me perguntando? E aí Sonia, que
1643 esteve na capacitação, pode me ajudar, inclusive nessa reflexão. Se é isso mesmo? Da
1644 efetividade da gente trabalhar só com os Conselheiros. Sabe assim, se isso não vai causar
1645 é o afastamento dos conselheiros? Porque alguns conselheiros, inclusive na conferência,
1646 falaram isso: se eu soubesse que era tudo isso, eu já tinha saído do conselho a muito
1647 tempo. Então, a gente acaba causando uma situação de afastamento dos conselheiros por
1648 mais medo ainda. E os gestores continuam, fazendo lá o seu papel. Porque a gente sai do
1649 município e o gestor continua lá. Então talvez a gente precisa tirar uma intervenção aí em
1650 relação, os gestores e também o chefe do executivo. É está inscrito, Marcelo, depois Sônia
1651 e Edma. A Consolação me apresentou aqui a nossa resolução que trata de denúncias. E é
1652 muito claro, no artigo segundo da resolução, que esse caso de Fama, é um fato que foi
1653 noticiado para o Conselho Estadual, e portanto, há denúncias. A nossa resolução ela fala:
1654 de denúncia formal, ou de fato que agente tome conhecimento. Então nós tomamos
1655 conhecimento desse fato, então isso aí é uma denúncia e deve ser formalizada. Eu acho
1656 que deliberação nossa aqui, no encaminhamento, no caso específico de Fama, abertura do
1657 processo para os demais encaminhamentos que vier. Então quanto a Fama, eu acho que a
1658 gente tem que fazer esse encaminhamento. Viu presidente. E no tocante aos demais, nos
1659 não temos perna para fazer agora, considerando as dificuldades agora de viagens nossas
1660 e tudo mais. Sônia e depois Edma. Sobre isso que a Cristiane falou, a questão de fazer um
1661 intervenção diretamente, com... no caso o gestor, ou então o prefeito. A Juanita até falou
1662 no início, das oficinas, ela falou assim, olha, alguém de vocês? perguntou pros municípios
1663 se teriam interesse numa intervenção do CEAS, junto ao gestor, o ministério público. Ela
1664 até colocou. Então eu não sei se é, talvez, por medo, por uma situação de se expor.
1665 Ninguém solicitou. Não é isso? Mas eles solicitaram formalmente? Não eles falaram o
1666 nosso gestor é o prefeito. Não é. A Juanita fazia a cada pessoa, a cada cidade que se
1667 manifestava, a Juanita fazia algum comentário imediato. Até falou: e as vezes acontece
1668 algumas distorções. Então eu concordo com a Cris, que a gente, nos temos... não quero
1669 falar poder não. A gente pode ir diretamente aos gestores, aos prefeitos? Porque se puder,
1670 seria interessante. E até preservando quem teve presente, para não ter represaria, de
1671 repente falar é uma atribuição nossa, e não porque aquele município veio ou deixou de vir
1672 aqui, mas é porque pelo levantamento que a secretaria executiva. Nos indicadores. Então
1673 nos estamos indo pelos indicadores, não pela participação propriamente dos conselheiros
1674 aqui na nossa oficina. Para não prejudicar. Eu não sei dizer, falar para você, se é uma
1675 resposta. Mas, o meu pensamento é que, a gente deve chamar, de repente a mesa diretora
1676 do COGEMAS para cá. Eles têm que ouvir isso. COGEMAS é quem tem o papel e o dever
1677 até, de atuar no gestor, municipal. Nosso papel é de controle social, atuar mesmo no
1678 Conselho. E aí dividir esses papéis. De repente, eu acho que a gente podia deliberar aqui
1679 para chamar a mesa diretora, do COGEMAS, para uma reunião de repente, com a mesa
1680 diretora desse Conselho e a gente fazer estas tratativas. Mas é... Edma por favor. Bom. Eu

1681 acho que todas as chances que a gente tiver. De contribuição. Eu falo a gente enquanto
1682 SEDESE. Para atuar em cima desses 35 municípios que encontram-se em gestão inicial,
1683 serão bem-vindas. Seja Conselho, seja CEAS, Seja COGEMAS, seja tudo. Porque esses
1684 municípios, esse 35, é o que restou, os que restaram. E esses municípios, a SEDESE, a
1685 anos, vem fazendo de tudo, para alterar a gestão desse municípios. Porém, muitas vezes,
1686 o próprio gestor, também não tem força política nenhuma, junto ao prefeito. Então todas as
1687 estratégias a gente pensa. Agora, a gente está pensando numa outra estratégia, não é
1688 Juanita? Que a Roberta sentou conosco, para a gente ver se a coloca a AMM, que está
1689 sendo parceira nossa. Ta. Junto com a gente, pra ver se ela tem... Junto ao prefeito.
1690 Porque o gestor desses municípios, ele também não tem força nenhuma. Então a gente
1691 está tentando de todas as formas. Porque o que tem que ser feito, é sensibilizar o Prefeito.
1692 Ta. Agora, tem situações também, por exemplo, que a situação é tão complicada. Por
1693 exemplo, município não tem conselho tutelar. Aí ele abre o edital, mas não tem candidato.
1694 Então cada um tem uma especificidade. Ta. Então assim, todo, tudo, tudo, tudo, que a
1695 gente puder ter de contribuição de todo mundo, vai ser legal, para sensibilizar. Mas nesses
1696 35 a sensibilização tem que ser com o prefeito. Certo presidente. Veja bem, mais uma vez.
1697 Sugestão inicial. Por causa de Fama. Fana por exemplo, o prefeito anterior, sem ser esse,
1698 ele falou comigo: Eu não quero. Veja bem. Mais uma vez eu quero manifestar um
1699 entendimento nosso aqui gente, que é o seguinte. Por isso que nos trabalhamos em forma
1700 de colegiado. Eu acho que a força está exatamente nesse sentido de fortalecer o coletivo,
1701 em detrimento do individual. E aí, se a gente tiver a compreensão. Esse conselho já foi
1702 convidado a estar em encontro do COGEMAS. Então isso é uma porta aberta, eu acho
1703 muito bacana, entre gestor e o órgão de controle social. Então nos podemos fazer uma via
1704 de mão dupla agora, e este Conselho estar com o COGEMAS. E de repente, os dois
1705 COGEMAS e Conselho Estadual, provocar a Associação Mineira de Municípios, mesmo
1706 porque a gente não pode convocar o presidente, e sim, uma coordenação da Associação
1707 Mineira de Municípios, porque você pode ter de repente, pessoas, que assume a
1708 presidência de um órgão, onde ele de repente deveria cuidar da política pública e ele de
1709 repente promove um assistencialismo a moda antiga. E aí a gente evita esse tipo de
1710 situação, se a gente atuar de forma coletiva e tripartite, COGEMAS, Associação Mineira de
1711 Municípios, Conselho Estadual. E aí, de repente, a gente sai com uma empreitada. Agora
1712 penso mais, que a gente pode até avançar. Desta forma, se houver essa compreensão e
1713 se não houver, independente delas, a gente avança sozinho. Que é exatamente procurar.
1714 No momento que o gestor, procurou o gestor municipal, não houve entendimento. O órgão
1715 de controle social, procurou o conselho municipal, não tem como. Não tem força de
1716 expressividade, e a Associação Mineira, não quer atuar ou se negue a atuar. Eu penso que
1717 a gente promover é realmente chamar a promotoria pública, e promover uma audiência
1718 pública no município. E aí, não tem problema, quem? Não. Calma. Vamos devagar. Vamos
1719 devagar. Nos temos um política pública que está sob o guarda chuva de uma lei federal,
1720 que regulamenta um artigo da constituição federal brasileira. Então não é só querer não.
1721 Não é por aí não. E aí nos vamos chamar o órgão fiscalizador. Que tem comissão para
1722 isso, para fazer cumprir as leis. Que é a promotoria pública. E aí de repente a gente
1723 avança. Eu penso que a maneira, de... com toda a serenidade, mas é a maneira da gente
1724 trabalhar. E o que eu vejo enquanto encaminhamento para isso aí. Aí se alguém tiver outra
1725 sugestão ou alternativa, por favor manifeste. **Conselheira Cristiane:** Eu só quero
1726 complementar. Cristiane. Eu só quero complementar esse encaminhamento Geraldo. E aí
1727 eu queria uma orientação aqui da Juanita, e dos conselheiros. Que eu acho que a gente
1728 deveria envolver o CGU, a Controladoria Geral. Ou do Estado, da União. Quer dizer, por
1729 que existem outros órgão além da promotoria que são responsáveis. E eu lembrei da
1730 controladoria. Porque inclusive eles editaram, eles contribuíram com todo aquele material
1731 falando da política, do conselho. Considerando o artigo oitavo, da lei orgânica da
1732 assistência social. Quer dizer. É aquilo que você falou: não é querer ou não querer. Tem
1733 uma lei federal que obriga o município a ofertar serviços na área de assistência social. E é
1734 aí, não é agora ele falar: auto.. auto. É mas ele tem que ofertar serviços. E aí nessa
1735 perspectiva acionar também a promotoria. Conselheira. Desculpa. Técnica Inês. É eu
1736 queria um esclarecimento sobre o encaminhamento que está sendo dado. Porque eu fiquei
1737 preocupada em colocar essa situação. Eu queria até ver a opinião da Juanita. Essa
1738 situação de Fama, como um processo de denúncia. Porque a Juanita quando ela abriu a
1739 oficina, ela colocou que seria... não era puxão de orelha, era só uma visualização da
1740 situação de cada município, e pra ali, ali, verificar que apoio que poderia ser dado. Então

1741 eu fiquei preocupada de... **Presidente:** OK. Eu acho que a sua preocupação se faz valer,
1742 no momento que você quer preservar e resguardar as pessoas que estão manifestando
1743 para nós. O que não impede nós de atuarmos num município quaisquer que seja, quando,
1744 independente de ser denúncia, a gente estabelecer a vigilância social. Então a vigilância é
1745 uma das funções nossas 24 horas por dia. Então nos somos vigilantes, e apuramos que o
1746 município depende de um tratamento específico. E aí podemos atuar, de forma conjunta
1747 Conselho e gestão. Independente de denúncia. Não vamos falar em denúncia, vamos
1748 apurar. De repente seguindo o ritual nosso da resolução, que é de denúncia, mas sem
1749 configurar que é apuração de denúncia. No sentido contributivo de fortalecer o controle
1750 social. Isso. E eu penso ainda, que a Cris, quando faz esse acréscimo que você colocou,
1751 acho que é muito pertinente. Né, porque a gente tem que entender o seguinte: o prefeito
1752 não é dono, nem responsável maior, para a desigualdade social, pela desigualdade social
1753 que se apresenta no país inteiro. Quando ele se sente no direito de receber recurso, para
1754 exatamente reduzir a pobreza material e de miserabilidade e vulnerabilidade social. Assim
1755 como, a educação, o secretário de educação, não é o responsável pelas crianças e os
1756 adolescentes, daquele município. Não existe essa propriedade. A lei é muito clara. Então
1757 acho que nos temos que ter esse entendimento e absolutamente achar que o cara pode
1758 fazer o quê que não. Não é assim. Aí o cara é no sentido desse tipo de prefeito mesmo.
1759 Bom. Porque na própria alteração da LOA. Fala lá no artigo 31, que cabe ao ministério
1760 público, zelar pelo efetivo dessa lei. Então eu penso que, com relação a CGU, a
1761 Controladoria Geral da União. O quê que ela vai fazer nos municípios? Ela visita os
1762 municípios por sorteio. Quatro municípios mês por estado, ou denúncia. No caso de
1763 denúncia, ela vai verificar no município dependendo da gestão. Porque ela segue a
1764 legislação. Até então ela seguia o CPF. No caso de município, porque o SUAS ainda não
1765 estava em lei. Então, mesmo se, ela identificasse se o CRAS ou CREAS lá não estivesse
1766 implantado. Ela não notificava o prefeito para implantar. Porque isso ainda não estava em
1767 lei. Estava em resolução do Conselho, mas não era lei. A partir do momento que está em
1768 lei. Agora ela vai observar no município tudo que está na lei. Mas eu penso, que a gente
1769 deve. Seguindo a sugestão da Cris. Pra CGU não, mas para o ministério público, porque
1770 esse CEAS identificou a fragilidade desses oitenta conselhos. Inclusive a gente sabe onde
1771 que eles estão frágeis. Então assim, a gente tem que fazer uma intervenção com eles, que
1772 foi o que nos fizemos na oficina. A questão da notificação desse Conselho, frente a estes
1773 municípios em cima dessa situação. Porque nos vamos notifica-los, não vamos? Porque
1774 nos chamamos aqui, demos o apoio necessário. Agora nos vamos notificar, o município
1775 com relação a essa situação insatisfatória. Além disso, eu penso que nos temos que
1776 comunicar ao ministério público, sobre esses municípios e dessas situações insatisfatórias.
1777 Ou não temos? E mesmo porque inclusive nos tiramos o apoio às conferências municipais,
1778 em cima dessa situação desses municípios. Então já é o apoio e qualificação necessária
1779 para ele. Nós temos que analisar sobre a ótica de denúncia. Se nós estamos atentando
1780 que esses municípios estão irregulares, então a gente já sabe que é irregular. OK. Nós já
1781 sabemos que eles são irregulares, então isso aí não é caso de denúncia. É caso de
1782 aplicação imediata da resolução, nossa. No caso específico de Fama, é denúncia. Porque
1783 no caso específico de fama ele solicitou uma intervenção do Conselho Estadual, lá no
1784 município. Por que. Mas é o que está escrito ali. Por que. Então vamos entender isso como
1785 um apoio, do fortalecimento. Então não é denúncia. OK. Mas aí de qualquer forma ele
1786 entra junto com os demais, para encaminhar a CGU e ao Ministério Público. OK. Isso. OK.
1787 Então todos eles serão notificados, em função da fragilidade que se apresenta. E aí sai
1788 dessa situação de denúncia, preservando a ... da fragilidade que se encontra de não
1789 cumprimento da determinação legal. OK. Nos vamos notificar o município. É exatamente.
1790 Pra colo... Sim. Ele lêem em cópia. **Conselheiro José Fernando:** Então eu acho que o
1791 encaminhamento ficou esclarecido. **Presidente:** Tá OK então gente. Alguém contrário?
1792 Abstenção? Então pronto. Por unanimidade. B e último aí Inês. A diretoria regional da
1793 SEDESE, de Muriaé, cópia do comunicado que encaminhou ao presidente da URCMAS
1794 daquela região, informando sobre a organização do Encontro Regional, relativo a
1795 conferência estadual que ocorrerá em Muriaé no dia 18 de agosto de 2011. O qual eu
1796 estarei presente neste trabalho. OK. Obrigado queridos companheiros, aí. OK. Obrigado
1797 companheiro e conselheiro José Fernando. E a comissão derradeira aqui agora é a de
1798 política. Para se apresentar passa para os dois pontos de inclusão de pauta. Comissão de
1799 Política. Por favor. **Conselheira Cristiane:** Cristiane, Coordenadora da comissão de
1800 política. Nos tivemos um reunião ontem. Só lembrando aos conselheiros que na plenária

1801 passada, nos não tivemos tempo hábil de colocar os encaminhamentos da comissão, então
1802 eles estão retornando para essa plenária. O primeiro ponto de pauta. Vou pedir a Inês para
1803 me ajudar, porque a técnica, ela não ta. E a resolução de benefícios eventuais, que ela
1804 está colocada para deliberação. Ela foi encaminhada aos conselheiros para, as propostas,
1805 e conforme já deliberação desse Conselho, somente os destaques serão analisados. Deixa
1806 a Inês encontrar. Não, não. É a minuta da resolução. Muito bem, nos tivemos a
1807 contribuição do Conselheiro José Ismar. Nos considerados, no início da resolução,
1808 segundo os considerados, os benefícios eventuais devem atender as situações de
1809 vulnerabilidade e risco próprias da política de assistência social, assegurando a
1810 sobrevivência a riscos circunstanciais, conforme previsto na lei orgânica da assistência
1811 social, na política nacional de assistência social, na norma operacional básica do sistema
1812 único de assistência social e na resolução dos conselhos municipais de assistência social.
1813 Então é um acréscimo das resoluções dos conselhos municipais de assistência social. Se
1814 não tiver... **Presidente:** OK. Se alguém estiver contrário a sugestões que foram dadas, por
1815 favor manifesta e a gente passa depois a fala, ta. Se não houver manifestação sobre essa
1816 complementação que está sendo dada ali, a gente vai considerar como válida. OK. Ta. É
1817 só uma questão. Vai colocar por extenso, Conselho Municipal de assistência social, e não
1818 a sigla, ta. OK. No item abaixo, entende-se por auxílio natalidade, aquele propiciado, na
1819 eventualidade de um membro da família, devendo atender as necessidades do nascituro,
1820 ao invés de bebê que vai nascer, apoiar a mãe, nos casos em que o bebê nasce morto, ou
1821 morre logo após o nascimento, e apoiar a família em caso de morte da mãe. Então é
1822 substituir nascituro, por bebê que vai nascer. É isso. OK. Então ta. Natimorto? Então já
1823 que... Natimorto. Então substitui também, essa é a proposta. Nos casos de. De natimorto.
1824 Morto, aí pode excluir esse. Pronto. Enquanto isso eu vou lendo embaixo, ta. O auxílio por
1825 morte, é voltado para suprir a família nas ocasiões, relacio... ou aquele que morre, ta bom,
1826 ta certo. Posso ler então o outro? O auxílio por morte é voltado para suprir a família, nas
1827 ocasiões relacionadas ao falecimento de algum de seus membros. O auxílio deve atender
1828 preferencialmente, as despesas de uma funerária, velório e sepultamento. As
1829 necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidade advindas da morte
1830 de um de seus provedores, ou membros, e o ressarcimento. Então era incluir a palavra
1831 preferencialmente. O auxílio deve atender. Mas é preferencialmente mesmo? Ou é, deve
1832 atender. Não é preferencialmente não né. Isso geriu, mas aí a gente até ficou naquela,
1833 acho que não é preferencialmente não. A auxílio deve atender as despesas de... Qual que
1834 é o acréscimo? Serviços funerários, despesas de... serviços. Serviços funerários. Mas isso
1835 vai dar o entendimento? Gente eu acho que pode acrescentar. Serviços funerários e
1836 traslados. Traslados. Mas aí o velório também faz, e ta lá. É não, tem que estar claro para
1837 as pessoas. Bom aí pode descer um pouquinho. Quer que lê? Então ala ó. O auxílio deve
1838 atender as despesas de serviços funerários. Despesas com. Com serviços funerários,
1839 vírgula. E traslados, velório, sepultamento. Ta lá, por isso que eu estou falando. Despesas
1840 com serviços funerários vírgula traslados, velórios, sepultamento. É isso. O gente eu só.
1841 Não resolução não pode ter parênteses, chefe. Deixa eu estar só chamar a atenção dos
1842 colegas. A gente está acrescentando as questões, mas essa resolução já foi, nan, nan,
1843 nan, nan... Ta bom, deixa assim. Eu sei que eu não participei do processo. Mas na medida
1844 em que houve a proposta de preferencialmente. Eu acho o seguinte: o auxílio deve atender
1845 as despesas com serviços funerários e traslados. Agora se nos quisermos para mais. A
1846 gente poderia co-dizer, vírgula, compreendendo dois pontos. Velório, sepultamento. Aí ela
1847 vai ser explicativa. Se nos quisermos colocar aquilo que a gente quer. Então coloque isso.
1848 Vírgula compreendendo. Pronto. O pessoal vamos fazer o seguinte, este tipo de debate
1849 não podemos trazer para a plenária. A contribuição era para ser dada antes. Em função da
1850 contribuição a gente pode fazer alguma complementação, ou não. Mas ficar discutindo
1851 sexo dos anjos aqui, vai desculpar, mas não tem. Vamos lá. Nos vamos lá no artigo
1852 terceiro, ó Inês por favor. Artigo terceiro. Aí sim. O gestor estadual deverá apresentar ao
1853 CEAS, anualmente para fins de deliberação. Aí eu acho que foi uma questão de um
1854 equívoco que ele colocou anualmente de novo. Mas já estava constando lá. Então a gente
1855 já está tirando. No final. Ta. Então tira do meio. Pronto. Não tem problema. É. As
1856 contribuições foram dadas para ser deliberada aqui. Então se o entendimento é de que
1857 seja antes, que seja antes. A contribuição fica inválida. 1. Inciso 1. Proposta orçamentária
1858 para co-financiamento dos benefícios eventuais até 60 dias do corrente ano. Ele acha
1859 necessidade de estipular um prazo. Então o gestor estadual deverá apresentar ao CEAS
1860 anualmente para fins de deliberação. 1 Proposta orçamentária para: co-financiamento dos

1861 benefícios eventuais, até 60 dias do corrente ano. Se você coloca prazo, você tem que
1862 dizer o prazo especificamente. Este termo aí, do corrente ano. A técnica legislativa não nos
1863 permite colocar isso. Então, proposta orçamentária para co-financiamento dos benefícios ...
1864 até dentro do prazo de 60 dias, a contar de. Entendeu? Você tem que especificar o prazo
1865 que você está querendo colocar e o dia. Não é. Você tem que definir isso. Ta. Primeiro a
1866 gente tem que definir. Talvez só uma questão. Primeiro a gente tem que definir esse prazo.
1867 60 dias. Ta. Se for, a gente corrige a redação. Se vai manter essa... essa data. Eu penso
1868 que não há necessidade de colocar não, porque a proposta orçamentária, ela já tem os
1869 prazos específicos. Claros que devem ser encaminhados, e a forma inclusive das
1870 discussões. Então não precisa de definir prazo. No meu ponto de vista. Alguma situação
1871 contrária. Então mantém a posição do jeito que está lá. OK. Então mantém do jeito que
1872 estava. E em relação aos destaques, a ... OK não. Você tira tudo que está em azul. Deixa
1873 só o que estava na resolução. Aí. Pode deletar. Ah não. Tem mais ali ó. Os critérios... tá
1874 escrito anualmente aqui também no inciso dois. Mas a comissão até entendeu que uma
1875 vez que já está no **caput**, não precisa repetir. OK. Então o anualmente e continua o resto.
1876 Anualmente vermelho também. Então em relação a resolução são esses os destaques
1877 que nós recebemos. Só lembrando que essa resolução ficou durante um período em
1878 consulta pública, depois as comissões discutiu e seguiu de ... Conselheiro Marcelo. Só
1879 considerando, ó Cristiane. Aquilo que foi discutido hoje, dessa nova lei que foi apresentada,
1880 quando fala dos benefícios subsi... como é que... subsidiários e fala da não cumulatividade
1881 deles, eu não sei se isso aí deveria fazer parte da nossa resolução. Considerar isso na
1882 nossa resolução. Aí é um ponto que a meu ver, eu sinceramente, não tenho como discutir
1883 isso. Os, aquele, o artigo vinte e dois que estabelecer, ouvidas a instituição do benefício
1884 subsidiário no valor de 25% do salário mínimo para cada criança até 6 anos, a dúvida do
1885 Marcelo é se ele já tem que entrar nessa resolução. Só que aí, eu estou pensando aqui
1886 Marcelo. Ta bom, então tranquilo. A resolução nos já... aí é só. Então sobre a resolução
1887 houveram essas complementações que foi passada para todos. Podemos considera então
1888 aprovada, na sua plenitude. Então publique-se. OK. Pois não. Porque na discussão da
1889 LOA, a gente falou sobre... A Cris questionou assim: beneficamente CLAU não apareceu.
1890 E aí Juanita comentou que estava dentro do piso mineiro. Ali na resolução, vem trazendo o
1891 fato de estar na proposta, de estar no orçamento. Apresentado, como que vai ser esse...
1892 repassado esse financiamento ao município. Se não há uma incoerência nas duas coisas,
1893 porque na verdade a gente constrói algumas coisas e a medida que vão chegando outras,
1894 elas desconstroem o que a já tinha dito antes. Este colocar o artigo ali. Proposta
1895 orçamentária para os benefícios eventuais. Se o benefício eventual está... a gente não vai
1896 precisar disso detalhado? Se isso vai estar dentro do piso mineiro. Então não precisa, isso
1897 aí não, não... desqualifica outra coisa. Ah. Então ta, é porque. Na verdade, essa resolução
1898 aqui, tardiamente feita por nós, é que deveria ordenar os municípios da instituição das dele.
1899 Então o quê que o município vai ter que fazer agora, na instituição ou na alteração da
1900 legislação dele? Seguir a nossa. Né. Porque basicamente a única coisa que não tem co-
1901 financiamento federal é benefícios eventuais. De acordo com a legislação. É municipal e
1902 estadual. Então o quê que a nossa questão do piso deu esse, esse critério. O município
1903 pode optar. Se com essa resolução a gente vai carimbar. Aí é outra coisa. Questão
1904 posterior. Vincular a questão do piso ao benefício. Mas o que ele traz na resolução e na
1905 portaria SEDESE, a 459 é que é flexível. Ele pode optar. Inclusive por benefício. Isso aí
1906 não altera nada não. OK. Cris. Próximo ponto. Pode seguir já. Está aprovado. Próximo
1907 ponto é a resolução conjunta, Conselho Estadual de Assistência Social, Conselho Estadual
1908 da Criança e Adolescente, que dispões sobre os parâmetros, da execução das medidas
1909 sócio-educativas em meio aberto no Estado. Esse não, não é necessário, é... não colocar.
1910 Essa resolução também, Conselheiros. Foi enviada aos conselheiros para as contribuições.
1911 Nos recebemos contribuições da Conselheira Juanita. E, é, o SEDICA vai realizar no
1912 próximo dia 27 de julho, uma reunião, entre a comissão de política, do... da comissão de
1913 medida sócio educativa do SEDICA, da qual ele nos convida para participar. E apresentar
1914 as propostas da resolução. Então assim. Nos estamos entendendo, como comissão, que
1915 as únicas que irão pra essa reunião do dia 27. Eu gostaria de perguntar isso? São as
1916 propostas, colocadas pela Conselheira Juanita, uma vez que não houve outras propostas.
1917 E aí, nesse sentido, eu gostaria de esclarecer presidente. Que segundo informações do
1918 SEDICA, essa resolução ainda não será pautada na próxima plenária. Na plenária de julho,
1919 do SEDICA, e provavelmente será pautada na plenária de agosto. Então este Conselho já
1920 tem que se organizar, pra poder a participação na plenária para a aprovação conjunta.

1921 Porque não faz sentido, aprovar lá e depois aprovar aqui. Porque senão chega aqui, fica
1922 aquela coisa, vai lá, volta, vai e volta. Isso. Então nesse sentido, diante da minha
1923 indisponibilidade, no dia 27, pois estarei em Ouro Branco, como coordenadora, nos tiramos
1924 a participação do Conselheiro Volney, na reunião do SEDICA, para apresentar, as
1925 propostas de alteração, colocadas pela comissão e pela Conselheira Juanita. Não, não,
1926 não é para liberar ainda. A gente só está informando, que nós só recebemos contribuições
1927 da Conselheira Juanita e que essas irão ser apresentadas. Apesar de que, não sendo
1928 injusta, nos já discutimos essa resolução, com o Conselheiro Marcelo, com outros
1929 conselheiros da comissão de apoio, que tiveram a oportunidade de participar. Conselheiro
1930 Silvestre também estava. Pra não ser injusta. Houve já a participação de outros
1931 conselheiros na discussão dessa resolução. Que a comissão avalia como um processo
1932 bastante interessante, de discussão. E a resolução está ficando bem bacana. Eu queria só
1933 cumprimentar, ó Cristiane, eu tive o cuidado de ler, porque é um assunto que eu já lidei
1934 muito nessa área. E achei muito interessante, tem pontos ali que realmente precisavam ser
1935 regulamentos mesmo. Precisava que a gente orientasse os municípios, porque de certa
1936 forma, eles ficam meio perdido porque que é em relação dos CREAS hoje. Que veio
1937 abarcar a questão das medidas sócio educativa em meio aberto. E criou num primeiro
1938 momento um impasse muito grande, mas achei que ficou bem bacana a resolução. Não
1939 contribui porque eu me senti contemplado com o que está posto ali na resolução. OK. É
1940 uma outra discussão que a comissão fez também, foi em relação a recomposição do
1941 Conselho Estadual, é recomposição da sociedade civil. O Geraldo informou. Houve já uma
1942 abertura. Houve, o Edital estava aberto, não houve inscrição de nenhuma entidade. Então
1943 a gente percebeu a necessidade de... de se criar estratégias de mobilização para essa
1944 eleição do CEAS. A comissão não aprofundou. Ela só entendeu que era necessário trazer
1945 isso, para a plenária. Porque não entende que é uma responsabilidade só da comissão.
1946 Mas uma das questões que a gente pensou em fazer, era solicitar o apoio da Cezarina, pra
1947 ver se tem já uma idéia de como fazer essa divulgação. Entendendo. Nós entendemos
1948 mobilização diferente. A Cezarina ela vai fazer estratégias de comunicação, divulgação. E
1949 aí ver quais as estratégias de mobilização para a eleição, que acontecerá ... E, é bom
1950 lembrar, que talvez o maior parceiro nosso nesse sentido são as URCMAS. Sim. Acho que,
1951 nos temos que solicitar a SEDESE, que coloque no Boletim Informativo. Porque senão com
1952 é que nos vamos fazer essa eleição. Né. Tem que ser colocado no Boletim. Porque o
1953 Boletim, é um documento que todos tem acesso. Assim em nível do município e ele é fácil
1954 de leitura. Então só para chamar atenção e colocar no link do CEAS. Colocar no Boletim.
1955 Boletim da SEDESE. É exatamente. **Conselheiro Adenor:** Cris. Eu pedi inclusive um
1956 ponto de pauta. Que é a resolução 368 que trata dessas demandas que você está
1957 colocando aí. Exatamente para isso, por que eu acho interessantíssimo. Eu vou trazer que
1958 nos vamos ter que... e repensar na questão de datas disso aí. O meu pedido de inclusão
1959 de pauta, é exatamente encima disso. Então vamos deixar para sua discussão,
1960 acrescentando essa sugestão da Juanita. Viu. Você deu a sugestão. União Regional, a
1961 URCMAS. Mais alguma sugestão gente? Conselheiros? OK. Nossa gente. Isso é fome?
1962 Nós estivemos ontem. Como eu disse mais cedo. Quando a gente estava discutindo a lei
1963 orçamentária anual. A comissão de política já vem analisando, o PROJOVEN adolescente
1964 no Estado. Então ontem nos tivemos a visita dos técnicos da SEDESE, a diretoria de
1965 proteção social básica, Gilvânia. E a técnica Solange. Esclarecendo aos conselheiros da
1966 comissão, os pontos duvidosos em relação ao monitoramento a cooperação técnica em
1967 relação ao PROJOVEN adolescente. Foi informado que em Minas Gerais, é, 537
1968 municípios executam o PROJOVEN adolescente. Então existem 2223 coletivos, e com co-
1969 financiamento federal, de R\$ 2.792.642,75, por mês. Esse é o co-financiamento federal
1970 para o PROJOVEN adolescente. A comissão entende que conforme dados apresentados
1971 pela SEDESE, referentes as dúvidas e demandas dos municípios, é necessário uma ação
1972 pró-ativa, daquela Secretaria, para capacitação dos municípios. Em 2011, em virtude das
1973 conferências, segundo a diretora Gilvania, não foi previsto a capacitação para esse serviço.
1974 A comissão pede atenção para a lei orçamentária, o quê que nos fizemos hoje, pela
1975 manhã, mais cedo. A partir dos pontos discutidos, inclusive da trajetória do PROJOVEN,
1976 enquanto serviço incorporando ao conteúdo, discutindo reuniões que vem acontecendo.
1977 Em nível ministerial, a cerca da possibilidade da migração do serviço continuado
1978 PROJOVEN para a educação. A comissão indica a abertura de discussão do assunto por
1979 este Conselho, e buscar espaços ampliados para essa reflexão, bem como um
1980 posicionamento. É o seguinte, gente. Existe uma discussão, uma fala, do coordenador

1981 nacional do PROJOVEN. De que o PRO JOVEN migre para o ministério da educação.
1982 PROJOVEN adolescente. Nos estamos falando do PROJOVEN adolescente. A comissão
1983 entende que esse Conselho deve se posicionar. Mesmo que essas discussões elas ainda
1984 não tenham sido formalizadas, mas... Estão sendo aventadas. E aí nos temos que
1985 considerar o seguinte: é o único serviço para essa população na assistência social. De 15 a
1986 17 anos incompletos. A tipificação de serviços, prevê serviços para essa população. E aí o
1987 único serviço que existe, vai migrar para a educação? Nós não. A comissão entende que
1988 esse Conselho deve se posicionar, inclusive, já estou já colocando o encaminhamento,
1989 envolvendo o FONACEAS. Só quero colocar o seguinte: veja bem. Eu não sei se é o artigo
1990 10. Ou 12, da 12435. Traz as situações dos direitos sócio assistenciais. Fala alguma coisa
1991 relacionado com as entidades. E aí eu acho que a gente precisar debruçar em cima dela.
1992 Que ela traz uma fundamentação agora, que pode contribuir nesse processo. Mas com
1993 toda a certeza, eu quero aqui dizer, que essa discussão precisa ser feita. Essa discussão
1994 nos já puxamos. O próprio Conselho trouxe aqui um conselheiro nacional. Trouxe
1995 representantes de entidades, para que a gente fizesse essa discussão. É a minha entidade
1996 de abrangência nacional. Eu puxei uma discussão dessa, em São Paulo, com entidades
1997 ligadas a esse seguimento, para que a gente pudesse fazer essa redefinição. Então a
1998 gente está acompanhando de perto. Mas que precisamos fazer, com toda certeza,
1999 precisamos fazer. Só que eu acho que agora, a gente pode ver o que traz de novidade na
2000 12435, que pode contribuir nesse processo. Mas eu entendo, que não é da educação não.
2001 Senão vão começar agorinha. É porque vai ficar assim: é educação, é trabalho, é o
2002 ministério... De repente é o Ministério do Trabalho. E aí nos vamos perguntar os meninos
2003 se é verdade. Nos vamos ver a realidade da inscrição disso aí. Acho que não é por aí não.
2004 Precisamos gastar mais tempo só pra isso. E controle eu vou vedar. Agora precisamos
2005 marcar. A comissão de política deve convocar e chamar para discussão. Eu estou
2006 entendendo, Geraldo. Desculpa. Que a gente já está chamando. Nos estamos falando e já
2007 estamos posicionando. O posicionamento da comissão, ela não entende que esse serviço
2008 deve migrar para a educação. A comissão já se posicionou. Ela entende que não. Que ele
2009 deve ser mantido como um serviço da assistência, inclusive, entendendo o seguinte. A
2010 questão do financiamento e do co-financiamento disto. Quando os serviços migram para a
2011 educação, há um risco grande do recurso também migrar. Então quer dizer. Mais uma vez
2012 a gente... É. É. Sim. Mas... é, a gente entende que é um serviço previsto, é um serviço
2013 previsto na tipificação de serviço. Ela pode ter outro nome, mas é um serviço previsto. E
2014 causa muita estranheza à comissão, o serviço de atendimento a criança e adolescente,
2015 tudo está migrando para a educação. Qual que é a responsabilidade em relação a
2016 assistência social em relação a esse público? E a gente sabe, que a abordagem é
2017 diferenciada, o trabalho da Assistência Social em relação a criança e adolescente é
2018 diferenciado. Não é. A Educação tem o seu papel, e aí é bom que tenha uma conselheira
2019 da educação aqui. A Educação tem seu o papel e a Assistência Social também. A gente
2020 não entende que esse serviço deve, migrar para a educação, não. A então a gente está se
2021 posicionando, e a gente esta colocando isso pra deliberação, se é o posicionamento deste
2022 Conselho? Nos estamos colocando dois posicionamentos. O primeiro que a SEDESE
2023 tenha a previsão de capacitação para, o PROJOVEN adolescente no próximo ano. Isso é o
2024 primeiro encaminhamento. O segundo encaminhamento, que esse Conselho se posicione
2025 contrário a migração do PROJOVEN para o Ministério da Educação. **Conselheira Juanita:**
2026 Eu penso Cris. Que antes de nos pronunciar contra, a gente tem que solicitar ao Conselho
2027 Nacional, informação com relação a isso. Tendo em vista que é um financiamento do
2028 Governo Federal. É, que o Conselho Nacional nos reporte com relação a isso. A partir do
2029 momento que eles nos reportar. E aí a gente faz as nossas articulações, inclusive eu acho
2030 que tem que sair uma carta aberta, desse Conselho com esta deliberação. Tem que ser
2031 encaminhada não só para o Conselho Nacional, mas para os Conselhos Municipais para a
2032 Assistência, para fazer essa articulação, inclusive antes da Conferência Nacional. Antes da
2033 Conferência Nacional. É o FONACEAS, a Cris já orientou. Para que a gente fomente estas
2034 discussões em outros fóruns estaduais. Então, eu penso que é isso. Para inclusive depois
2035 da resposta do nacional, inclusive, nesse encontro nosso com o CONGEMAS, fazer essa
2036 discussão com os gestores municipais também. Só peço a Consolação. Acho que ela tinha
2037 saído no momento. Nos deliberamos aqui que a gente estaria chamando, COGEMAS,
2038 estaríamos... Ta, OK? E aí agora tem a sugestão de que a gente matricule o COGEMAS
2039 para discussão desse assunto, e a gente vai estar conduzindo ao FONACEAS, com toda a
2040 certeza. Já estamos fazendo isso. OK. Pode continuar Cris. Por favor. Eu estou entendendo

2041 que não houve manifestação em contrário, nem abstenção. Então está OK. É, solicitar. Aí
2042 é, primeiro solicitar a informação. Para formalizar, Porque essa discussão, segundo
2043 informações da Gilvânia e da Solange, ela foi falada pelo coordenador nacional do
2044 PROJOVEM que estavam avaliando esta questão, inclusive ele, se posicionou favorável. E
2045 aí o quê que a gente precisa é, pedir isso formalmente, para se manifestar, senão a
2046 gente... Só uma. A questão sempre é tempo. Viu gente. O que a gente percebe é o
2047 seguinte: na hora que você estava pedindo, que vem a, caminha, sabe aí o movimento
2048 caminha. Se a gente ficou informado, a gente pode falar: ficamos sabendo, não sabemos
2049 se é oficial. A gente coloca tudo isso na correspondência, e aí fala: somos contrários e
2050 estamos manifestando. Em tenho procurado levar as discussões nossas aqui que, se
2051 fazem necessárias em nível nacional, pro FONACEAS. Mas independente disso, a minha
2052 entidade tem um assento no Conselho Nacional, e por favor, vocês fiquem... Depois
2053 Consolação, socializa por favor. O celular, o e-mail, da agenda também. Ela está lá.
2054 Enquanto a entidade que eu represento, que eu estou na presidência, pra isso. É mineira, é
2055 pra gente puxar mesmo esta discussão pra cá. Vocês podem ficar a vontade, a Consolação
2056 socializa, e-mail, telefone. Ela está lá pra isso. Enquanto usar o Conselho Estadual. Ta
2057 OK. A gente pode provocar inclusive, que ela solicite inclusão de pauta. Pronto, obrigado.
2058 O último ponto, gente, vocês estão lembrados na... acho que foi na mesa diretora aí, não
2059 foi na plenária. Foi na mesa diretora. Foi informado do GT, do grupo de trabalho, do CNAS,
2060 que está discutindo a caracterização, do serviço de assessoramento e defesa de direitos.
2061 Inclusive, eles lançaram aí uma consulta pública, para as entidades não conveniadas, para
2062 que elas pudessem responder um questionário. Na mesa diretora, inclusive eu questionei
2063 que o, avalei o questionário, bastante fechado. Mas enfim. Inclusive nos já mandamos ao,
2064 ao... foi uma deliberação de mandar ao Conselho Nacional, solicitando informações de
2065 como será a participação dos Conselhos Municipais e Conselhos Estaduais, na discussão
2066 dessa caracterização. Muito bem. Eu recebi no meu e-mail, e aí eu compartilhei com este
2067 CEAS, não sei se eles receberam, se recebeu por outras fontes. Um ofício circular,
2068 convidando, para uma oficina de discussão sobre as ações de assessoramento e defesa
2069 de direito, que será realizada em Brasília, no dia 9 de agosto de 2011. Eu recebi no meu e-
2070 mail, e repassei ao CEAS, perguntando se nós também teríamos recebido. É pois é. Então
2071 nesse sentido, a comissão entende, que. Apesar de não ter vindo um convite formal para
2072 este Conselho, e é um ofício circular, está convidando assim, quem pode, e quem vai, Né.
2073 Não. Mandou. Saiu do e-mail da comissão de normas do Conselho Nacional, para uma
2074 série de pessoas. É circular. Não é convite a Cristiane, ou a instituição. É ofício circular. Ele
2075 está convidando e pedindo para divulgar a oficina. Mas lá não tem nenhum tipo de
2076 encaminhamento se vai ter aporte de recurso, para pagar passagem, nada. Só está
2077 dizendo que esta oficina vai acontecer, no dia 9 de agosto, em Brasília. Inclusive o local
2078 não está definido ainda. Mas que a comissão discutiu um pouco, entendendo que, nos
2079 estamos inclusive questionando o Conselho Nacional. A falta de participação dos
2080 Conselhos, que nós deveríamos tirar alguém pra representar o CEAS, o participar nesta
2081 oficina pelo CEAS. Considerando o conteúdo do ofício, enviado ao Conselho Nacional
2082 conforme deliberação. Exatamente. Eu penso, que esse Conselho deve participar. O dia é.
2083 Que dia que é? Nove de agosto. Nós precisava ver a agenda dos conselheiros. Quem é
2084 que se predispõe e tem agenda para estar presente em Brasília. Já olharam as agendas
2085 aí? Eu penso que deveria ir, preferencialmente, ou prioritariamente, ser alguém da
2086 comissão de política. Preferencialmente, e prioritariamente a presidente da comissão. Na
2087 ausência de sua agenda ou de alguma situação. A gente então, óbvio que socializa nos
2088 demais. Manifestações. Pois não Conselheira Cristiane. Manifeste por favor. Eu estou
2089 fazendo um indicativo que seja a comissão de política. Que seja você na política. Se não,
2090 vamos compartilhar com os demais. Geraldo. Eu entendo perfeitamente. Agora eu estou
2091 muito preocupada com isso. Porque? Acaba que a gente fica quase personificando uma
2092 discussão. Porque eu trouxe essa discussão, a gente discutiu na comissão e tudo. Eu
2093 estou entendendo que é uma discussão. Eu me proponho. Claro. Eu não vou ficar aqui
2094 colocando propostas para outras pessoas fazerem. Me proponho a ir também. Ma eu acho
2095 que deveriam. Deveria ir mais de um Conselheiro. Porque esta discussão, não pode ficar
2096 só no âmbito da sociedade civil. E eu estou indo como sociedade civil, represento uma
2097 entidade que tem interesse na discussão. Acho que a colocação é perfeita. E aí nos
2098 precisamos. E mais uma vez eu também acho que esse Conselho deve estar lá, numa
2099 situação de tamanha importância de forma paritária. E se é de forma paritária. Aí mais uma
2100 vez, eu também penso. Eu. Penso que deveria ser alguém preferencialmente,

2101 prioritariamente da SEDESE. Que é o nosso órgão gestor. Que detém o conhecimento da
2102 proteção, de toda situação. Agora, óbvio, que não quer dizer, que só eles detém o
2103 conhecimento. Então a gente abre, para os demais conselheiros governamentais. A Juanita
2104 saiu, e a nossa vice-presidente, é do órgão gestor. Mas precisamos ouvir essa situação.
2105 Quê que o demais conselheiros governamentais aqui... Conselheira Juanita. Nós temos um
2106 encaminhamento que em função da importância do encontro, é importante que a gente
2107 estivesse presente em Brasília, de forma paritária. E aí, eu fiz um encaminhamento
2108 também que deveria ser sociedade civil e comissão de política. Preferencialmente na
2109 pessoa da presidente. Aí eu disse também, que, por parte governamental,
2110 preferencialmente a SEDESE, que é o nosso órgão gestor. E que detém o conhecimento
2111 mais apropriado da política pública. E aí, penso, para você colocar se, você tiver agenda,
2112 senão, ver alguém que possa estar cuidando com o carinho necessário. OK. Então está
2113 encaminhado. Será de informes. Alguém contrário a essa posição? A esse
2114 encaminhamento. OK. Pronto. É. Pode ser? OK. Então tudo bem? Fica deliberado então
2115 que é de forma paritária. E vai estar presente. OK é isso? Alguém ao contrário? Não. Então
2116 está aprovado. Cris. Por favor. A comissão então, encerra o seu trabalho. E agradece a
2117 atenção de todos. Muito bem. Agradecemos a eficiência como sempre, dos conselheiros
2118 que representam essas comissões. Ah. Dois pontos de inclusão de pauta. O primeiro foi a
2119 resolução 368, que eu penso estar vencido. Pelo Conselheiro Adenor. Durante a discussão
2120 que nós fizemos aqui. Venceu as suas angústias, os anseios, contra ela? Então por favor.
2121 Manifeste. É gente. Conselheiros e Conselheiras. Sr. Presidente. A minha preocupação é
2122 uma só. Que eu acho que está dentro dessa... dentro das nossa agendas de uma maneira
2123 geral, em função de ter colocado a resolução. Viu Cris. Nos falamos aquela hora. Que eu
2124 falei sobre o ponto de inclusão de pauta. Inclusão de pauta sobre a resolução 368, é
2125 porque ela ta colocada que será até dia 31 de julho. Eu vou trazer aqui, alguns detalhes.
2126 Tem um município, que fazer conferência ainda, de julho. Um, dois, três, quatro, cinco, seis
2127 e sete de agosto. Inclusive cinco e seis, eu estarei em Frei Gaspar. E é sabido por nós,
2128 conselheiros e conselheiras, viu senhoras e senhores. Olha a importância disso. Que tem
2129 municípios que vai fazer a eleição de conselheiros. Vai fazer a eleição de conselheiros
2130 durante as conferências, que aí eles estão seguindo um exemplo nosso. E aí, e aí. O quê
2131 que acontece. Como é que nos encerramos dia 31 de junho. Sendo que pessoas ainda
2132 fazer até onze de agosto, doze, quinze. As conferência e vai fazer as eleições dos
2133 conselheiros, como é que nos possamos. Nos vamos prejudicar alguns municípios com
2134 esta data. Eles não terão tempo hábil para mandar um representando para participar do
2135 Conselho. No conselho não está apto a disputar a eleição no Conselho. Na nossa
2136 conferência estadual. Eu estou ouvindo atentamente Adenor. Só estou confabulando aqui
2137 porque nos temos essa discussão... Sim, sim. Eu sei que você esta ouvindo. Presidente, eu
2138 tenho certeza disso. Tanto é que a minha preocupação, ele bateu porque. Eu vou estar em
2139 seis municípios ainda. Dos quais, Ribeirão das Neves, é um deles que dia 26 fará sua
2140 conferência. E a eleição de conselheiros dentro da conferência. Baldim fará, no dia 29, e
2141 também será assim. Outros municípios, por exemplo. Santa Luzia, está com uma
2142 dificuldade. Pedi a esse CEAS, a alteração de data. Foi concedido a ele. Vai fazer dia 15
2143 de agosto. Como é que vai fazer a eleição deles, e a conferência deles. É nesse sentido
2144 que eu quero trazer para vocês. OK. Conselheiros. Quer manifestar a respeito do assunto?
2145 **Conselheira Cristiane:** Só uma questão Geraldo. É Adenor. Acho que é pertinente, a sua
2146 preocupação, sem dúvida nenhuma a gente tem que avaliar, até porque já tivemos uma
2147 prorrogação. É só um esclarecimento. Assim, ta. Acho que a gente tem que discutir sim. Só
2148 que o que se inscreve até no dia 31 de julho, é o Conselho, ou a entidade, ele ainda não
2149 precisa mandar o representante. Ele não precisa mandar o nome da pessoa. Não é só, só
2150 pra deixar claro. Ta. Que quem se inscreve até 31 de julho é a entidade ou o Conselho e
2151 não o representante. A categoria. É só pra ver que.... E aí você me faz lembrar uma
2152 questão, Geraldo. Que eu acho que é importante a gente incluir nas apresentações das
2153 conferências. Apesar que a gente fala isso, mas talvez é bom incluir. Esse lembrete.
2154 Porque tem conferências ainda em julho. Da questão da eleição. Então acho que é
2155 importante a gente colocar isso nas conferências. Não só em julho, mas em agosto. Não é
2156 Cris. Porque vai até 15 de agosto, tem conferencia. E eu estou entendendo perfeitamente,
2157 que é o Conselho. Só que tem Conselho que está tão desorganizado e tão sem condição
2158 de atuar. Que ele está esperando é exatamente passar a conferência, alguém falar na
2159 conferência, ver o que decide na conferência. Para depois decidir o quê que vai fazer.
2160 Porque senão vai acontecer aqui quando eu fui eleito. Eu tive sete votos, mas teve a

2161 maioria aqui que teve um voto. Sô vai vim um conselheiro. Só vai vim um representante
2162 daquela entidade. É isso que eu estou chamando atenção nossa, para esses detalhes.
2163 **Consolação:** É eu acho que o Conselho. Acredito eu, que não vai engessar, a gente pode
2164 até rever, mas o que me preocupa mais, até no sentido mesmo do que Cristiane mesmo
2165 falou. Que em todos os processos de escolha, é o Conselho que está interessado, essas
2166 outras questões, a gente pod... poderiam ser resolvidas internamente. Acho que não é isso
2167 que está dificultando o processo. Eu não sei o que é, acho que inclusive verificar isso.
2168 Porque não é só Conselhos Municipais. As entidades que aqui estão. Quer dizer. Nós
2169 temos uma carta de intenção, mas documento não chegou do CRES. A Cristiane, me
2170 protocolou ontem isso. Quer dizer cadê as outras entidades. Mesmo que tenha assento
2171 aqui no Conselho. Então eu acho que a discussão, se ele tem que ser feita. Não é que está
2172 acontecendo conferência só municipal, que eu acho que é isso que está dificultando. A
2173 gente tem que ver assim: a norma ta clara? Primeira coisa que eu estou perguntando. Será
2174 que eu tenho que criar uma outra estratégia e falar. E fazer um resumo dessa norma. Isso
2175 poderia ser uma estratégia. O que não está atraindo? Sabe as pessoas a se candidatarem
2176 ao Conselho Estadual. Então a preocupação é outra. Vem dizer assim. O quê que está
2177 acontecendo? Num sabe? Porque se o casar, é prazo? Não. Então vão mexer. Só o prazo
2178 atende? Mas se aí vai alargar o prazo de novo para 31 de agosto. E se não vier. É isso que
2179 vai fazer com que as entidades ou conselhos, eles realmente se habilitem. Entendeu? São
2180 coisas que a gente tem que pensar. Isso vai resolver? Se falar assim: ah! Não é isso que
2181 vai resolver. Então é simples. Vamos prorrogar. Será que isso mesmo? É prorrogar o prazo
2182 que vai resolver esse problema? O que a Consolação coloca. Assim, foi muito do meu
2183 entendimento, quando eu coloquei pra ela, que a gente teria necessariamente que fazer
2184 uma ampliação de prazo, em função das próprias entidades que estão neste Conselho não
2185 ter feito inscrição. Nem pra votar, nem pra ser votado. Então eu chamo a atenção a nossa
2186 mesa. O outro quesito é: passamos pra mais um mês. Agora que não tem a consciência,
2187 não teve ainda compreensão do papel do conselheiro, da importância da disponibilidade de
2188 tempo pro Conselho. Eu me atrevera a não perguntar e nem falar para esse pessoal, como
2189 é que é o papel do conselheiro das agendas. Porque a gente, com certeza, não teria
2190 ninguém aqui. Então, se não houve essa compreensão, e não vai ser a postergação de
2191 prazo de 15 ou 20 dias, não vai ser a realização de uma conferência que fazer esse
2192 pessoal estar aqui. É a minha posição e penso assim. E no meu entendimento é manter o
2193 31 de julho, independente de qualquer coisa. É o meu entendimento. OK. Agora o Adenor
2194 então coloca que deve ser postergado. E a sua sugestão é que seja até qual data? Até 31
2195 de agosto. Porque é quando nos findemos a questão das conferências, até sete, oito, dez,
2196 quinze. E a gente vai até 31. Eu pergunto a nossa secretária-executiva, se tem alguma
2197 implicação em prejuízo ou não dessa situação. Porque nos temos em cima disso aí, uma
2198 situação toda operacional. Aí tem que mexer em tudo. Em termo de cronograma, Vou ter
2199 que fazer todo esse calculo. Falar assim: fica apertado no sentido, junto com a organização
2200 Encontros Regionalizados e organização da Conferência. Porque aí entra uma série de
2201 outras coisas, que a gente vai ter que fazer nesse período próximo à Conferência. E agora,
2202 volto a levantar o seguinte. Se for isso que for garantir a participação, logicamente, nos
2203 vamos fazer o que tiver que ser feito e que for deliberado. OK. Então está colocado duas
2204 situações, uma que o Conselheiro Adenor, traz pra cá, a postergação do prazo para 31 de
2205 agosto. A outra situação em que eu coloco, que acho que isso não vai resolver. Em função
2206 da experiência. Acho que, quem não fez isso não vai fazer nesse tempo. E tem a proposta
2207 de manter o 31 de julho. A Anita está inscrevendo, na fala dela eu encerro as inscrições e
2208 nos vamos para o voto se precisar. Ta. A minha não é nem uma fala não. É só um. Voltar
2209 um pouquinho na história. Se houver a possibilidade, eu gostaria de ser incluída nessa
2210 também nessa defesa. Porque hoje eu faço parte de uma defesa de toda uma população.
2211 Eu gostaria de estar indo para Brasília também no dia 9. Para esse encontro. Se possível
2212 assim for. OK. Está registrado. Mas eu não vou voltar. Porque foi deliberado já. Então
2213 depois de deliberação infelizmente, eu não posso voltar. Aí eu coloco então pra mesa. A
2214 situação que nós acabamos de discutir. É votação. Quem for favorável que esse prazo.
2215 Nos precisamos levar alguns considerandos: a fala toda que o Adenor traz, com toda
2216 propriedade e consideração e a fala que a Consolação traz de toda a infra-operacional
2217 mínima necessária, e aí a fala que eu fiz, para achar que não vai contribuir no processo
2218 essa postergação. Não vai ser isso que vai trazer a compreensão. Em função disso, nos
2219 temos duas situações e eu peço. Quem for favorável que a gente continue a resolução tal
2220 como está para 31/07? Por favor levante o crachá. Deixe eu ver. Um, dois, três, quatro,

2221 cinco, seis, sete, oito. Oito votos. Quem for favorável que postergue até 31 de agosto? Por
2222 favor, levante o braço. Vai ser, um, dois. OK. Eu sou vencido. Mas eu tenho certeza que
2223 muitos municípios ficaram prejudicados. E o CEAS continuará do jeito que for, quando
2224 cheguei aqui. Uma entidade tem não sei quantos filiados, conselhos municipais da região
2225 todo. E ter um voto e ser eleito. Presidente. Quero deixar aqui registrado, a minha
2226 preocupação em relação a isso. OK. Conselheiro Adenor. Respeitosamente a gente aceita
2227 a sua argumentação, mas também quero deixar registrado que não é em função de má
2228 vontade desse Conselho, e muito menos de não querer enxergar esse problema. É em
2229 função de uma caminhada, já de 12 anos, de... OK Pessoal. Passamos ao último de pauta,
2230 que é a discussão da Conferência Municipal proposta pelo Conselheiro Marcelo. É o último
2231 ponto de pauta ta. Peço só mais um pouquinho de paciência aos conselheiros. OK. Para
2232 aqueles conselheiros que estão fazendo conferência municipal. Eu estou indo amanhã para
2233 Ouro Preto. Eu estava analisando aquela apresentação que a gente vai falar, encima
2234 daquela que o Conselho Estadual trabalhou e a também na da que a Cristiane me
2235 repassou. Lá fala da proposta do Conselho Estadual para os Conselhos Municipais, no
2236 tocante aquela participação nos conselhos da sociedade civil, essencialmente entidades de
2237 assistência social, e que na área governamental pode ter saúde, educação, parara pa. E ta
2238 claro isso pra nós aqui, o que eu levantei hoje mais cedo na discussão com algumas
2239 colegas, é como que isso vai ser discutido lá no município, a gente ta falando, OK. Mas o
2240 quê que o município vai tirar de lá pra cá. Vai tirar realmente. Ou essa pauta a gente ta
2241 apresentando como uma reflexão, e a gente vai pautar isso efetivamente na conferência
2242 estadual. Eu fiquei em dúvida sinceramente. Por isso que eu coloquei esse ponto, para que
2243 pudesse me dar esclarecimento. Confesso também, que talvez essa minha dúvida se
2244 permeia ao fato de que eu não estava aqui no dia da apresentação. Então eu quero me
2245 penitenciar. Esse é um ponto. O segundo ponto foi o que eu pautei mais cedo aqui na
2246 discussão, a respeito de também a gente levar para a Conferência Estadual, a discussão
2247 sobre a modificação da data das conferências nacional, estadual e municipal para o início e
2248 não para o fim do ano. Conselheira Cris. **Consolação:** Só para contribuir com essa... eu já
2249 fiz conferências, viu Marcelo. Já estive em alguns municípios. E aí é uma questão
2250 realmente difícil, assim. Até no dia da apresentação aqui, eu coloquei, como é que nos
2251 vamos operacionalizar isso? A gente coloca lá. Os conselheiros que tem apresentação vão
2252 se lembrar, no final da apresentação tem lá as propostas do CEAS. E entre elas,
2253 desvincular a inscrição da votação e tal. Na hora que a gente fala isso os conselheiros
2254 municipais até respondem, né. Isso mesmo. Mas assim, não tem depois uma forma de que
2255 isso vire alguma proposta, não. Não tem. Então fica só na nossa fala. Claro que é uma fala
2256 reflexiva. A gente como Conselheiro Estadual, não pode propor que o município incorpore
2257 isso a suas propostas, mas de fato a gente não consegue... E aí eu percebi nas
2258 conferências que eu participei, que a reflexão, ela é válida, faz quorum em alguns
2259 municípios, porque tem alguns municípios que nem tava sabendo da resolução 16. E aí. É.
2260 E aí, isso não dá liga, não dá continuidade de fato, pra aquilo. Então a gente tem que
2261 pensar em outras estratégias também. Porque eu entendo também, que aquilo ali são as
2262 propostas do Conselho Estadual, e que portanto elas terão mais, de fato, propriedades
2263 para serem discutidas na nossa Conferência Estadual. Também tem essa questão. É de
2264 que forma. Consolação. Já tem umas três conferências, salvo o engano. Que o conselho
2265 delibera um documento, ele apresenta para os grupos de trabalho. Teve isso na
2266 conferência passada, que é uma deliberação do Conselho Estadual, como proposta, órgão
2267 legítimo de controle estadual, e controle social estadual. E aí, eu acredito, que essas
2268 propostas estejam ali. Nada impede se o município já quiser, a gente ainda não sabe se
2269 eles assimilaram isso ou não. Porque a gente só vai ver no produto. Não, pode ser que
2270 sim. A gente só vai ver isso no produto final, quando do compilado dos relatórios. Então aí,
2271 a gente vai verificar como que isso repercutiu. Se isso vem como proposta ou não. E
2272 acredito que a gente vá trabalhar essas questões. E essa última sugestão sua Marcelo. Eu
2273 acho que a gente vai ter que ter o momento aqui do Conselho, inclusive para deliberar
2274 mesmo esse documento. Não só isso que foi apresentado como sugestão. E acredito, essa
2275 e outras que estão surgindo, outras propostas que são interessantes para a política,
2276 inclusive de regulamentação da própria lei. Que a gente já pode estar pautando. E aí, eu
2277 acho que vai ter momento para essa discussão, e aí sai este documento do conselho para
2278 a conferência estadual. Que eu acho que fica até bonito. No dia de apresentar o
2279 presidente, fala isso na hora que ele for. Responde algumas questões. Inclusive que nós
2280 questionamos, naquele questionário pro município, em forma de pergunta. Ele também vai

2281 estar respondendo alguma daquelas questões, e ainda faz isso. Porque acho que fica até
2282 bonito. Eu gostaria só de lembrar que. Quando as lâminas foram feitas com este sentido
2283 interrogativo. É para buscar a auto-reflexão pessoal. Isso vai trazer uma contribuição
2284 efetiva para o encaminhamento dentro dos quatro sub-temas da Conferência Nacional.
2285 Então quando eles vão fazer os relatórios, vão preencher dentro da quesito sim. Porém
2286 com uma reflexão muito maior. E aí, nos cabe esse papel de estar levando. Eu estive... Eu
2287 gostaria muito de ter estado com Juanita, que pra mim é uma das melhores professoras
2288 que nos temos dentro da política pública de assistência neste Estado. E, gostaria de ter
2289 participado da oficina. Mas eu estava numa conferência em Divinópolis. E nessa
2290 conferência em Divinópolis, eu tive a oportunidade de falar: Olha, a nossa presidente
2291 acabou de sancionar a lei ontem. Vocês já leram? Eu estou cobrando, estou cobrando de
2292 vocês, nos estamos na caminhada. Minha bíblia de cabeceira. Então nos precisamos saber
2293 o quê que está lá dentro. E chamo a atenção de vocês para: leiam por favor. Observem
2294 que lá está escrito que vai haver uma regulamentação. Quem vai regulamentar? Os
2295 oportunistas de plantão. Os politiquinhos, que estão à solta por aí. Ou nós, que defendemos
2296 uma política pública de assistência social. Se nós temos esse conhecimento, não fizemos
2297 indicativo, proposta, pra construção de uma regulamentação. Nós vamos ter uma
2298 regulamentação de repente, equivocada. Então já chamei essa atenção. E aí eu quero
2299 propor pra vocês. Nas conferências municipais, levem na xerox se preciso for. Divulguem
2300 isso. Levem o site do CNAS para eles acessarem e já ter. Inclusive a própria lei orgânica
2301 com as alterações necessárias. Agora, mais do que isso. Que cada um de nós e todos
2302 aqueles que participarem das conferências, dêem a sua contribuição no que diz respeito, a
2303 compreensão dos arquivos, novos. Das novidades. E mais do que isso, da regulamentação
2304 dos mesmos. Porque isso vai ter uma implicação direta, com a efetivação do sistema único
2305 de assistência social. E com isso eu encerro pelo menos a minha fala no que diz respeito
2306 ao... Espero não ter respondido mas contribuído naquela situação. **Conselheiro José**
2307 **Fernando:** É nessa linha de raciocínio. José Fernando aqui falando. É nessa linha de
2308 raciocínio, também pedir que tem muitos locais que a gente vai ser conferencista. E que
2309 não tem um data show, que não tem um instrumento para a gente reproduzir, às vezes
2310 esse slide. Mas que nós conselheiros, tenhamos impresso pelo menos, esses slides, pra
2311 gente... ninguém omitir dessa informações. Principalmente sabendo das dificuldades que
2312 muitos municípios vem tendo. Nos estamos nesse Conselho acompanhando isso de perto
2313 junto com o órgão gestor. Assim, é claro que cada um tem a propriedade, tem a sua
2314 particularidade em explanar o assunto que está ali. Mas não mate nenhum daqueles slides
2315 que estão ali não né. Faça uma leitura prévia, para que todos nos conselheiros possamos
2316 reproduzir de forma qualificada, feliz. Esses slides que são muitos, mas foram realmente
2317 realizados com esse olhar, com essa propriedade de realmente provocar, nessa
2318 oportunidade que nos estamos tendo com os conselheiros. Então assim. Eu queria só,
2319 endossar não só a lei que foi sancionada. Mas também o material. Porque as vezes
2320 recebe, nos conselheiros recebemos. Eu tenho ela impressa, eu tenho ela no meu pen-
2321 drive, estou andando em si. Mas que nenhum conselheiro se omita a ler e ter na
2322 informação. E ter essa ecoando do CEAS, unanimemente, digamos nos municípios. Mais
2323 alguma inscrição. **Conselheira Cristiane:** Depois da fala eu encerro as inscrições. Pois é.
2324 Eu só quero fazer um esclarecimento. Eu não sei. Eu me senti diretamente afetada com a
2325 fala do José Fernando. Porque é o seguinte. Eu fui uma das conselheiras que tive que tirar
2326 alguns slides, mas não omite o conteúdo. A questão é, você é convidado para a
2327 conferência para falar 40 minutos, eu já falo muito, independente dos slides. Você ter 30
2328 slides para falar em 40 minutos, é humanamente impossível. E eu não consigo ler slide, se
2329 eu for ler slide eu fico perdida, e fico morrendo de vergonha do pessoal. Então assim,
2330 apesar de ter tirado. O Marcelo recebeu o material e tudo. Ter tirado alguns slides iniciais.
2331 É, na hora que vai tratar dos encaminhamentos, dados pelo Conselho Estadual, as
2332 perguntas que estão lá. Atrás eu faço diretamente aos conselheiros municipais. Ta José
2333 Fernando. Então foi essa a minha... Inclusive eu comuniquei isso a secretaria executiva,
2334 não foi algo deliberado. E... O presidente está sabendo. Mas nessa perspectiva que é uma
2335 conduta. Porque são 40 minutos no máximo para você falar e ficaria muito cansativo ficar
2336 lendo slides. Nesse quesito aí. Eu só quero é só dar mais uma contribuição. Não é uma
2337 verdade absoluta. É a minha verdade. O que eu vejo é que nós precisamos chegar nesse
2338 município e aí já fazer a provocação para os próprios organizadores do evento. O quê que
2339 se espera de uma fala de 40 minutos? Quando essa fala de alguém, que não detém os
2340 conhecimentos e as peculiaridades inerentes aquele município e aquela regionalidade.

2341 Quando se chama alguém de fora. O que se espera com 40 minutos? E o que se quer de
2342 retorno da participação? Se é que a gente está avançando na democracia participativa. E
2343 aí quê que eu faço? Eu faço essa provocação no início, falando o seguinte: se querem que
2344 eu faço quarenta? Devo cumprir os quarenta. Desde que, no mínimo exista o dobro de
2345 tempo pro debate. Se houver o dobro, ou três vezes mais. Três horas. Me dê uma hora, e
2346 dá três horas para o debate. Porque aí, eu pelo menos vou sair com a consciência tranquila
2347 de que estarei tentando, resolver as angústias, os anseios, os questionamentos, das
2348 pessoas que participam. Caso contrário, eu me sinto no direito de desrespeitar o tempo
2349 que me deram. E eu tenho feito isso literalmente. Então é o seguinte. Provoco e faço a
2350 provocação nas perguntas pra que o pessoal não saia sem o debate. Sabe. Porque fora
2351 isso, é coisa encaminhada, fica cheirando a coisa que, no nosso caso, que é política
2352 pública, não faz sentido. Eu gostaria de agradecer todos vocês. Só um destaque que isso
2353 ta certo. O debate está sendo garantido. 40 minutos de fala. Sim. Mas só estou dando uma
2354 contribuição. Eu quero agradecer a todos vocês que tiveram a compreensão de estar
2355 conosco até agora. Foi uma excepcionalidade. Mas necessária. Eu quero agradecer a ...
2356 Sr. Presidente. A questão da audiência pública foi o meu nome e o do Volney. Sim. Já está
2357 OK. Só faltava a concordância, que vocês pudessem ir. Nós já detectamos... A secretaria
2358 executiva, me trouxe, são 330 km de distância, e é uma região de Muriaé. Próximo é
2359 conselheiro José Fernando. Pode ser os dois. OK. Então pronto. OK pessoal. Eu queria
2360 agradecer a cada um de vocês também por ter... por ter participado dessa confraternização
2361 do aniversário da Consolação. Eu acho que a gente não podia ter passado batido, uma
2362 vez, ainda que tardio, mas foi no momento da plenária. Agradeço a cada um de vocês, por
2363 ter participado disso de forma efetiva. E aí eu quero só terminar essa plenária de hoje,
2364 dizendo a vocês o seguinte: Peço desculpa e quero que vocês compreendam às vezes a
2365 minha maneira de coordenar. Porque depende de. Quem coordena sabe o sofrimento que
2366 é, você ser pressionado com a fala de alguns e com o tempo de outros. Você está vendo
2367 as manifestações de querer sair. E a gente não pode exagerar na dose. Mas tem muitas
2368 situações que nos provocam indignação, são muitas politicagens que estão sendo feitas
2369 neste país. São muitas corrupções que estão sendo estabelecidas neste país. Em
2370 detrimento do nosso público beneficiário de Assistência Social. E me incomoda muito mais
2371 do que isso. É o silêncio dos justos. Por isso que eu quero que vocês falem bastante.
2372 Muito Obrigado. Boa Tarde. Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada
2373 que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.